



42

OUTUBRO 2015 – JANEIRO 2016

Revista da Sociedade
Brasileira de Economia Política

revista.sep.org.br

42

**REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA
DE ECONOMIA POLÍTICA**

revista.sep.org.br

CONSELHO EDITORIAL

ALAN FREEMAN UNIVERSITY OF GREENWICH
ALEJANDRO ARANDIA UNISINOS
ALEJANDRO VALLE BAEZA UNAM
ANITA KON PUC-SP
ANTONIO MARIA DA SILVEIRA (IN MEMORIAM)
ARTURO HUERTA UNAM
CESARE GIUSEPPE GALVAN UFPB
ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO
USP
FABIO PETRI UNIVERSITÀ DI SIENA
FRANCISCO DE ASSIS COSTA UFPA
FRANÇOIS CHESNAIS UNIVERSITÉ DE PARIS XIII
FRED MOSELEY MOUNT HOLYOKE COLLEGE
GUIDO MANTEGA FGV-SP
JOÃO ANTÔNIO DE PAULA UFMG
JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA UNICAMP

LEDA MARIA PAULANI USP
LUCIANO VASSAPOLLO UNIVERSITÀ DI ROMA "LA
SAPIENZA"
LUIZ GONZAGA DE MELLO BELUZZO UNI-
CAMP
MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO
UNB
MÁRIO DUAYER UFF
NIEMEYER ALMEIDA FILHO UFU
PAULO NAKATANI UFES
PAUL SINGER USP
PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA UFRGS
REINALDO CARCANHOLO UFES (IN MEMORIAM)
ROSA MARIA MARQUES PUC-SP
THEOTÔNIO DOS SANTOS UFF

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA — SEP

DIRETORES

PAUL SINGER (USP) PRESIDENTE DE HONRA
NIEMEYER ALMEIDA FILHO (IE-UFU) PRESIDENTE
JOÃO ILDEBRANDO BOCCHI (PUC-SP) VICE-PRESIDENTE

ELLEN LUCY TRISTÃO UFVJM
FREDERICO KATZ UFPE-PIMES
LAURO MATTEI UFSC
MARIA DE MELLO MALTA UFRJ
OCTAVIO AUGUSTO CAMARGO CONCEIÇÃO UFRGS
PAULO HENRIQUE FURTADO DE ARAUJO UFF
PEDRO ROSSI UNICAMP
FÁBIO FREITAS ANPEC
RUBENS ROGÉRIO SAWAYA ANGE

EDITOR RESPONSÁVEL

JOÃO LEONARDO MEDEIROS UFF

EDITORES ASSOCIADOS

TIAGO CAMARINHA LOPES UFG
ELLEN LUCY TRISTÃO UFVJM
VICTOR LEONARDO DE ARAÚJO UFF

**ENDEREÇO PARA
CORRESPONDÊNCIA**

Instituto de Economia
Universidade Federal de Uberlândia
Campus Santa Mônica, bloco J, sala Ij254
Uberlândia, MG
CEP 38400-902
ww.sep.org.br – sep@sep.org.br

ASSINATURA

Preço da assinatura anual (três números),
para o Brasil e exterior via superfície:
R\$ 30,00 (para pessoas físicas). R\$ 40,00 (para instituições)
Preço do exemplar avulso: R\$ 20,00
As solicitações de assinaturas e exemplares avulsos podem ser feitos
por meio do correio eletrônico: revista@sep.org.br

**REVISÃO TEXTUAL E
ESTILÍSTICA**

Renake Bertholdo David das Neves

**EDITORAÇÃO
ELETRÔNICA**

Laís Flores e Francine Sakata – NK&F Arquitetos Associados 2014
nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill.

NÚMERO 42
OUT 2015 – JAN 2016

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

- 6** **Apresentação**
- ARTIGOS
- 9** **Mercado de trabalho e a evolução dos salários no Brasil**
Ricardo Summa
- 27** **Utilitarismo e racionalidade em Schumpeter, Keynes e Hayek: uma visão crítica**
Daniel Feldmann
- 51** **O “segundo violino”: contribuições de Engels às questões sociais**
Tainã Alcantara de Carvalho
- 71** **Valor e gestão da produção: contribuições marxianas para a compreensão da busca pela eficiência produtiva**
Lucas Milanez de Lima Almeida e Nelson Rosas Ribeiro
- 95** **Capital mercantil na transição ao capitalismo: esboço para uma apropriação do debate historiográfico**
Carlos Alberto Cordovano Vieira
- 121** **Para além do populismo: governo João Goulart e a crise do modelo trabalhista de política econômica**
Jorge Varaschin

RESENHA

Andrew Kliman

The failure of capitalist production: underlying causes of the Great Recession.

New York: Pluto Press, 2012.

por Henrique Morrone

148

APRESENTAÇÃO

O Brasil paralisado. No Congresso, uma disputa feroz decide quem estará no comando do governo que continuará a implementação de medidas duras, apresentadas como indispensáveis: o pernicioso ajuste fiscal e as transformações estruturais que suprimem direitos sociais e trabalhistas. Por outro lado, e em parte como consequência, a economia do país mergulha numa crise assustadora. Sua proporção e duração já são dramáticas, mas ainda não se pode estimar o limite do processo em curso, principalmente se se considera que a orientação geral da política macroeconômica empregada para confrontar o problema não prevê elementos que produzam efeito anticíclico relevante.

Os cortes orçamentários atingem em cheio os assim-chamados gastos sociais – um eufemismo para designar obrigações irrevogáveis do Estado e indispensáveis ao país, como a saúde, a assistência e previdência sociais e a educação. Por outro lado, dados oficiais revelam subsídios ao setor empresarial (particularmente ao grande capital) que chegam à monta de aproximados 350 bilhões de reais apenas no período em que a atual presidente comanda o país (o primeiro mandato e este em curso). Isso sem contar o fato de o ajuste fiscal ter caráter fortemente regressivo, preservando as desonerações às aplicações de capital de curto prazo e esquivando-se quanto à possibilidade de tributar grandes fortunas.

No setor educacional, os temores de uma completa mercantilização do ensino superior são plenamente justificados. A crise gravíssima das universidades públicas e o corte das verbas para pesquisa são a contrapartida dramática do apoio ostensivo ao avanço do setor privado. Grandes conglomerados empresariais do campo da educação exibem

balanços com lucros expressivos, anabolizados pelas verbas públicas materializadas em subsídios e bolsas de estudo. Avançam a educação à distância, a terceirização (que aportou com tudo nos hospitais universitários geridos pela famigerada EBSEH) e os programas de voluntariado, enquanto, no cotidiano, os professores das universidades públicas e privadas – como seus colegas do ensino fundamental e médio – enfrentam carências de toda ordem e um brutal arrocho salarial.

Em síntese, o cenário do país é tenebroso e não há indícios de bonança para além de uma aparentemente interminável tempestade. A condição atual torna inimaginável o efeito de um aprofundamento da crise internacional sobre a situação econômica e política que se acabou de descrever. A incerteza e a profundidade da conjuntura repercutem sobre a produção acadêmica, que se demonstra cautelosa em ajuizá-la. Tomando a Revista da SEP como referência, cresceu a submissão de artigos de conteúdo mais propriamente teórico e/ou histórico, reduzindo-se as análises de conjuntura e os trabalhos aplicados em geral.

Dentre os seis artigos que compõem a edição atual da Revista, seu número 42, apenas um trata do Brasil contemporâneo, justamente o primeiro artigo intitulado “Mercado de trabalho e a evolução dos salários no Brasil”. Seu autor,

Ricardo Summa, examina os elementos que possibilitaram, até 2014, uma indubitável melhora nas condições gerais do “mercado de trabalho”. O corte cronológico do artigo não abrange o período da recente crise, nem seria prudente fazê-lo, considerando a dificuldade de análise da complexa conjuntura atual.

O segundo artigo, escrito por Daniel Feldmann, já se volta para uma temática teórica, percorrendo de forma muito articulada as obras de Schumpeter, Keynes e Hayek para apontar os limites de crítica destes autores ao utilitarismo. A interessante estrutura do artigo abrange, portanto, uma dupla contraposição: ao utilitarismo e às concepções dos três autores destacados. Em seguida, o trabalho de Tainá Alcantara de Carvalho, intitulado “O ‘segundo violino’: contribuições de Engels às questões sociais”, chama a atenção para a importância de Engels na conformação do marxismo. Como sugerido pelo título, o autor destaca particularmente a contribuição de Engels para o exame das assim-chamadas questões sociais – isto é, mazelas provocadas pelo desenvolvimento capitalista, como o empobrecimento da classe trabalhadora e a manipulação predatória da natureza.

Lucas Milanez de Lima Almeida e Nelson Rosas Ribeiro ocupam-se, no terceiro trabalho da edição, de um tema teórico da maior relevância, ao menos na tradição marxista: a

forma como o processo de concorrência “ensina” o gerenciamento adequado do capital para a própria classe capitalista. Ao examinar o comportamento apropriado à administração do capital, os autores revelam a existência de uma de ética capitalista objetiva. Com isso, os autores esperam ter lançado as bases para uma espécie de microeconomia crítica, marxista.

Os dois últimos trabalhos da edição visitam a história e a história das ideias de modo mais direto. Carlos Alberto Cordovano Vieira persegue um objeto de interesse de muitos pesquisadores: a transição para o capitalismo. No trabalho “Capital mercantil na transição ao capitalismo: esboço para uma apropriação do debate historiográfico”, Vieira questiona interpretações consagradas da transição do feudalismo ao capitalismo, lançando ao primeiro plano a formação da história mundial.

O último artigo da edição, redigido por Jorge Varaschin, discute a história econômica do país, concentrando-se no turbulento e interessante período João Goulart. Varaschin discute particularmente a política econômica adotada no período Goulart, que, segundo sua interpretação, responde a estímulos emanados tanto da conjuntura de 1961 a 1964, quanto da

estrutura. No caso da conjuntura, o elemento decisivo para a conformação da política econômica é o acirramento do conflito social (e sua expressão política); no caso da estrutura, fundamental é a redução da força dinâmica do processo de substituição de importações.

A edição se encerra com a resenha do livro “The failure of capitalist production: underlying causes of the Great Recession”, redigido por Andrew Kliman, publicado pela Pluto Press de Nova Iorque em 2012. O livro foi resenhado de forma muito competente por Henrique Morrone.

Como tem ocorrido desde o número 39, a Revista tem buscado uma integração direta com o Encontro Nacional de Economia Política. Dois trabalhos aqui publicados, justamente os dois últimos artigos (de Carlos Alberto Cordovano Vieira e Jorge Varaschin), foram também apresentados no Encontro. Fica registrado, mais uma vez, nosso agradecimento aos apoiadores de sua XX edição, realizada em Foz do Iguaçu, entre 26 e 29 de maio de 2015: Itaipu Binacional, Capes, CNPq, IPEA, BNDEs, Caixa e Fundação Araucária, além da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, que sediou o evento.

RICARDO SUMMA

MERCADO DE TRABALHO E A EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS NO BRASIL

Recebido em 30 de Janeiro de 2015

Aprovado em 27 de Junho de 2015

MERCADO DE TRABALHO E A EVOLUÇÃO DOS SALÁRIOS NO BRASIL

Resumo

No presente trabalho será avaliado o comportamento dos salários no Brasil nos anos 2000 a partir da abordagem da economia política clássica. Dessa maneira, avaliaremos algumas características políticas, institucionais e a situação do mercado de trabalho da economia brasileira e sua relação com os resultados das negociações salariais reais e da posição de barganha dos trabalhadores. Conclui-se, a partir da avaliação dos dados da economia brasileira, que houve um processo de mudança no poder de barganha dos trabalhadores e do crescimento do salário real (agregado e setorial), que se inicia em 2006 e perdurou até 2014.

Palavras-chave: salários nominais e reais; conflito distributivo; poder de barganha.

Classificação JEL: B51; J30; J50.

Abstract

In the present paper we will assess the behavior of wages in Brazil in the 2000s from the Classical political economy approach. In this way, we evaluate some political, institutional and economic factors regarding the Brazilian labor market and its relation with the workers' bargaining power. We thus conclude, after evaluating the data, that we are facing a process of change in the bargaining power of workers

RICARDO SUMMA

Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

and real wage growth (aggregate and sectoral), which starts in 2006 and lasts until nowadays.

Keywords: nominal and real wages; distributive conflict; bargain power.

I. Introdução

O mercado de trabalho brasileiro apresentou um desempenho muito bom até 2014¹. No período de crescimento mais rápido, na segunda metade dos anos 2000, houve forte criação de emprego. Porém, mesmo após a desaceleração do crescimento a partir de 2011, e a relativa estabilização em um patamar mais baixo de crescimento do PIB, o mercado de trabalho continua se comportando de maneira bastante satisfatória (Amitrano, 2013), com razoável criação de empregos formais e com taxas de desemprego em patamares baixos, sobretudo se comparado à média do início dos anos 2000. Em conjunto com essa melhora no mercado de trabalho, algumas políticas e fatores institucionais também contribuíram para fortalecer a posição dos trabalhadores junto ao mercado de trabalho, como, por exemplo, as políticas de valorização real do salário mínimo e, por consequência, do seguro desemprego e outras transferências previdenciárias e sociais (Orair e Gobetti, 2010), além do aumento da cobertura de boa parte dessas

transferências. (IPEA, 2012; Gouvea dos Santos, Leal; Silva Leão, 2013; dos Santos, 2013)

Partindo de uma abordagem baseada na ideia da economia política clássica, em que a determinação dos salários depende de características políticas e institucionais e que o sucesso das negociações e dos ganhos salariais reais depende da posição de barganha dos trabalhadores, analisaremos a evolução dos salários reais no Brasil a partir dos anos 2000 à luz dessa concepção teórica. O objetivo do trabalho, portanto, é discutir em que medida essa melhora do desempenho da economia brasileira recente, sobretudo no mercado de trabalho, e o desenvolvimento de algumas políticas de transferências de renda e de proteção social e trabalhista conseguiram alterar o poder de barganha dos trabalhadores e, por consequência, a evolução dos salários reais.

Dessa maneira, o trabalho se articula em mais quatro seções, além dessa introdução e da conclusão. Na próxima seção, discutiremos brevemente as conexões teóricas entre as condições do mercado de trabalho e a evolução dos salários. Na seção 3, apresentaremos e discutiremos os dados do mercado de trabalho e a evolução das políticas institucionais de seguro-desemprego e salário mínimo no Brasil. Na quarta

seção, analisaremos alguns dados que demonstram a melhora da condição de barganha dos trabalhadores do Brasil a partir de 2006. Na seção 5, apresentaremos uma série de dados que mostram a evolução dos salários reais no Brasil no período recente. Considerações finais serão feitas na última seção.

2. A relação entre a inflação salarial e o desemprego

A relação entre inflação dos salários nominais e a taxa de desemprego, estabelecida por Phillips (1958) e depois denominada curva de Phillips, em sua versão neoclássica, é pensada teoricamente como referente a um leilão no mercado de trabalho, com o preço do fator trabalho alterando-se toda vez que o mercado de trabalho não se encontra em equilíbrio. Segundo essa visão, uma inflação salarial seria decorrente de uma tentativa de aumentar a demanda por trabalho acima da oferta de trabalho. (Palumbo, 2008) Em outras palavras, segundo essa visão, a inflação salarial ocorreria apenas quando a taxa de desemprego se situasse abaixo de uma taxa natural de desemprego da economia.

Uma visão alternativa que remonta à abordagem da economia política, entretanto, não interpreta a relação entre inflação salarial como resultado de um leilão no mercado de trabalho. Segundo essa perspectiva teórica, não há um mecanismo de ajuste automático no mercado de

trabalho frente à escassez do fator via salários. Dessa maneira, a relação entre inflação salarial e taxa de desemprego não é necessariamente sistemática, e essa relação é mediada por uma série de fatores políticos, institucionais e relativos ao poder de barganha dos trabalhadores em conseguir negociar seus salários nominais.²

Assim, a situação estrutural e conjuntural do mercado de trabalho seria mais um dos fatores que, somados a outros fatores políticos e institucionais, estabeleceria o estado do poder de barganha dos trabalhadores e sua capacidade de obter ganhos salariais reais.³

Sobre a relação entre as condições do mercado de trabalho e o crescimento dos salários, por exemplo, Phillips (1958) diz que tanto o nível como a variação do desemprego podem ser importantes. O nível do desemprego mais baixo implicaria uma concorrência maior pelos trabalhadores e o aumento de seus salários.⁴ Por outro lado, a diminuição do desemprego (variação da taxa de desemprego) deixaria os trabalhadores em uma situação de poder de barganha maior e em posição mais forte para pedir aumentos salariais. (Phillips, 1958, p. 283; ver também Pollin, 2003)

Além disso, não só o nível da taxa de desemprego e a variação da taxa de desemprego poderiam influenciar a inflação salarial, como também o próprio tempo em que a taxa de desemprego permanece em níveis altos ou baixos.

Assim, em períodos em que a taxa de desemprego se situa em patamares baixos (altos) por um longo período, é de se esperar um aumento (uma diminuição) do poder de barganha,⁵ justamente pela diminuição (aumento) do efeito “disciplinador” (Kalecki, 1943) que a possibilidade do desemprego traz aos trabalhadores.

Somado às condições estruturais e conjunturais da situação do mercado de trabalho discutidas acima, outros fatores também influenciam o poder de barganha dos trabalhadores, como, por exemplo, a política de salário mínimo, o poder dos sindicatos, a legislações de proteção trabalhista etc.

Resumindo, os salários não sobem apenas em situações em que há escassez de trabalho⁵, mas podem começar a subir muito antes disso devido ao aumento do poder de barganha dos trabalhadores e à capacidade maior dos trabalhadores em conseguir ganhos reais. Lerner (1951) fazia uma distinção entre o que ele chamava de uma situação de “*low full employment*”, em que é possível aumentar o número de empregos pela expansão da demanda efetiva, porém no qual o poder de barganha dos trabalhadores é alto e desencadeia uma espiral inflacionária, e o “*high full employment*”, que seria o pleno emprego com escassez de trabalho, no sentido que não é possível aumentar o nível de empregos com gastos monetários adicionais.

Dessa forma, nas seções seguintes avaliaremos os dados da economia brasileira relacionados tanto às condições estruturais e conjunturais do mercado de trabalho brasileiro (no que tange à situação de criação de empregos e do desemprego) quanto dos fatores institucionais e políticos ligados ao mercado de trabalho, para avaliar as mudanças do poder de barganha dos trabalhadores e relacioná-las com a dinâmica dos salários na economia brasileira a partir dos anos 2000.

3. A evolução do mercado de trabalho e das políticas sociais e institucionais no Brasil a partir dos anos 2000

Uma vez estabelecida a perspectiva teórica sob a qual analisaremos a relação entre evolução dos salários e das condições do mercado de trabalho no Brasil, passemos ao exame dos dados.

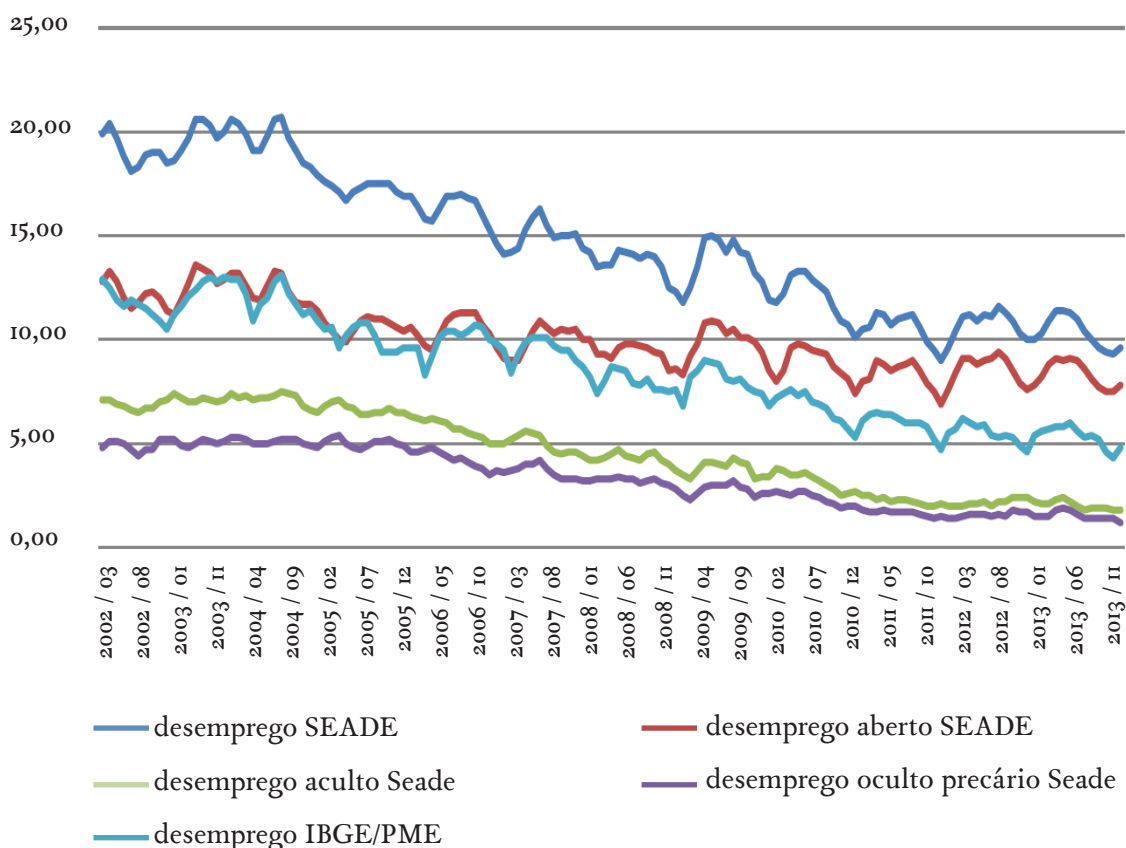
Com relação à situação conjuntural e estrutural do mercado de trabalho, um exame da evolução da taxa de desemprego a partir do ano 2000 aponta para um processo de melhora substancial. No Gráfico 1 analisamos a evolução da taxa de desemprego (medida de várias maneiras e por dois institutos de pesquisa diferentes), que seria um indicador mais estrutural das condições do mercado de trabalho, e o resultado que pode ser observado é que houve um processo de queda da taxa de desemprego, que atinge

seu auge em 2003, e depois vai se reduzindo até chegar a patamares mínimos em 2013. Também podemos notar ao observar o Gráfico 1 que a taxa de desemprego está em um patamar mais baixo a partir de 2010. No período 2010-2013, a média da taxa de desemprego é de 8,5 % e 5,8 % pelos dados do SEADE e IBGE, respectivamente. Assim, a taxa de desemprego já se situa, durante um tempo considerável, em um patamar relativamente baixo na economia

brasileira (sobretudo comparado ao nosso passado recente).

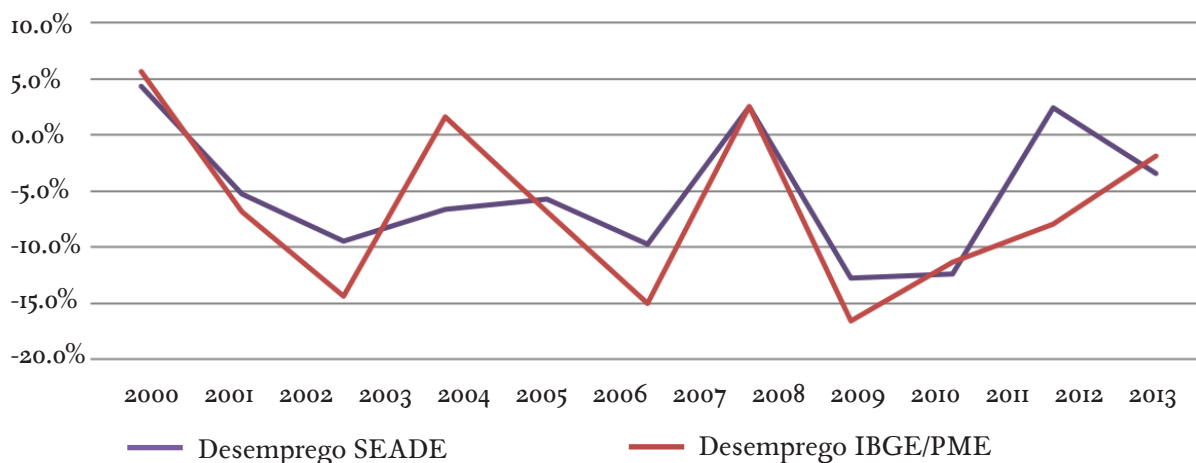
O Gráfico 2, por sua vez, mostra a taxa de variação da taxa de desemprego, aqui entendida como um fator mais conjuntural da situação do mercado de trabalho, e o resultado aponta para uma melhora a partir de 2004, porém com diminuição das reduções da taxa de desemprego nos anos de 2012 e 2013.

Gráfico 1. Taxas de desemprego



Fonte: SEADE/DIEESE; PME/IBGE.

Gráfico 2. Taxa de variação da taxa de desemprego



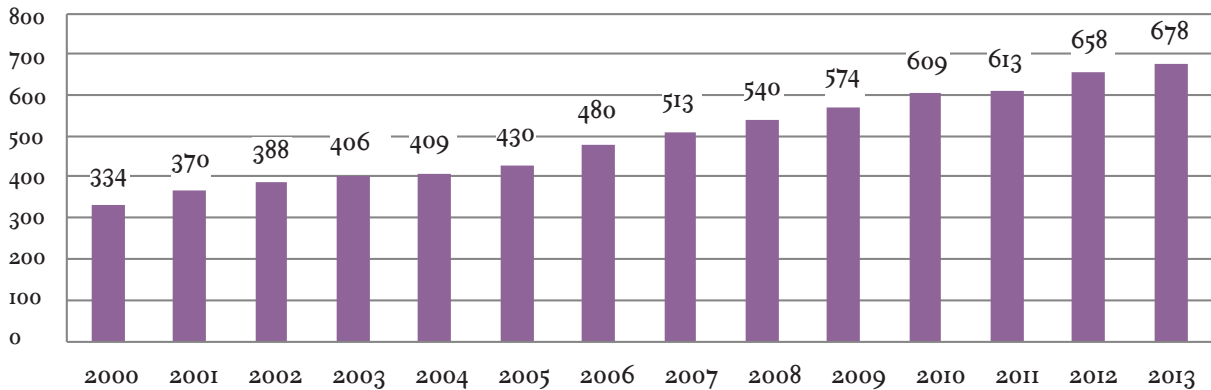
Fonte: SEADE/DIEESE; PME/IBGE.

Outro indicador importante para a análise do mercado de trabalho se refere à chamada taxa de participação, definida pela relação entre População Economicamente Ativa (PEA) e População em Idade Ativa (PIA). Segundo Amitrano (2013), ao analisar a taxa de desemprego em conjunto com a taxa de participação, nota-se que, segundo os dados do IBGE, no período recente, tanto a taxa de desemprego fica abaixo da média quanto a taxa de participação fica acima da média (IBGE) (esta última calculada para o período 2002-2012). Os dados da PNAD, entretanto, mostram uma redução da taxa de participação a partir de 2011 abaixo da média histórica, o que indicaria que parte da redução recente da taxa de desemprego decorre do fato de que pessoas em idade ativa estão deixando de procurar emprego.⁶

Se os dados do mercado de trabalho apontam para uma melhora considerável, o mesmo pode ser dito dos fatores políticos e institucionais relacionados à proteção trabalhista e à capacidade de garantir maior poder de barganha dos trabalhadores em negociar seus salários e obter ganhos reais.

A política de reajuste do salário mínimo conseguiu mais do que dobrar seu valor no período 2000-2013, conforme aponta o Gráfico 3. Essa política de ganhos reais do salário mínimo é complementar à melhor situação do mercado de trabalho para traduzir-se em crescimento do salário médio real. Segundo Medeiros (2005), o salário mínimo é importante, pois tem efeito sobre os pisos salariais negociados, sobre a renda do trabalho informal e autônomo, e funciona

Gráfico 3. Salário mínimo real (valor de 2013 = R\$ 678)



Fonte: MTE; IPCA/IBGE.

como um farol para renda do trabalho assalariado.⁷ (Medeiros, 2013) Além disso, no período analisado, o aumento do salário mínimo real

foi importante também para os empregados com salários um pouco mais altos, e consequentemente para a taxa de salários urbana. Ou seja, este adensamento da base salarial em torno do mínimo se combinou com a afirmação cada vez maior do salário mínimo em relação à taxa de salário no setor moderno da economia. (*ibidem*, p. 23)

Outra política importante que funciona como um instrumento de amparo ao trabalhador desempregado (Amorin e Gonzalez, 2009), e que também pode aumentar o poder de barganha do trabalhador empregado, é o programa do seguro-desemprego, uma vez que, quando os trabalhadores se encontram um pouco mais protegidos, há um relaxamento do efeito “disciplinador” da possibilidade de desemprego. No período recente houve tanto um aumento da

cobertura do seguro desemprego (Ibarra, 2013) quanto do valor real médio do benefício (Amorin e Gonzalez 2009). O aumento da cobertura do seguro desemprego e do abono salarial entre 2000 e 2012, foi bastante expressivo, com o número de beneficiários aumentando 99,2% e 281,1%, respectivamente. (Ibarra, 2013, p. 259) Em uma comparação internacional, o programa brasileiro se destaca pelo número de beneficiários que têm acesso ao sistema. (Castro Pires e Lima Júnior, 2014)

Por fim, com relação aos sindicatos, observa-se que, no Brasil, a sindicalização não aumentou no período recente e o aumento ficou mais restrito à área rural (Cardoso, 2014), porém, na comparação internacional, o Brasil é um dos poucos países no mundo industrializado no qual os níveis de sindicalização não experimentaram um declínio na última década (Pichler,

2011), e segundo conclui Cardoso (2014), apesar de não ter ocorrido um aumento da sindicalização em geral, não há indícios de que os sindicatos tenham perdido força no período recente, muito pelo contrário. A próxima seção discute alguns indicadores de melhora no poder de barganha dos trabalhadores que apontam no sentido de sustentar tal afirmação.

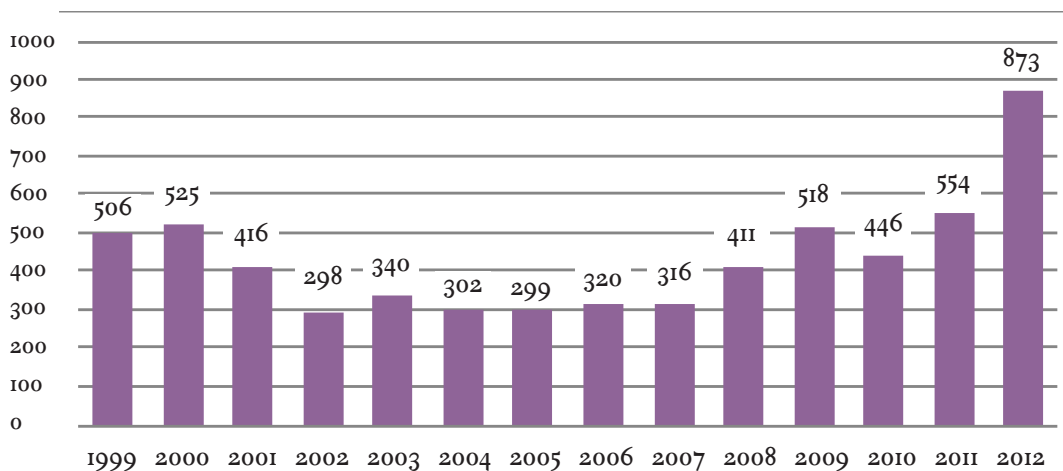
4. Alguns indícios do aumento do poder de barganha dos trabalhadores nos meados dos anos 2000

A conjunção de um mercado de trabalho mais aquecido e uma taxa de desemprego em patamares baixos por um período considerável com as políticas de ganhos reais de salário mínimo e do seguro-desemprego parece começar a despertar um aumento relativamente moderado

do poder de barganha dos trabalhadores e um acirramento do conflito distributivo, sobretudo a partir de 2010. Os Gráficos 4 e 5 mostram os dados de quantidade de greves e número de horas paradas das greves. Os dados mostram um aumento considerável desses dois indicadores nos anos de 2011 e 2012. Além disso, segundo os dados do DIEESE, a quantidade de horas paradas das greves dos trabalhadores do setor privado em 2012 mais do que quadruplicaram em relação da média do período 2006-2009. Mais da metade das greves de 2012 foram feitas por trabalhadores do setor privado, sendo que quase 38% das greves foram feitas na indústria (que inclui a construção civil).

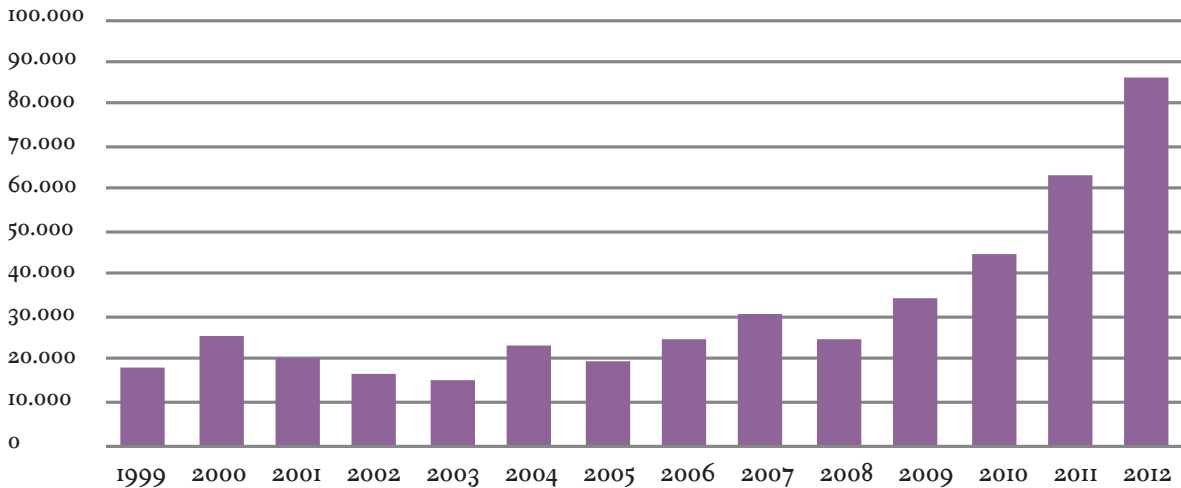
Além do aumento do número de greves discutido acima, os dados do DIEESE mostram também que as mobilizações organizadas por

Gráfico 4. Número de greves



Fonte: SEADE/DIEESE

Gráfico 5. Greves: número de horas paradas



Fonte: SEADE/DIEESE.

trabalhadores na esfera privada apresentaram maior efetividade no atendimento total ou parcial das reivindicações, com um alto percentual de greves com reivindicações atendidas total ou parcialmente, oscilando entre 70% e 80% de 2007 a 2011, e subindo para 85% em 2012.

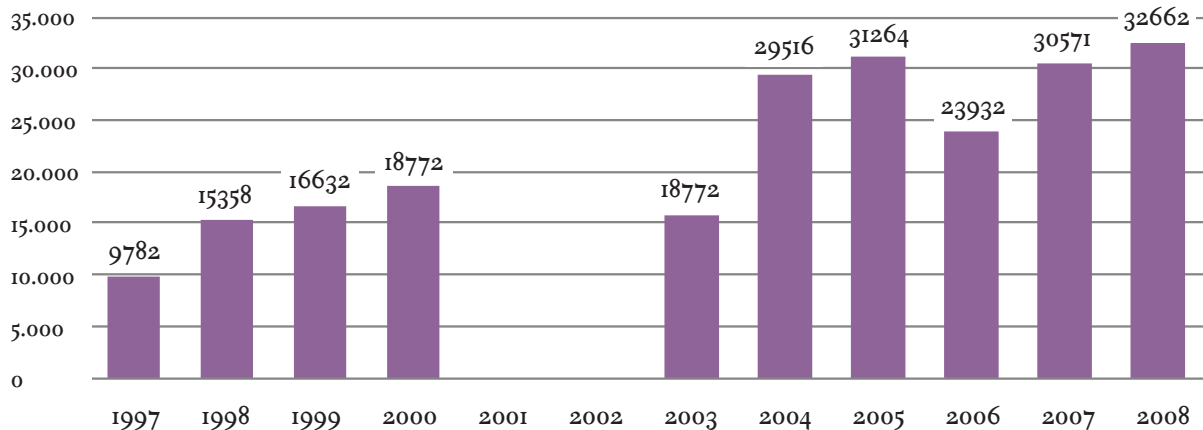
Outro dado refere-se ao número de instrumentos coletivos realizados, conforme pode ser visto no Gráfico 6, que aumentam mais para o fim da década (infelizmente, a série de dados vai apenas até 2008).

Esses dados, tomados em conjunto, permitem-nos endossar a afirmação de Cardoso (2014, p. 24) de que “a ação sindical, embora ‘invisível’ (porque não provoca a mesma comoção de outros tempos), parece bastante eficaz, além

de disseminada por todo o país, e em todos os setores econômicos”. O Gráfico 7 mostra como um percentual grande dos salários tem experimentado ganhos reais, movimento que fica mais evidente a partir de 2006, em comparação com resultados bastante ruins do período 1999-2003.

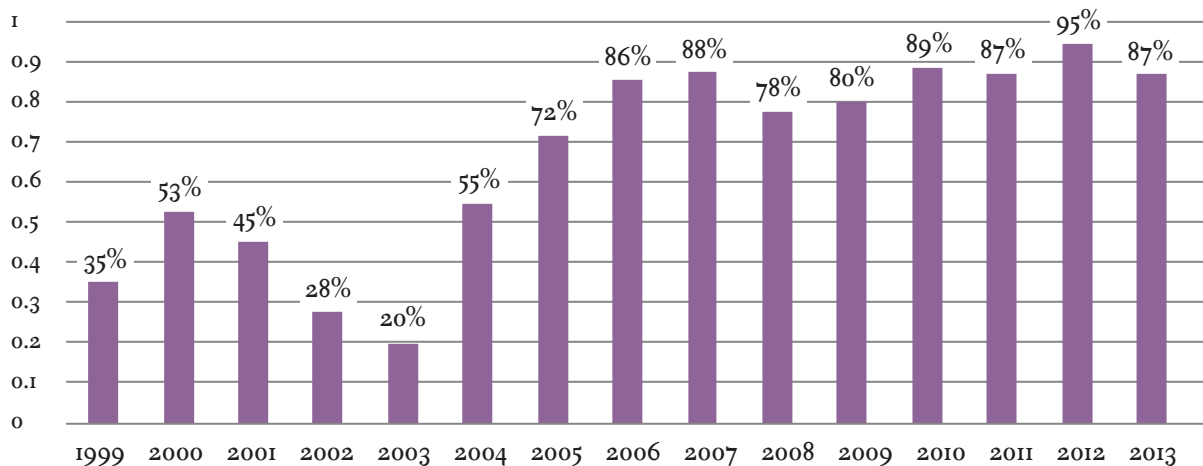
Outro fator que merece destaque e que aponta também para um maior poder de barganha dos trabalhadores e diminuição do efeito disciplinador do desemprego é o aumento da rotatividade no mercado de trabalho, que apresenta comportamento com ligeira inclinação positiva após 2007, segundo o conceito de rotatividade descontada (Ibarra, 2013). Segundo este autor, “a rotatividade tem ocorrido, principalmente,

Gráfico 6. Instrumentos coletivos realizados



Fonte: MTE.

Gráfico 7. Porcentual de salários com aumento real



Fonte: SEADE/DIEESE.

entre os demitidos sem justa causa, em ocupações de baixa remuneração e que não requerem grande especialização, a despeito de estar utilizando mão de obra com escolaridade crescente” (*ibidem*, p. 254). Esse dado também reflete outro fenômeno importante, que é o fato de que grande parte dos empregos gerados são de baixa qualidade (Amitrano, 2013), com taxa de salário em torno de 2 salários mínimo (Medeiros, 2013). Porém, como aponta Ibarra (2013, p. 254), grande parte dos desligamentos “ocorrem a pedido do empregado, que observando o aquecimento do mercado de trabalho, procura novos empregos principalmente em função de aumentos salariais”. Ibarra (2013) destaca também a correlação entre o aumento da taxa de rotatividade global e a redução na taxa de desocupação no país, que também é confirmada no estudo de Castro Pires e Lima Jr. (2014).

5. Evolução dos salários reais no Brasil

Uma vez discutidas as evidências de uma melhora do mercado de trabalho e das políticas institucionais e sociais, e da melhora no poder de barganha dos trabalhadores e do aparecimento de um conflito distributivo um pouco mais acirrado no período recente, vamos analisar o comportamento dos salários recebidos pelos trabalhadores a partir dos anos 2000.

Porém, antes de apresentar os dados da evolução dos salários no Brasil, é necessário tecer

algumas considerações sobre a natureza dos dados disponíveis. Utilizaremos para discutir a evolução dos salários os dados do CAGED e da PME/IBGE.

Os dados divulgados pelo CAGED apresentam uma vantagem, pois refletem apenas o salário recebido pelos trabalhadores do setor formal. Outra vantagem é que esses dados são compilados a partir de relatórios entregues diretamente pelas empresas. Porém, um problema com esse dado refere-se ao fato de que este reflete apenas o salário médio recebido pelos trabalhadores admitidos e desligados em cada mês, e não a média de todos os salários pagos no setor naquele mês, ainda que o número médio de admitidos e desligados por mês seja maior que 2 milhões de trabalhadores, o que dá uma boa amostra e pode ser uma boa proxy para o comportamento da variação dos salários médios agregados. Outro aspecto interessante é que os dados salariais podem ser desagregados por atividade segundo a classificação das tabelas de recursos e usos do IBGE, e este dado inclui também o salário recebido na atividade agropecuária, que não é divulgado pela pesquisa PME do IBGE, a qual se concentra apenas em algumas regiões metropolitanas do Brasil.

Este dado fornecido pela PME/IBGE possui outro problema, uma vez que se refere ao “rendimento médio nominal habitual recebido pela população ocupada”, e não ao salário nominal.

Este dado inclui o rendimento dos trabalhadores do setor formal e informal, e para o caso dos serviços, por exemplo, pode indicar uma situação enganosa, uma vez que o aumento do rendimento nominal pode decorrer não só do aumento da remuneração pela hora trabalhada, mas também ao aumento do número de horas trabalhadas ou, no caso do setor informal, decorrente do aumento das vendas realizadas de bens e serviços. Assim, se um vendedor ambulante ou um cabeleireiro vende mais bens ou serviços por conta do aquecimento da demanda, por exemplo, isso se refletirá em rendimento nominal maior, ainda que isso não implique que o salário em si, por horas trabalhadas, esteja crescendo.

Feitas essas considerações sobre a metodologia dos dados disponíveis, analisemos a síntese dos resultados sobre a evolução dos salários reais na Tabela 1. Algumas conclusões podem ser tiradas desses dados. Primeiro, é evidente que o comportamento do crescimento real dos salários médios, para qualquer dado utilizado, agregado ou desagregado, é bastante distinto para os períodos 2000-2005 e 2006-2013. No primeiro período, o crescimento real é bem mais baixo para todos os indicadores agregados e desagregados, apresentando na maioria dos casos uma média de variação negativa no primeiro período. Os ganhos reais do salário médio agregado a partir de 2006 são de 3,0% a 3,4% contra -6,8% e -3,2% no período anterior, para os dados do

IBGE e CAGED, respectivamente. Essa clara mudança de comportamento dos salários reais parece corroborar a tese aqui defendida de que a melhora do mercado de trabalho e as políticas institucionais conseguiram aumentar o poder de negociação dos trabalhadores gerando resultados efetivos a partir de 2006.

A segunda observação diz respeito à relação entre o salário mínimo e o salário médio, nos dois períodos, indicando que a relação entre os dois não é necessariamente direta e estável. Se, por um lado, o salário mínimo apresentou ganhos reais bastante próximos nos dois períodos (5,2% e 5,8%), o mesmo não ocorreu com o salário médio. Ainda com relação ao mínimo, os salários que obtiveram ganhos mais próximos a este a partir de 2006 foram o da agropecuária e construção civil.

Os dados do período recente, a partir de 2011, indicam a manutenção do crescimento real dos salários na mesma média do período, de 3,3% no CAGED e 3,6% pela PME/IBGE, a despeito da desaceleração do crescimento da economia brasileira e do reajuste real do salário mínimo, que cai para um patamar de 3,6% e deve reduzir o ritmo de crescimento até 2015 como resultado da diminuição do crescimento do PIB (e da fórmula de reajuste até 2015). Isso parece mostrar que a inflação salarial parece mais resistente e é resultado de uma mudança mais estrutural na correlação de forças para a negociação dos

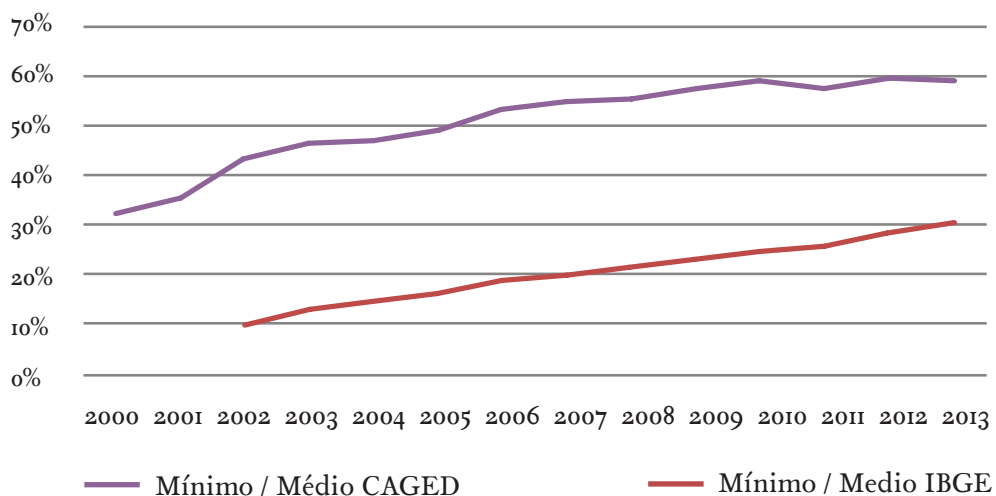
Tabela 1. Crescimento real dos salários (média dos sub-períodos)

		2001 - 2005	2006 - 2013
CAGED	Salário Indústria de transformação	-2,3%	3,4%
	Salário Construção Civil	0,0%	4,1%
	Salário Comércio	-1,6%	3,0%
	Salário Serviços	-5,3%	2,5%
	Salário Agropecuária	1,8%	5,5%
	Salário Total	-3,2%	3,4%
IBGE	Rendimento Médio Habitual*	-6,8%	3,0%
	Salário mínimo	5,2%	5,8%

Fonte: CAGED; PME/IBGE; INPC/IBGE.

*A pesquisa PME inicia-se em 2002. A média de crescimento é entre 2003 e 2005.

Gráfico 8. Relação entre salário mínimo e médio



Fonte: MTE; CAGED; PME/IBGE.

reajustes dos contratos salariais, conforme argumentado nas seções anteriores.

Os resultados para a relação entre salário mínimo e médio implicam uma estabilização em 2012-13, após um longo período conforme pode ser visto no Gráfico 9, podendo até apresentar uma redução em 2014 e 2015.

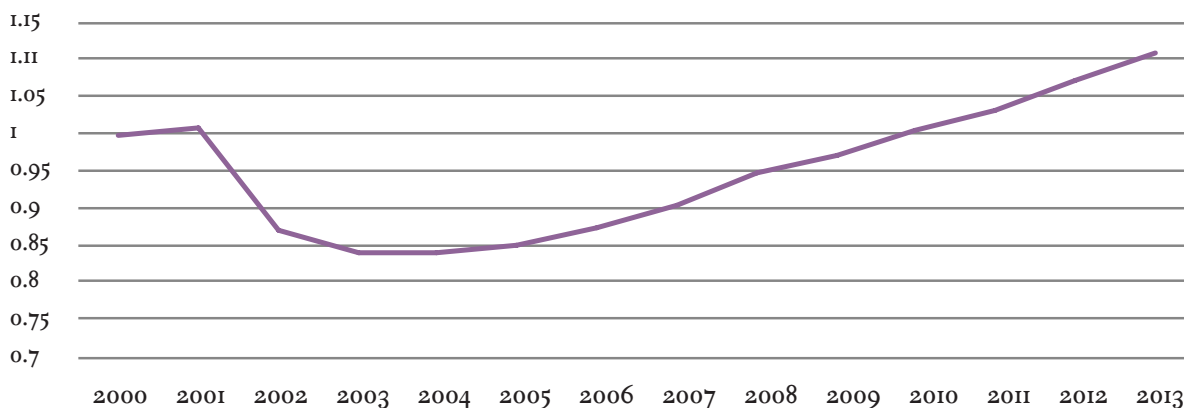
6. Considerações finais

O processo vivenciado pela economia brasileira no período recente, que Dos Santos (2013) chamou de amadurecimento do “*welfare state tropical*”, apresenta outra faceta interessante, defendida nesse trabalho, que é o ressurgimento de uma contestação um pouco maior por parte dos trabalhadores e do moderado acirramento do conflito distributivo que ficou por um longo período adormecido. Não é de se estranhar, portanto, pelo menos para aqueles que acreditam

que a distribuição funcional da renda pode ser alterada pela pressão e poder de barganha das classes sociais, que diversos atores dos meios empresariais, acadêmicos e até mesmo do governo, implicitamente ou explicitamente, estejam discutindo medidas para moderar ou até mesmo barrar esse processo em curso.

Uma olhada um pouco mais ampla do processo recente, entretanto, nos mostra que os ganhos reais salariais em boa parte apenas refletem uma recuperação do poder de compra dos salários, que foram corroídos até 2004, como resultado de reajustes abaixo da inflação relativamente alta do período, conforme aponta o Gráfico 9. Por essa análise do comportamento do salário real a partir do ano 2000, percebemos que os ganhos reais de 2004 a 2010 apenas restabeleceram o poder de compra que os salários tinham no ano 2000.

Gráfico 9. Salário real médio (Índice: 2000=100)



Fonte: IPCA/IBGE; CAGED.

Dessa maneira, se os anos 2000 podem ser considerados como um período de recuperação do poder de compra dos salários, a segunda década do século XXI no Brasil parece apontar para um avanço moderado na tentativa de mudar o baixo patamar estrutural que tem a parcela salarial na renda nacional. (Hallak Neto & Saboia, 2013; De Conti, 2014) Ainda que este processo esteja em aberto e não seja possível prever os desdobramentos futuros nesse sentido, não parece arriscado afirmar que este debate será cada vez mais central na discussão dos rumos das políticas econômicas e institucionais no Brasil.

Bibliografia

- AMITRANO, C. R. "Considerações sobre o mercado de trabalho no Brasil". In: CORRÊA, V. P. *Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- AMORIM, B. e GONZALEZ, R. "O seguro-desemprego como resposta à crise no emprego: alcance e limites", *Nota técnica IPEA mercado de trabalho*, 40, ago. 2009.
- CARDOSO, A. "Os sindicatos no Brasil", *Nota técnica IPEA mercado de trabalho*, 56, fev. 2014.
- CASTRO PIRES, M. C. & LIMA JÚNIOR, A. "Análise econômica do programa seguro-desemprego: uma reflexão sobre o espaço disponível para ajuste das despesas do FAT", *Nota técnica IPEA mercado de trabalho*, 56, fev. 2014.
- GAREGNANI, P.; CAVALIERI, T.; LUCII, M. "Full employment and the left". In: BINI, P. & TUSSET G. (Org.). *Theory and practice of economic policy*. Tradition and change. Selected Papers from the 9th Aispe Conference. Milão: Franco Angeli Edizioni, 2008.
- DE CONTI, B. "O salário mínimo e um mínimo de economia política", *Jornal do Brasil*, 18/04/2014.
- DOS SANTOS, C. "Notas sobre as dinâmicas relacionadas do consumo das famílias, da formação bruta de capital fixo e das finanças públicas brasileiras no período 2004-2012". In: CORRÊA, V. P. *Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013
- GLYN, A. *Capitalism unleashed: finance, globalization, and welfare*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- GOUVEA, R. R.; DOS SANTOS, C. H. M.; LEAL, E. M.; SILVA LEÃO, I. L. "Estimativas trimestrais das transferências públicas de assistência e previdência no Brasil no período 1995-2012", *Texto para discussão IPEA 1991*, Rio de Janeiro: IPEA, agosto de 2013.
- HALLAK NETO, J. e SABOIA, J. "A distribuição funcional da renda no Brasil: análise dos resultados recentes e estimação da conta da renda nos anos de informações preliminares do Sistema de Contas Nacionais", *Seminários de pesquisa, IE-UFRJ*, 2013.
- IBARRA, A. "Mercado de trabalho brasileiro: identificação dos problemas e propostas de enfrentamento na perspectiva da agenda social-desenvolvimentista". In: FONSECA, A. & FAGNANI, E. (orgs.). *Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- IPEA. *Panorama de política fiscal*. Brasília: IPEA, 2012.
- KALECKI, M. "Political aspects of full employment", *The Political Quarterly*, vol. 14, n. 4, Wiley Blackwell: Oxford, 1943, pp. 322-330.
- KALECKI, M. "Class struggle and the distribution of national income", *Kyklos*, vol. 24., n. 1, Wiley Blackwell: Oxford, 1971, pp. 1-9.
- LENER, A. *Economics of employment*. McGrawHill: NYC, [1951] 1978.
- MEDEIROS, C. A. "Salário mínimo e desenvolvimento econômico". In: BALTAR, P. et al. *Salário mínimo e desenvolvimento*. Campinas: Unicamp, 2005, pp. 13-24.
- MEDEIROS, C. A. *A influência do salário mínimo sobre a taxa de salários no Brasil na última década*. Rio de Janeiro: IPEA, 2013 (mimeo).

ORAIR, R. & GOBETTI, S. “Governo gastador ou transferidor? Um macrodiagnóstico das despesas federais no período de 2002 a 2010”. In: IPEA. *Brasil em desenvolvimento 2010*, v. 1, Brasília: Ipea, 2010, pp. 87-112.

PALUMBO, A. *Demand and supply forces vs institutions in the interpretations of the Phillips curve*. Roma: Dipartimento di Economia, Roma Tre, 2008 (mimeo).

PHILLIPS, A. W. “The relation between unemployment and the rate of change of money wage rates in the United Kingdom, 1861–1951”, *Economica*, v. 25, n. 100, 1958, p. 283-299.

PICHLER, W. “Tendências da sindicalização no Brasil: 1992-2009”. In: *Brasil: Fundação de Economia e Estatística*, vol. 38, n. 3, 2011, pp. 37-46.

POLLIN, R. “Wage bargaining and the US Phillips curve: was Greenspan right about ‘traumatized workers’ in the 1990s?”, *AEA/URPE session Recessions, inflation and the prospects of equitable growth*, Washington: ASSE meeting Washington DC, 2003.

ROWTHORN, R. E. *Conflict, inflation and money*, *Cambridge Journal of Economics*, vol. 1, n. 3, Oxford University Press: Oxford, 1977, pp. 215-239.

SERRANO, F. *Acumulação de capital, poupança e crescimento*. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 2008 (mimeo).

SERRANO, F. “O conflito distributivo e a teoria da inflação inercial”, *Revista de Economia Contemporânea*, v. 14, n. 2, Rio de Janeiro, maio/ago 2010, pp. 395-421.

STIRATI, A. *The theory of wages in classical economics: a study of Adam Smith, David Ricardo, and their contemporaries*. Edward Elgar Publishing: Cheltenham, 1994.

Notas

1 Esse trabalho foi finalizado no final do ano de 2014, quando submetido para a Revista da SEP. Tendo em vista a defasagem normal entre o envio do artigo, a análise dos pareceristas, a revisão do artigo e sua publicação (que se diga de passagem, o tempo para esse processo na Revista da SEP felizmente está bem abaixo da média das revistas nacionais), passou-se o ano de 2015 o qual mostrou uma rápida guinada da política econômica e uma forte deterioração do mercado de trabalho, com destruição de postos de trabalho formal, aumento da taxa de desemprego e queda dos salários e remunerações reais. O presente artigo, porém, não tratará das causas e consequências dessa guinada, limitando-se apenas a discutir o processo que vai até 2014.

2 Ver (Kalecki, 1971; Rowthorn, 1977; Stirati, 1994; Serrano, 2010).

3 Para análises empíricas sobre a inflação salarial nos países centrais utilizando esse arcabouço, ver Glyn (2007) e Cavaliere, Garegnani e Lucii (2008).

4 Ainda que um desemprego alto não leve a uma grande diminuição salarial. Phillips (1958) estabelece, portanto, uma relação não-linear entre desemprego e inflação salarial.

5 Inclusive porque o próprio tamanho da própria força de trabalho reage endogenamente, ainda que de maneira mais lenta, à situação do nível de atividade da economia. Ver Serrano (2008).

6 Esse efeito pode ser explicado de duas maneiras: 1. com uma menor criação de empregos algumas pessoas deixam de procurar emprego e saem da PEA (efeito desalento), o que sinalizaria um desaquecimento do mercado de trabalho; 2. uma baixa taxa de desemprego e mais facilidade para recolocação no mercado de trabalho levaria a saída de um grupo de pessoas da PEA para qualificação etc.

7 Além de ser um fator de propulsão para os trabalhadores autônomos, o que ajuda na redução da taxa de desemprego.

DANIEL FELDMANN

UTILITARISMO E RACIONALIDADE EM SCHUMPETER, KEYNES E HAYEK: UMA VISÃO CRÍTICA

Recebido em 13 de Janeiro de 2015

Aprovado em 30 de Abril de 2015

UTILITARISMO E RACIONALIDADE EM SCHUMPETER, KEYNES E HAYEK: UMA VISÃO CRÍTICA

Resumo

Neste artigo pretendemos debater a crítica de Schumpeter, Keynes e Hayek ao utilitarismo. Argumentaremos que tais críticas acabam por incidir em apreciações unilaterais e/ou idealistas do comportamento subjetivo dos indivíduos no modo de produção capitalista. Pretende-se mostrar que, ao compreenderem de forma limitada a relação entre a sociabilidade capitalista e o utilitarismo, as críticas dos referidos autores acabaram por ser insatisfatórias e frágeis tanto para explicar a força de tal fenômeno social, quanto para realizar uma crítica consistente a ele.

Palavras-chave: história do pensamento econômico; economia política; utilitarismo.

Classificação JEL: B30; B20.

Abstract

This article aims to discuss the criticism espoused by Schumpeter, Keynes and Hayek of utilitarianism. We argue that such criticisms focus on unilateral and/or idealistic assessments of subjective behavior of individuals in the capitalist mode of production. We intend to show that because of their limited understanding of the relationship between the capitalist sociability and utilitarianism, the arguments of these authors turned out to be unsatisfactory and fragile to explain the strength of this social phenomenon and also to make a consistent criticism of it.

Keywords: history of economic thought; political economy; utilitarianism.

DANIEL FELDMANN

Professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

I. Apresentação

O utilitarismo formou e ainda forma a base epistemológica de grande parte da teoria econômica. A ideia de um indivíduo racional, cioso do meio externo que o circunda, calculador e que não apenas busca como logra maximizar sua satisfação diante dos dados econômicos postos é tomada largamente como eixo metodológico. São justamente tais premissas do comportamento subjetivo, que se firmaram como hegemônicas a partir da revolução marginalista e neoclássica, que também deram base para o caráter dedutivo da análise econômica. Isto é, tomando-se, a priori, as premissas do individualismo metodológico alçadas na racionalidade dos agentes econômicos, caberia à ciência elaborar as mediações teóricas que dessem conta de explicar e prever os fatos econômicos.

Assim, de forma explícita ou implícita, o utilitarismo tem sido sustentado por muitos economistas como visão de mundo. Nesta, de forma geral, a felicidade e prosperidade coletivas seriam resultado da busca individual de utilidade e satisfação. O “benthamismo” e seu cálculo individualista de prazer e dor como critério de bem-estar do todo social é deliberadamente reivindicado por autores seminais da história do pensamento econômico como Mill e Jevons. No caso deste último, que teve papel-chave no

estabelecimento paradigma neoclássico, tal apropriação não deve ser imputada apenas às transformações teóricas trazidas pelo autor – como, por exemplo, na tentativa de situar o valor em torno da utilidade –, mas também em termos morais e filosóficos.¹ É fato que, por outro lado, com a posterior tendência à formalização e matematização da ciência – que se iniciou justamente a partir das transformações iniciadas pelos primeiros neoclássicos de fins do século XIX –, parece-nos que os economistas deixaram de ligar seus modelos econômicos a teorizações filosóficas do utilitarismo. Todavia, longe disso expressar o abandono do etos e dos princípios utilitários, trata-se justamente do contrário: o utilitarismo é simplesmente tomado como fato, sem precisar ser recorrentemente justificado. Isso é patente, a nosso ver, quando nos deparamos com muitos dos continuadores da teoria neoclássica ou em escolas de pensamento como a dos economistas novos clássicos.

Todavia – e é justamente disso que nosso artigo trata –, a relação entre utilitarismo e ciência econômica, bem como a relação entre utilitarismo e a visão de capitalismo, está longe de ser tranquila para um conjunto muito importante de economistas. Afinal, a compatibilização harmoniosa entre projetos de vida subjetivos e a realidade social objetiva enfrenta poderosas

dificuldades e incongruências. Tal desconforto é tão conspícuo que pode ser nitidamente apreciado na investigação de economistas tão importantes quanto díspares – tanto em teoria como em visão de mundo – como Schumpeter, Keynes e Hayek. Por outro lado, é correto dizer também que o enquadramento crítico do utilitarismo dos três referidos autores acima deve ser situado historicamente. O conturbado período da primeira metade do século XX, marcado por duas guerras mundiais e pela crise dos anos 1930, em que o otimismo dos princípios liberais e utilitários do século XIX estava em questão, foi sem dúvida fértil para reavaliações como eles produziram.

Entretanto, nossa hipótese aqui é a seguinte. De um lado, os três autores mencionados erigiram não apenas construções teóricas como também visões globais do capitalismo assentadas em premissas sob certos aspectos menos simplistas do que as do pressuposto redutor de um *homo economicus* racional e maximizador. Por outro lado, pretende-se advogar aqui a ideia de que as respostas dadas pelos autores acabam por incidir em apreciações unilaterais e/ou idealistas do comportamento subjetivo dos indivíduos no modo de produção capitalista. Pretende-se mostrar que, ao compreenderem de forma limitada a relação entre a sociabilidade capitalista e o utilitarismo, as críticas dos referidos autores acabaram por ser insatisfatórias e frágeis tanto para explicar a força de tal fenômeno social,

quanto para realizar uma crítica consistente a ele. Para atingir tal objetivo, inicialmente buscaremos mostrar como a questão do utilitarismo e da racionalidade subjetiva aparece em cada um dos três autores. Em seguida, teceremos comentários críticos quanto à maneira que cada um deles aborda a questão. Nas nossas considerações finais, buscamos de forma sintética apontar caminhos para a reflexão que decorrem do estudo realizado.

2. Schumpeter e a racionalidade anti-capitalista

No diagnóstico de Schumpeter sobre a instabilidade e a falta de legitimidade da ordem institucional capitalista no século XX, o racionalismo típico da modernidade e o utilitarismo ocupam lugar central, como pode ser atestado principalmente em seu livro *Capitalismo, socialismo e democracia*, mas também em diversos outros textos do autor. Entretanto, aqui, uma breve digressão é necessária para dirimir possíveis equívocos. É sabido que Schumpeter, desde seu famoso *Teoria do desenvolvimento econômico*, imputa à atividade empresarial um papel fulcral não apenas no que diz respeito ao seu papel econômico como também ao seu papel sociológico. O empresário é central para o sistema econômico, pois é justamente sua atividade inovadora que permite deslanchar o fenômeno do desenvolvimento econômico de forma

endógena. Mas, ao mesmo tempo, o empresário é o esteio daquilo que Schumpeter chamava de ordem capitalista, compreendida pelas suas esferas social, cultural e política. A legitimidade do capitalismo competitivo do século XIX devia quase tudo ao empreendedor individual, tanto pela admiração coletiva que este inspirava, como também pela relativa facilidade com que cada pessoa, segundo Schumpeter, poderia ascender à condição de empresário.

Todavia, mesmo que Schumpeter identifique o período de ascensão da figura do empresário com o do advento do utilitarismo, ele rechaça que o racionalismo hedonista seja uma característica decisiva do empreendedor em si mesmo. O seu empresário não parece se mover apenas como um *homo economicus*, mas também pelo “sonho ou desejo de se fundar um reino privado”, “desejo de conquista”, para “provar-se superior a outros”, pela “aventura”. (Schumpeter, 1982, p. 65) Ainda persistiria, em torno da atividade empresarial, resquícios afetivos atávicos de formas pré-capitalistas, carismáticas e não exatamente racionais de dominação.

Por outro lado, como a atividade empresarial para Schumpeter trazia como corolário o incessante desenvolvimento capitalista, todo o tecido social seria remodelado pelo processo de racionalização social. “Nesse sentido, o capitalismo – e não apenas a atividade econômica em geral foi, afinal de contas, a força propulsora

da racionalização do comportamento humano”. (Schumpeter, 1979, p. 165) A lógica utilitária, quantificadora e calculadora da ação econômica tendia a racionalizar diferentes campos da vida. Ideias e comportamentos são racionalizados e uma atitude mais pragmática diante da vida aflora não apenas para a burguesia, mas para todas as classes sociais.

Neste preciso sentido, a racionalidade e o utilitarismo, produtos da difusão do sistema capitalista, minariam sua própria ordem institucional e sua legitimidade. E isso ocorreria não apenas em função da conhecida ideia do autor de que, no capitalismo do século XX, a figura sociológica do empresário – que era a base da legitimidade e da possibilidade de ascensão individual no capitalismo do século XIX – fora suplantada em função da rotinização das inovações e da racionalização e da burocratização crescentes do aparato econômico impessoal no seio das grandes empresas. A nosso ver, o fulcro da preocupação de Schumpeter é ainda mais profundo do que isso. O estabelecimento de uma ordem social e política embebida num racionalismo utilitário era totalmente contraditório com o ethos individualista e burguês pautado na livre iniciativa e em alguma forma de meritocracia.

As promessas brilhantes de progresso e prosperidade ensejadas pelo desenvolvimento econômico, apesar de totalmente plausíveis para Schumpeter, eram apenas promessas distantes

no horizonte e não poderiam servir por si de esteio para a ordem social. Pois, como o utilitarismo prega a busca racional pelas necessidades e desejos imediatos para todos, ele acaba por se chocar com os pressupostos institucionais do capitalismo. Pois afinal, “Para as massas é a visão de curto prazo que interessa. [...] do ponto de vista do utilitarismo individualista, estão sendo perfeitamente racionais ao pensarem assim”. (*ibidem*, p. 188)

O “desencantamento” de um mundo agora tornado crescentemente racionalizado suscitava um afã generalizado por mais e mais planejamento da sociedade. Tal tendência planificadora, já posta em marcha naturalmente no seio dos grandes oligopólios econômicos, que tendiam a abolir relativamente a anarquia de mercado, espalhava-se por todas as esferas sociais. É nesta base que deve ser compreendida a tendência para o desenvolvimento daquilo que ele chama de socialismo, leia-se, a culminação de um processo crescente de domínio e regulação do Estado em detrimento da iniciativa privada individual.² Assim, o socialismo schumpeteriano seria nada mais do que a concretização necessária da própria lógica racionalizadora em curso.

A isto se somava a congênita incapacidade de os valores burgueses perdurarem no novo contexto, pois o mesmo processo de racionalização destruía os antigos alicerces hierárquicos

de dominação social que as classes dominantes pré-capitalistas tiveram no passado.³ A razão “burguesa” virava-se contra a própria burguesia, na medida em que o pragmatismo utilitário da sociedade conduziria o meio político para soluções socializantes e impessoais de curto prazo, em detrimento da cada vez mais longínqua e distante utopia liberal do progresso global pautado na atomização da sociedade. Para Schumpeter, só durante um curto período do século XIX é que teria havido espaço para a legitimação da ordem capitalista centrada no empresário individual. Mas, justamente, isto só fora possível, segundo Schumpeter, tanto porque havia ainda espaço para um progresso puramente pessoal, quanto também porque a racionalização utilitária ainda não havia se desenvolvido plenamente. Ou seja, como frisamos mais acima, o antigo empresário ainda suscitava um tipo de apoio emocional, não racional, tal qual os antigos nobres e chefes militares e religiosos do passado.

Para nossos propósitos neste artigo, trata-se menos de analisar as previsões pessimistas de Schumpeter quanto ao futuro do capitalismo e o advento do que ele intitulou socialismo. O mais importante por ora é retermos seu diagnóstico da profunda contradição existente no capitalismo entre a mentalidade utilitarista e racional e a noção reivindicada pelo liberalismo do século XIX de uma harmonia social assentada em valores individualistas. Contradição

esta que, para Schumpeter, chega às raízes do paroxismo na medida em que, de acordo com ele, “nenhum sistema pode funcionar exclusivamente baseado em contratos livres entre partes contratantes (juridicamente) iguais e onde se parta do princípio de que todos são guiados apenas por seus próprios fins utilitaristas (de curto prazo)”. (*ibidem*, p. 520)

No fundo, o que Schumpeter aponta é para a própria impossibilidade de que valores tipicamente burgueses e liberais sirvam de esteio para tal sociedade. Como a burguesia assentava sua autoridade e conquistas na razão, ela não mais poderia defender seus próprios interesses com argumentos irracionais e de autoridade como as antigas classes dominantes. Afinal, “A liberdade que a burguesia desaprova não pode ser esmagada sem que se esmague também liberdade que ela aprova”. (*ibidem*, p. 195) A consequência disso – nem sempre totalmente explícita na obra de Schumpeter, mas facilmente dela derivável – é que a ordem capitalista sempre há de precisar de outros valores, externos aos que emanam de sua própria lógica de funcionamento, para se sustentar. É precisamente por isso que Schumpeter sugere que, na medida em que democratização racional da sociedade – produto da modernidade burguesa – destrói seus alicerces atávicos e hierárquicos pré-capitalistas, ela também mina a capacidade de comando social da própria classe capitalista. Na ausência de tais dispositivos puramente

atávicos, outros dispositivos, como o nacionalismo irracional e antiutilitário, podem cumprir, para Schumpeter, o papel de legitimação social no lugar dos valores burgueses. Tal é a leitura de Schumpeter, por exemplo, do crescimento do fascismo no entreguerras, interpretado como uma “revolta contra [...] a civilização racionalista da época”. (*ibidem*, p. 697)

Destarte, o grande tema subjacente à discussão acima é o da própria (in)capacidade de legitimação “endógena” da sociedade capitalista. A dificuldade que Schumpeter põe em tela, portanto, é a que se coloca entre um processo objetivo e incontornável de racionalização social e de generalização de comportamentos utilitários, e a afirmação, por outro lado, de uma sociedade que no seu plano ideal exalta a dimensão subjetiva dos indivíduos, sua liberdade, seus méritos e suas preferências pessoais. Ou, dito de outra forma, é como se, para Schumpeter, a sociabilidade capitalista só pudesse persistir traíndo seus próprios ideais.

3. Keynes e sua crítica da racionalidade utilitária

“Com nossa aversão ao benthamismo, nosso individualismo próprio, conseguimos nos livrar do marxismo. Mas não conseguimos que as novas gerações estivessem imunes”. (Keynes, 1972, p. 446)

A frase acima está presente no ensaio *My early beliefs*, escrito em 1938, onde Keynes traça uma retrospectiva intelectual de sua juventude em meio ao grupo de artistas e intelectuais de Bloomsbury. Como uma primeira aproximação de nosso problema, é preciso dizer que o rechaço ao benthamismo em Keynes tem um significado muito mais amplo do que poderia parecer inicialmente. Não se tratava apenas da crítica ao racionalismo individualista e do utilitarismo oriundos de Bentham no plano estrito da ciência econômica, apesar de que isso teve grande importância na formulação teórica de Keynes, como mencionaremos mais à frente. O autor via nesta corrente filosófica o grande mal de seu tempo, pois “baseada numa superestimação dos critérios econômicos, estava destruindo o ideal popular” (*ibidem*, p. 447). O benthamismo como ideal filosófico disseminado por seus discípulos, mais ainda do que as próprias ideias de Bentham, era responsável não apenas pela ideia de que o cálculo individual maximizador tendia a promover a maior felicidade geral, mas também por uma tremenda supervalorização dos valores e elementos econômicos na vida social.

O problema econômico para Keynes não era, portanto, apenas um problema da produção de riqueza, de suas falhas e tendências estagnantes. Era também um problema de valores. A razão deveria ser usada não apenas para superar as falhas da ciência econômica, mas deveria

também ser a bandeira na batalha pela vitória de outros valores que não os estritamente econômicos. Ou melhor: para Keynes, a razão e os valores deveriam se transformar numa mesma coisa.⁴ No plano prático, tais assertivas implicam que, para Keynes, o indivíduo utilitarista e “economicista” não apenas deixa de ser o pivô do progresso material e cultural, tal qual assumira o antigo liberalismo do *laissez-faire*, como passa a ser visto como o causador de grande parte dos males que assolava a civilização ocidental no século XX. “O mundo não é governado do alto de forma que o interesse particular e o social sempre coincidam [...] frequentemente os indivíduos que agem separadamente na promoção e de seus próprios objetivos são excessivamente ignorantes ou fracos até para atingi-los.” (*ibidem*, p. 115)

Assim, por exemplo, a aparente racionalidade do indivíduo frugal e poupador deve ser criticada, pois leva, do ponto de vista social, ao “paradoxo da poupança”, isto é, a uma tendência de queda do gasto e da renda global e assim da própria poupança agregada. O comportamento austero subjetivo passa então a ser visto como contraproducente para o sistema econômico, mas também como um comportamento egoístico e antissocial assentado numa injusta distribuição da riqueza. Keynes também criticaria asperamente o fenômeno do *love of money* (amor ao dinheiro) – outra consequência direta

do “benthamismo” –, isto é, o fato de o ganho pecuniário ter se tornado critério fundamental não só da atividade econômica, mas também dos valores sociais em geral. Nas suas palavras, “A visão era a utilitária e a econômica – alguém poderia dizer financeira – ideal tido como único respeitável da comunidade em seu conjunto”. (Keynes, 1972b, p. 342)

Como consequência, a dinâmica econômica permeada pelo “amor ao dinheiro” implicaria o fenômeno do rentismo e o afã por ganhos especulativos de curto prazo. Ao mesmo tempo, o “amor ao dinheiro” individualista também era visto como causa e consequência da instabilidade e da incerteza de economias monetárias. O culto da moeda – que guardava relação direta com conceito de preferência pela liquidez – seria, para Keynes, a contraprova da inexistência de qualquer harmonia e racionalidade objetiva num sistema econômico deixado ao sabor do puro subjetivismo. “A posse do dinheiro real tranquiliza nossa inquietação e o prêmio que exigimos para nos separar dele é a média do grau de nossa inquietação”. (Keynes, 1978b, p. 173) E justamente tal inquietação, que aferra os indivíduos ao dinheiro em diversos momentos e com isso atrapalha o desempenho da produção e a geração da renda, é o corolário do fato de que as decisões de investimento de longo prazo carecem de qualquer base sólida de cálculo e segurança. Num mundo em que o futuro é pouco

previsível, o apego à moeda cumpriria o papel de elo entre o amanhã e hoje. Ou seja, em todo e qualquer caso, o “amor ao dinheiro” traria consigo efeitos disruptivos sobre a economia, como também sobre a coesão da sociedade e sobre as relações internacionais.

O diagnóstico até aqui de Keynes ecoa, portanto, a ideia de uma crise da civilização burguesa, e nesse sentido é possível traçar um paralelo até certo ponto com o que foi dito de Schumpeter. Todavia, Keynes não era determinista como aquele último. Keynes pensava ser plenamente factível dotar o capitalismo e sua civilização de um novo ethos. Inspirado em G. E. Moore, ele se apoiava na ideia de que a finalidade suprema das atividades humanas não era equacionar da melhor forma o cálculo entre prazer e dor, mas sim atingir “estados da mente” elevados. Tais estados da mente, como, por exemplo, o prazer estético, a arte, o amor, a comunhão entre indivíduos e o conhecimento, seriam a encarnação do “bom” para Moore, isto é, coisas que teriam alto valor intrínseco em si mesmas. Daí a noção de um “utilitarismo ideal” em Moore, pois os meios válidos passam a ser aqueles que acarretam na “bondade” dos estados da mente. A riqueza material e o hedonismo deixam de ser os parâmetros “úteis” a serem considerados.⁵ Como, para ele, o capitalismo moderno, por si mesmo, seria “absolutamente irreligioso, sem união interna, sem muito espírito público [...]”.

Um sistema como esse deve ser imensamente, não apenas moderadamente, bem sucedido para sobreviver” (Keynes, 1972c, 267), seria preciso então dotá-lo de certa “religiosidade” – no caso em questão, os “bons” valores da filosofia de Moore.

O que está implícito, portanto, na visão de Keynes, é a defesa de uma racionalidade substantiva que libertasse a civilização burguesa de seus vícios. Mais ainda, Keynes acreditava ser possível conciliar o “bom” no sentido de Moore com um sistema econômico próspero e estável. Os seus famosos “controles centrais”, propostos no capítulo 24 da *Teoria geral* – distribuição da renda, “socialização dos investimentos” e “eutanásia do rentismo” – permitiriam que se alcançasse resultados econômicos positivos – pleno emprego permanente, ausência de crises, aumento do estoque de capital e da capacidade produtiva –, como também ensejariam um conjunto de valores oposto aos daqueles do “amor ao dinheiro” egoísta: uma maior justiça social, um senso coletivo de progresso etc. E mais ainda: com a potencial abundância econômica antevista por Keynes a partir de tais controles – ou seja, aquilo que ele chamava de “fim do problema econômico” – na medida em que a sociedade pudesse satisfazer de forma adequada suas necessidades materiais absolutas, os homens poderiam então realizar de forma plena os “bons estados da mente” no sentido indicado por Moore.⁶

Assim, se a racionalidade estritamente utilitária que se forjara ao longo do século XIX e que ainda era profundamente influente no século XX se sustentava a partir da dinâmica do capitalismo deixado por si próprio, a racionalidade alternativa que ele propugnava só poderia ser externa ao sistema econômico. Daí o papel singular que ele creditava à esfera política.

Diferentemente de Schumpeter, que acentuava a incompatibilidade quase automática entre a dinâmica capitalista e sua legitimidade política, Keynes acreditava que através da força das ideias⁷ e da persuasão era possível avançar. A política seria, portanto, flexível, um campo em aberto para Keynes. Aqui se deve levar em conta a influência de Edmund Burke sobre Keynes, com seu conceito de “*expediency*” (conveniência). Os julgamentos políticos não deveriam se basear em fórmulas abstratas e rígidas, mas deveriam ser pautados pelas circunstâncias concretas da decisão a ser tomada. A atividade política deveria, portanto, se basear em distintos meios e compromissos para se chegar a diferentes finalidades. Ora, é patente que tal influência é muito nítida na vida prática de Keynes, nas suas tentativas de estabelecer pactos entre sindicatos e empresários, de orientar a política de Estados e instituições para a regulação do sistema econômico, de buscar construir formas de coordenação internacional nas relações entre países etc.

É fundamental frisar ainda que a saída para a crise de civilização que Keynes propugnava era também uma alternativa ao marxismo, ou, mais precisamente, para aquilo que o autor chamava de marxismo. Pois, na sua visão, tanto o benthamismo quanto o marxismo hipostasiavam os motivos econômicos. De que forma? Keynes entendia que o espírito individualista dentro do contexto de *laissez-faire* do século XIX suscitou a apologia do ganho econômico privado do benthamismo. Já o marxismo seria outra consequência possível do mesmo comportamento utilitarista, na medida em que colocava os interesses econômicos do coletivo como o único fim para o qual todos os meios deveriam convergir. Assim, o marxismo seria o “benthamismo levado às raias do absurdo” para ele. (Keynes, 1978, p. 123)

É neste preciso sentido que a crítica de Keynes ao utilitarismo desvela o sentido de seu liberalismo idiossincrático. Se no liberalismo da era do *laissez-faire* acreditava-se que era a liberdade para a busca da satisfação individual egoística o que garantiria a prosperidade e o bem-estar geral, no século XX Keynes pensava que apenas outros valores somados à prosperidade material geral – garantidos pela racionalidade externa dos mencionados “controles centrais” – seriam a única salvaguarda da liberdade do indivíduo diante das ameaças de transformação radical da sociedade pleiteadas por outras forças políticas como as do socialismo marxista. Ou seja,

tratava-se em última de instância de inverter as premissas do liberalismo clássico de forma a se preservar os pilares da civilização burguesa.

4. Hayek versus a “arrogância da razão”

Uma terceira e importante abordagem dentro da problemática de nosso artigo é a leitura do utilitarismo oferecida por Hayek. Antes de tudo, devemos frisar que sua crítica ao *homo economicus* racional e quantificador deve ser enfocada a partir de sua tentativa de reabilitar e também de certa forma reinventar o pensamento liberal e individualista. Para Hayek, o liberalismo apenas superaria a crise em que vivia no século XX a partir de um enorme esforço intelectual que seria ao mesmo tempo uma reinterpretação e atualização de suas premissas e também a superação de certas derivações bastardas e deturpadas do que ele pensava ser o verdadeiro liberalismo.

Como uma primeira aproximação ao tema, destaca-se o conhecido ensaio de Hayek, “Economics and knowledge”, em que podemos ler que “meu ponto principal é que as tautologias que os modelos de equilíbrio em economia consistem essencialmente [...] apenas nos contam algo sobre o mundo real [...] na medida em que possamos encontrar conhecimentos definidos sobre como o conhecimento é adquirido e comunicado” (Hayek, 1980, p. 33). Tratava-se, para

Hayek, portanto, de criticar a visão estática de equilíbrio da teoria econômica tradicional, em que os indivíduos teriam *a priori* o conjunto de informações objetivas para pautarem suas ações. Mas, mais importante ainda, neste artigo estaria presente a ideia que Hayek imputa ser sua maior contribuição à ciência,⁸ isto é, mostrar como os indivíduos, de forma inconsciente, criavam determinada ordem espontânea através dos mercados e seus preços livremente estabelecidos:

Mostrar como nesse sentido, a ação espontânea dos indivíduos irá [...] trazer uma distribuição de recursos que pode ser entendida como se fosse feita através de um plano único – quando na verdade ninguém a planejou, parece ser uma resposta adequada [...] para o que chamam de ‘mente social’ (Hayek, 1980, p.54).

Ao longo de toda sua obra, o raciocínio implícito na apreensão do funcionamento dos mercados seria extrapolado para a compreensão global da dinâmica histórica e institucional da sociedade. A ênfase na espontaneidade da ordem social que emana da inter-relação impessoal entre os indivíduos faz com que Hayek critique duramente todas as teorias que postulavam que os homens têm ampla capacidade para criar e modificar deliberadamente a realidade. Haveria, portanto, um vício naquilo que Hayek chamava de noções construtivistas da realidade, pois estas acreditavam poder prever e dirigir os rumos da humanidade e não aceitavam o fato

de que o processo evolutivo seria sem sujeito, imprevisível e incompatível com quaisquer leis pré-estabelecidas. O marxismo, mas também todas as tentativas de planificação econômica e social como o keynesianismo e o Estado de bem-estar do pós-guerra seriam exemplos de construtivismo.

Hayek pensava que a superestimação da capacidade cognitiva do homem e da possibilidade de alterar os rumos sociais era consequência de uma postura arrogante do homem diante do meio social. A mente do homem não era produtora, mas sim “produto da civilização na qual ele cresceu, quase sem se dar conta da experiência que a formou” (Hayek, 1983, p. 21). A possibilidade de direcionar a sociedade num dado caminho seria para ele algo restrito a uma pré-história da humanidade, em que prevalecia a simplicidade da atividade humana. Na sociedade capitalista moderna e complexa, marcada não apenas por ampla divisão do trabalho como também por profunda divisão do conhecimento, tais atitudes não passariam de uma presunção construtivista e cientificista cuja motivação emocional residiria na permanência atávica de instintos dos primórdios da humanidade. Hayek criticava, portanto, as reminiscências de antropomorfismo no pensamento humano, que tiveram um impulso formidável com a superestimação da razão promovida desde o advento do iluminismo.

Tal virada no pensamento de Hayek faria com que ele se diferenciasse claramente tanto da teoria neoclássica convencional, como do utilitarismo que a suportava. Afinal, para ele, o suposto de uma racionalidade própria de um indivíduo autônomo e onisciente em relação aos dados objetivos era algo que não poderia se sustentar diante da complexidade social existente.

A razão humana, com R maiúsculo, não existe no singular, como dado ou como disponível para qualquer pessoa em particular, como a abordagem racionalista parece assumir, mas deve ser concebida como um processo interpessoal no qual as contribuições de uns são testadas e corrigidas pela de outros. (Hayek, 1980b, p.15)

Ou seja, o conhecimento e a difusão de informações necessárias para o funcionamento eficaz do sistema econômico só podem ocorrer *a posteriori*, isto é, como resultado da experimentação espontânea e não planejada dos agentes individuais.

Portanto, a pretensão de conhecimento e racionalidade apriorísticos que embasava a ideia de equilíbrio neoclássico era tão somente um constructo teórico pretensioso que acabava por alimentar, mesmo que inconscientemente, as tendências construtivistas e assim, indiretamente, dava munição para o próprio socialismo e para o desejo de planejamento social e econômico. Pois, para Hayek, mesmo que os autores que se pautavam pelo *homo economicus* utilitário reivindicassem posições liberais, eles estariam

implicitamente estimulando aquilo que ele chamava de “arrogância da razão”. (Hayek, 1985, p. 32) Afinal, diria Hayek, ao se supor possível a capacidade de predizer e calcular de antemão os resultados objetivos da interação intersubjetiva, ou ainda, ao se imaginar como factível medir o grau de satisfação individual obtido em decorrência dos eventos econômicos,⁹ por que então não estender tal poderosa razão para intervir e planejar o conjunto das atividades econômicas como pregavam os inimigos do liberalismo? Por isso, para Hayek, os princípios utilitaristas eram uma péssima resposta aos teóricos socialistas. A crítica ao socialismo jamais poderia se apoiar na ideia de indivíduos oniscientes batalhando racionalmente por seus desejos. Pois, afinal, tal perspectiva não oferecia nenhuma garantia de que em nome de tal “hedonismo racionalizado” a sociedade não caminhasse em direção a formas de construtivismo, ferindo assim os pressupostos de livre desenvolvimento da ordem espontânea.

É fundamental explicitar também que a crítica à “arrogância da razão” também se apoia em considerações do autor sobre o plano moral da sociedade. Pois dentro de seu argumento é inevitável que, na medida em que a presunção cientificista e racionalista se torne dominante, ela também passe a reivindicar para si a prerrogativa de julgar aquilo que seria bom ou mau para os diferentes indivíduos, subvertendo sua liberdade. Também nesta base o utilitarismo

inspirado em Bentham seria criticado, posto que seria “ideia construtivista [...] baseada na ideia de que somos suficientemente inteligentes para escolher nossa moral [...] o que é um absurdo [...]. Jamais conseguimos selecionar nossos valores morais a partir deste princípio” (Hayek, 1980b, p. 15). A ácida crítica que Hayek realizou de Stuart Mill reside em considerações similares na medida em que este último quis deduzir o conceito de justiça social das premissas utilitaristas.¹⁰

A ideia de justiça social ou de qualquer forma de igualitarismo material como fim substantivo de políticas discricionárias seria incompatível com o desenrolar da ordem social espontânea. Mais ainda, isto significaria a transgressão de um padrão ético e de preferências exclusivamente individuais e insondáveis por agentes externos, fato que estaria na base do “caminho da servidão”, ou seja: toda tentativa de plano econômico implicaria uma situação de arbitrariedade que, caso não fosse interrompida, levaria inevitavelmente ao totalitarismo. Todo o problema é que, independentemente das intenções do planejamento – que em si mesmo pode ser realizado por indivíduos pessoalmente simpáticos ao liberalismo –, ele sempre terá uma tendência a aumentar de grau, de forma que não haverá limites ao controle das atividades realizadas pelos indivíduos: “Já vimos que a íntima interdependência de todos os fenômenos econômicos torna difícil deter o planejamento

exatamente no ponto desejado e que, ao impedir que o livre funcionamento do mercado se estenda além de certo limite, o planejador será forçado a ampliar os seus controles até estes abrangerem todos os aspectos da sociedade”. (Hayek, 1984, p. 112) Destarte, para Hayek, não há a possibilidade de meio termo pois o fato de que o mercado se desenvolva de forma espontânea e inconsciente torna as intervenções sobre ele necessariamente progressivas e cada vez mais restritivas.

Assim, tanto a razão quanto a moral da sociedade seriam, para Hayek, produtos e não causas de sua evolução. As instituições adequadas que haviam garantido todo desenvolvimento social e cultural do Ocidente jamais tinham sido, para ele, produto consciente da ação política direta, mas sim fruto de um lento e impessoal processo de seleção e melhoramento. Justamente por isso é que, para ele, caberia ao Estado simplesmente papel de fiador de tal quadro institucional. Ou seja, o Estado jamais poderia ser por si próprio a emanação da razão – daí também sua crítica ao construtivismo que ele imputava a Hegel –, mas apenas o guardião de uma dada estrutura legal que assegurasse e impusesse regras de condutas geradas pela interação espontânea entre indivíduos. A dinâmica social, portanto, só poderia ser manejada de forma ativa e consciente em troca da supressão da liberdade individual e da imposição de códigos morais estranhos e alheios aos homens. Suprimir os

resquícios racionalistas e construtivistas seria a pré-condição para o resgate do verdadeiro liberalismo para Hayek.¹¹

5. Considerações críticas

a) Schumpeter

O ponto mais forte da análise de Schumpeter, a nosso ver, reside na contradição entre o racionalismo utilitário e os ideais liberais e burgueses. Mas justamente em tal formulação, vista sob um outro ângulo, reside o que pensamos serem os limites da sua abordagem. Vejamos. Schumpeter acaba por quase identificar a ordem capitalista com um tipo de individualismo cuja legitimidade só fora possível em certa medida durante século XIX, mas não mais no século XX. Esta é a raiz de sua tese de que o capitalismo daria lugar ao socialismo, ou então só poderia alternativamente se impor enquanto sistema a partir de forças sociais externas a sua lógica, como o atavismo e o nacionalismo. Forças sociais estas que seriam não apenas externas como também providas de um fundo emotivo irracional pré-capitalista e, portanto, antitéticas em relação à fria, pragmática e quantificadora razão utilitária. Portanto como a ordem capitalista só poderia perdurar com muletas vindas “de fora”.

Ora, uma primeira contraposição imediata a tal tese reside no fato de que Schumpeter reduz a sociabilidade capitalista a um dado etos cujo

tipo ideal se apoia no empreendedor/empresário e na livre-iniciativa individual. Mas se entendermos aqui a essência do capitalismo a partir do desenvolvimento de uma relação social objetiva e incessante de “valorização do valor”, que por sua vez informa e molda o conjunto das esferas da vida social, é muito evidente que assim se fragiliza tal premissa schumpeteriana. Ou seja, Schumpeter não pode apreender a especificidade do capitalismo em erigir um dado sentido universalizante e totalizante para o desenvolvimento histórico e que o constitui como um sistema que pode se plasmar com diferentes – e, mesmo aparentemente, opostas – conformações políticas, sociais e culturais. Ou seja, a sociabilidade sob o capitalismo não se dá num único sentido “ideal”, e assim ela não só pode prescindir como objetivamente, na história, prescindiu muitas vezes dos valores sem os quais Schumpeter pensava que ela não poderia prosperar.¹² E isto remete à ideia de que o processo de racionalização e burocratização social que de fato acompanha o capitalismo jamais implicará por si o seu fim ou a sua superação. Aliás, para a maior parte dos países, tal processo foi nada menos que a pré-condição para a difusão em maior escala das relações capitalistas e da dominação objetiva do valor sobre a sociedade.

Em segundo lugar, e mais importante, ao abordarmos o capitalismo através da dinâmica “cega” da valorização sem fim e dos seus

imperativos de eficiência e produção pela produção, podemos enxergar a própria ideia de racionalização sob outro prisma. Pois aquilo que, do ponto de vista dos indivíduos no capitalismo aparece como a necessidade de agir racionalmente e de se estabelecer cálculos utilitários, ao mesmo tempo corresponde à submissão deles mesmos à dinâmica irracional da mercadoria e da valorização. Assim, a inelutável racionalidade dos meios corresponde à onipresente irracionalidade dos fins do capital, cujo limite é o próprio capital. Pode-se dizer que, até certo ponto, Schumpeter apontava para tal paradoxo na medida em que a sua ideia de socialismo como mero desenvolvimento da racionalidade apontava para uma nova forma opressiva de dominação, como mencionamos. Mas, de toda forma, a sua elaboração torna-se manca e unilateral ao imputar tal fato à racionalização *per se* e não à dialética sujeito-objeto embutida nas relações capitalistas. O utilitarismo capitalista é então racional apenas se abstrairmos o fato de que ele pressupõe uma subjetividade já plenamente absorvida pela irrazão do capital. Destarte, o “desencantamento do mundo” da modernidade é apenas a outra face do “encantamento da mercadoria” ou “encantamento da produção pela produção”, que tende a se espalhar por todos os poros da vida social.

Isso fica patente a nosso ver na insistência de Schumpeter em negar que os fenômenos do imperialismo, do colonialismo e do belicismo

estatal no século XX estejam ligados às causas racionais e econômicas. Como é sabido, a sua teoria do imperialismo atribuía tais fenômenos ao atavismo, ao nacionalismo e outras formas de comportamento tidos como irracionais, e jamais poderiam ser derivadas do capitalismo e de seu espírito, que seriam, para ele, em si mesmos, pacíficos e pragmáticos, justamente porque utilitários.¹³ O caminho mais profícuo para a crítica de tal teoria, a nosso ver, não implica meramente contrapô-la em seus próprios termos, a saber, mostrando por exemplo como os conflitos nacionais do século XX carregaram consigo interesses capitalistas e materiais conscientes. Mais importante nos parece mostrar como a dinâmica capitalista observada através de sua finalidade abstrata de valorização infinita traz consigo a tendência à disputa e opressão nacionais. A tentativa de Schumpeter de imputar tais fenômenos fundamentalmente à política e não à economia apoia-se na questionável separação que ele realiza entre ambas as esferas.¹⁴ Mas justamente o que se perde de vista com isso é que, como contrapartida da socialização capitalista, os Estados tendem não apenas a serem engolfados, como tendem a promover os imperativos de mercado e concorrência que são indissociáveis do capitalismo.

Em síntese: é justo dizer com Schumpeter que há, de fato, uma contradição entre a busca utilitária dos diferentes indivíduos por ganhos e satisfação imediata e a legitimidade social do

capitalismo, contradição esta que leva muitas vezes este último a ter que “trair seus ideais”. Entretanto, justamente a dimensão fetichista que escapou a Schumpeter explica por que o capitalismo pode perfeitamente em determinadas situações não apenas conviver com, mas também instigar formas de sociabilidade diferentes das do ethos liberal e individualista do século XIX. Além disso, pelos mesmos motivos, ele não pode captar que o próprio utilitarismo poderia prosseguir como esteio da legitimidade capitalista. Afinal, a abstração que reduz tudo a cálculos de ganhos e perdas posta em marcha pela dinâmica da valorização do capital tende a ser internalizada pelos indivíduos, na sua vida prática diária, como a única forma de realidade possível e existente. Com isso, na medida em que os sujeitos tornam-se objeto de tal dinâmica fetichista, o seu utilitarismo subjetivo há de ser repostado como forma de comportamento tida como necessária e natural e não como uma prática social incompatível com a ordem capitalista. Mesmo que Schumpeter tenha razão em apontar as contradições que sempre marcam tal processo, ele não atentou para o fato de que haveria todo um espaço de coabitação e retroalimentação entre o utilitarismo e o capitalismo que, de forma quase inconsciente, seria recorrentemente reproduzido.

b) Keynes

Buscamos mostrar que a tentativa de Keynes de erigir uma nova racionalidade e novos valores em substituição ao utilitarismo hedonista e àquilo que ele chamava de “superestimação do econômico” e “amor ao dinheiro” configura uma dimensão central de sua visão de capitalismo. Com mais justeza do que os antigos liberais do século XIX e também da maioria de seus adversários teóricos coetâneos, Keynes soube identificar na própria lógica do capitalismo moderno uma situação disruptiva e desestabilizadora que não endossava nem de longe uma relação harmoniosa entre a ação individualística e o coletivo social.

Entretanto, como uma primeira apreciação de suas propostas que buscavam dirimir tal quadro, cabe dizer que sua ideia de se produzir via “controles centrais” um dado estado de abundância que faria terminar o “problema econômico” através da saciedade das necessidades absolutas da humanidade não pode se sustentar. Afinal, ela assume como premissa a ideia de que haveria uma correlação entre o processo de acumulação de capital e as necessidades sociais. Mas justamente o problema é que não pode existir qualquer base para tal afirmação se nos ativermos às dimensões objetivas e subjetivas postas pela lógica do capital. Pois, do ponto de vista objetivo, é sumamente falso estipular a ideia de “abundância” enquanto a valorização

do capital continuar a balizar a vida econômica. Destarte, a abundância sempre tende a pairar como um horizonte intransponível, pois o capital sempre há de criar e moldar necessidades. Em outros termos, o “problema econômico” é o próprio capital pairando como força estranha aos homens e conduzindo-os de acordo com suas determinações fetichistas.¹⁵

Ao mesmo tempo, do ponto de vista subjetivo, os indivíduos tendem a internalizar as práticas e ações que correspondem à sociabilidade centrada no valor. Neste preciso sentido, a proposta de minar a “superestimação do econômico”, como pretendeu Keynes, só pode tornar-se uma mera petição de princípios. Seja como necessidade ou interesse, a subjetividade sob o capitalismo será, portanto, atravessada pelos critérios de concorrência e rentabilidade que sempre acabam por repor aos indivíduos o “problema econômico”. Se não se leva em conta tais perspectivas, o utilitarismo e o “econômico” não podem ser criticados com a devida profundidade.

Destarte, não por outros motivos, a tentativa de Keynes incutir na sociedade capitalista outra racionalidade e outros valores se assenta numa concepção idealista e voluntarista de transformação social nos marcos da dinâmica do capital. É por esta via que deve ser concebida criticamente a sua proposta da “eutanasia do rentismo”. Não se trata apenas de se enfatizar

a crítica que se tornou comum nas últimas décadas, de que com a conjuntura de financeirização da economia global seria cada vez mais utópico separar o lado “produtivista” do capitalismo de seu outro lado mais “especulativo” e “rentista”. Uma crítica mais relevante e atemporal a nosso ver seria o fato de que o “rentismo” e o “amor ao dinheiro” se desdobram da própria dinâmica, por assim dizer, “produtiva”. Pois, mesmo que com graus maiores ou menores de regulação, planejamento e intervenção do Estado, o próprio desenrolar econômico pautado no trabalho abstrato e na racionalidade empresarial quantificadora há de impor o dinheiro não apenas como equivalente geral, como também há de torná-lo um fim em si.

Por certo, Keynes viu com inteligência o fato de o dinheiro encarnar a riqueza e concentrar poderes próprios e insubstituíveis. Mas a pretensão de que seria possível conciliar o capitalismo com a supressão ao culto ao dinheiro denuncia o viés voluntarista da sua formulação. Assim, os seus apelos exagerados à persuasão e à força das ideias não são meros raios em céu azul, mas sim a consequência lógica da fragilidade de seu “utilitarismo ideal”. Alguns poderiam considerar que tais assertivas são exageradas e contraditórias com a enorme influência de Keynes no período do pós-guerra. Mas aqui não se trata de um julgamento em si do apelo que as ideias de Keynes lograram num dado período histórico no que tange ao intervencionismo e

regulação estatais, apelo este cuja análise está fora do escopo deste artigo. O essencial é que a “vitória” da visão de capitalismo de Keynes, quando analisada pela ótica de sua crítica ao utilitarismo hedonista, é uma vitória de Pirro. Com a continuidade do processo de valorização do capital, a possibilidade de controle sobre o caráter qualitativo da produção tende a se esvaír. Assim, a continuidade do processo de acumulação certamente há de repor a hegemonia do valor de troca sobre os valores de uso, assim como reiterar a produção incessante de mercadorias como norte final do sistema econômico. Nesta forma social alienada do controle consciente dos homens, não haverá qualquer base objetiva consistente para o “fim do problema econômico” e tampouco para uma nova forma de subjetividade livre dos imperativos do “amor ao dinheiro”.

c) Hayek

Como vimos, a crítica de Hayek ao utilitarismo era parte de uma crítica mais ampla, pautada nos limites da razão humana. Assim o autor punha em tela a complexidade de uma sociedade onde o sentido e os efeitos das interações humanas jamais poderiam ser pré-concebidos e, por isso, também não poderiam ser planejados. A força do argumento hayekiano, a nosso ver, reside no fato que ele conseguiu enxergar, melhor que Keynes e Schumpeter, como a dinâmica social do capitalismo consiste num processo

impessoal dos quais os próprios homens são objeto.

Por outro lado, a alternativa proposta por Hayek – conceber a “ordem espontânea” como único lócus possível e desejável de sociabilidade humana – só pode ter como resultado a aceitação moral e política de todo o processo de alienação humana aí implícito. Ou seja, a alternativa de Hayek é a conservadora e fatalista constatação de que não há qualquer outra alternativa. A impotência da razão diante de uma sociedade cada vez mais marcada pela divisão do trabalho e do conhecimento e a consequente impossibilidade e indesejabilidade de conduzir a sociedade com um enredo prévio seria o preço a se pagar para a preservação do individualismo, do progresso e da criatividade humana. Assim, em Hayek, o limite das ciências sociais seria dado meramente pela análise dos meios pelos quais os indivíduos estabelecem relações entre si, ao passo que os fins substantivos de tais relações seriam deixados ao sabor do inconsciente processo evolutivo da economia capitalista e suas instituições sociais.

Por isso mesmo, a crítica de Hayek ao utilitarismo será parcial apenas, posto que enfatizará apenas seus exageros construtivistas, mas não a redução das dimensões da vida à uma prática meramente pecuniária. Ao contrário: em nome de se combater o “totalitarismo” do construtivismo, Hayek acabou por fazer, na prática, o

elogio de uma outra forma de “totalitarismo”, que poderíamos parafrasear como a “servidão” da economia e do valor. Afinal, todas as consequências sociais e éticas da submissão fetichista do homem à lógica da mercadoria devem ser aceitas, por mais danosas e destrutivas que sejam na realidade.

E mais ainda: na medida em que a sociabilidade pautada por “livres” mercados, na prática, jamais se dá por processos meramente espontâneos, pode-se também imputar ao próprio Hayek a pecha de “construtivista”. Como bem frisou Prado (2007, p. 30) “o seu anticonstrutivismo se interverteu também em construtivismo”. Pois, em última instância, como atesta toda a história da modernização capitalista, caberá ao próprio Estado e seu monopólio da violência salvaguardar e garantir a reprodução de uma ordenação social assentada nos pilares da propriedade privada e da supremacia acima de tudo das relações mercantis. Mais ainda, também a ação deliberada e planejada do Estado sempre há de ser invocada quando se trata de remover da sociedade instituições antagônicas com as premissas do liberalismo de Hayek. Justamente este foi o conteúdo das recomendações de Hayek quando inspirou Thatcher a realizar um combate sem tréguas aos sindicatos de trabalhadores ingleses, ou ainda quando logrou compatibilizar a ditadura de Pinochet no Chile com seu conceito de ordem espontânea não totalitária.¹⁶

Destarte, a dinâmica arbitrária e enclausurante que Hayek imputava ao estatismo construtivista, em suas diferentes formas, acabaria por ser repostada pela porta dos fundos através daquilo que ele próprio chamava de “ordem espontânea”. As suas tentativas de travestir tal arbitrariedade do jogo econômico através da instauração de um dado estado de direito não podem ser tomadas por convincentes, tanto porque elas diretamente têm que ter um caráter impositivo – e, por isso, “construtivista” –, como também porque indiretamente elas reduzem a sociabilidade humana aos imperativos do mercado com todas as suas consequências. Em nome da crítica aos exageros construtivistas e racionalistas, Hayek só pode oferecer a passividade dos homens frente à irrazão do capital sem peias.

6. Considerações finais

Neste artigo buscamos encaminhar uma reflexão sobre a crítica ao utilitarismo presente em Schumpeter, Keynes e Hayek. O primeiro deles acabou por sustentar a incompatibilidade crônica entre o utilitarismo e a ordem capitalista. Já Keynes acreditava ser possível introjetar nesta mesma ordem outra razão e valores alternativos de forma a sustentar sua perenidade. Já Hayek, por sua vez, preconizou a necessidade de subsunção dos indivíduos à dinâmica alienada da “ordem espontânea”, de forma a se coibir os impulsos planejadores e construtivistas que

poderiam advir do utilitarismo. Entretanto, ao longo das páginas acima, indicamos elementos que denotam que, para uma efetiva crítica ao utilitarismo, é preciso superar as limitações e o caráter unidirecional das abordagens dos autores sobre o tema.

Não é objetivo deste artigo realizar tal tarefa, mas apenas indicaremos aqui, à guisa de conclusão, algumas breves linhas neste sentido. Em primeiro lugar, a nossa investigação sugere que a persistência do utilitarismo como fenômeno social e como esteio teórico da ciência econômica deve ser pensada a partir de bases distintas daquelas em que os autores analisados fizeram. Mais precisamente, cremos ser necessário situar o utilitarismo como um modo de pensamento e de ação cuja possibilidade de existência e legitimação situa-se nas formas sociais através das quais os indivíduos se postam em relação aos imperativos do valor. Formas sociais estas que, em seu próprio movimento de reprodução, suscitam de forma inexorável a mercantilização da vida e, com ela, a racionalidade utilitária. A própria influência, ainda muito importante, das teorias de inspiração neoclássica na ciência econômica deve ser concebida, a nosso ver, também como decorrente da incorporação acrítica de tais formas sociais e não apenas, como querem alguns, como reflexo de seus poderes retóricos, sua “elegância” ou do poder de difusão dos centros universitários que as seguem.

Ao mesmo tempo, apreender o conteúdo contraditório da racionalidade subjacente ao comportamento utilitarista implica situá-lo nas relações subjetivas e objetivas que o moldam. Tais relações só podem se apresentar invertidas no capitalismo. Pois a atividade subjetiva dos homens com vista ao ganho econômico através de objetos é, ao mesmo tempo, a manifestação de uma sociedade fetichista em que os indivíduos são objetos de um processo sem limite de valorização abstrata, no qual o sujeito é o próprio capital. Além disso, uma análise mais atual do capitalismo poderia indicar de que forma fenômenos contemporâneos, como a financeirização e a generalização do consumismo – fenômenos estes que acentuam ainda mais o caráter fetichista da sociabilidade moderna –, colocam em relevo mais uma vez o utilitarismo tanto como prática social como também como premissa explícita ou implícita da teoria econômica. Em síntese, a crítica ao utilitarismo não pode ser dissociada da crítica ao fetichismo e ao valor no capitalismo.

Bibliografia

DOSTALER, G. *Keynes and his battles*. Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Elgar, 2007.

EBENSTEIN, A. *Friedrich Hayek: a biography*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

HAYEK, F. "Economics and knowledge". In: HAYEK, F. *Individualism and economic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

HAYEK, F. "Individualism: true and false". In: HAYEK, F. *Individualism and economic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1980b.

HAYEK, F. *Hayek na UNB: conferências, comentários e debates de um simpósio internacional realizado de 11 a 12 de maio de 1981*. Brasília: Editora da UNB, 1981.

HAYEK, F. *Os fundamentos da liberdade*. Brasília: Editora da UNB, 1983.

HAYEK, F. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1984.

HAYEK, F. *Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política*, 3v.rax. São Paulo: Visão, 1985.

HAYEK, F. *Hayek on Hayek: an autobiographical dialogue*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

JEVONS, S. *A Teoria da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

KEYNES, J. M. "My early beliefs". In: *The collected writings of John Maynard Keynes*. v. X. Londres: Macmillan, 1972.

KEYNES, J. M. "Art and the State". In: *The collected writings of John Maynard Keynes*. v. XXVIII. Londres: Macmillan, 1972b.

KEYNES, J. M. "Can Lloyd George do it?". In: *The collected writings of John Maynard Keynes*. v. IX. Londres: Macmillan, 1972c.

KEYNES, J. M. "O fim do laissez-faire". In: *Col. Os grandes cientistas sociais*, 2ª ed, São Paulo, Ática, 1978, p. 117.

KEYNES, J. M. "A teoria geral do emprego". In: *Col. Os grandes cientistas sociais*, 2ª ed., São Paulo, Ática, 1978b.

KEYNES, J. M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

MOORE, G. E. *Principia ethica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

PRADO, E. Complexidade: Hayek e Marx. In: *Instituto de Estudos Avançados da USP*, 2007. Disponível em: <www.iea.usp.br/evolusociais>.

SCHUMPETER, J. A. "Sociologia do imperialismo". In: SCHUMPETER, J. A. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCHUMPETER, J. A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHUMPETER, J. A. "A instabilidade do capitalismo". In: CARNEIRO, R. (org.) *Os clássicos da economia*. São Paulo: Ática, 1997.

Notas

1 Como, por exemplo, nesta formulação dada por Jevons (1983, p. 38) "Desejo dizer algumas palavras, neste ponto, acerca da relação da Economia com a Ciência Moral. A teoria que segue está baseada inteiramente sobre o cálculo do prazer e do sofrimento; e o objeto da Economia é a maximização da felicidade por meio da aquisição do prazer, equivalente ao menor custo em termos do sofrimento. A linguagem empregada pode dar margem a mal-entendidos, e poderia parecer como se os prazeres e os sofrimentos de todo o tipo fossem tomados como motivos plenamente suficientes para guiar a mente do homem. Não hesito em aceitar a teoria utilitarista da Moral, que toma o efeito sobre a felicidade da humanidade como o critério do que é certo ou errado. Porém, nunca percebi haver alguma coisa naquela teoria que nos impeça de propor as interpretações mais amplas e profundas a partir dos termos utilizados."

2 A definição de Schumpeter de socialismo aponta para um tipo de sociedade muito diferente daquela preconizada por Marx e grande parte da tradição marxista "[...] há poucos motivos para se acreditar que esse socialismo signifique o advento da civilização com que sonham os socialistas ortodoxos. É muito mais provável que tenha aspectos fascistas. E isso sem dúvida seria uma resposta muito estranha às orações de Marx. Mas a história às vezes distrai-se com

piadas de gosto duvidoso”. (Schumpeter, 1979, p. 452) De forma semelhante a Weber, Schumpeter via o socialismo como uma sociedade extremamente racionalizada, e justamente por isso, extremamente burocrática e com nítido viés totalitário.

3 “Santo Graal atrai mais admiração do que a bolsa de valores”. (Schumpeter, 1979, p. 180)

4 “No campo da ação, os reformadores não terão êxito até conseguirem firmemente seguir um objetivo claro e definido, formulado através da sintonia de seus intelectos e sentimentos.” (Keynes, 1978, p. 126)

5 Para Moore, Bentham teria sido vítima da “falácia naturalista”. Leia-se: naturalizando o comportamento calculista baseado em interesses, Bentham confundia meios e fins da atividade humana. O fato de que os indivíduos busquem diversos meios para obter o prazer e evitar a dor é tomado como se o prazer em si mesmo fosse necessariamente a finalidade suprema das ações humanas. Noutras palavras, Bentham, para Moore, acaba por deixar inexplicado por que o prazer deve ser tomado com fim. Isto é, o prazer não necessariamente teria seu “valor intrínseco” e nem mesmo poderia por definição ser tomado como o “bom”. A racionalidade dos atos, para Moore, não estaria definida *a priori* pelos fins de prazer, dor e interesse. Cf.: Moore (1999, p. 35).

6 Nesta base, Keynes criticava todos aqueles que “enormemente superestimam a significância do problema econômico. O problema econômico não é difícil de resolver. Se você o deixar comigo, eu cuidarei dele.” (Keynes *apud* Dostaler, 2007, p. 93)

7 “Estou convencido de que a força dos interesses escusos se exagera muito em comparação com a firme penetração das ideias.” (Keynes, 1992, p. 291)

8 Cf.: Hayek (1994, p. 11).

9 Com relação a certos economistas neoclássicos, Hayek vaticinava “avaliar os diferentes tipos de utilidades de diferentes tipos de pessoas então [...] tem que concluir que a mesma quantidade de dinheiro vale menos para o rico que para o pobre [...] Mas o fato é que [...] a ideia de que as utilidades de diferentes tipos podem ser comparadas é simplesmente um absurdo, é uma ilusão.” (Hayek, 1981, p. 17)

10 Para Hayek, Mill não teria se dado conta no século XIX

de que a tentativa de acabar com a pobreza “pela redistribuição teria levado [...] à destruição de tudo o que ele mesmo julgava uma vida civilizada, sem conseguir alcançar o seu objetivo” (Hayek, 1983, p. 42).

11 Ao contrário de Schumpeter, Hayek acreditava que de fato tal batalha poderia ser ganha. Diante do pessimismo de seu conterrâneo austríaco, ele vaticinava “a atitude de Schumpeter era de completa desilusão e desespero diante do poder da razão” (Hayek, 1994, p.70). Ou seja, diferentemente do que pensava Schumpeter, a defesa da civilização burguesa era um processo em aberto, o que se casa com a prolongada militância de Hayek em defesa de tal causa na sociedade “Mont Pelerin” e, depois, como conselheiro de Margaret Thatcher.

12 “O capitalismo [...] significa um sistema de valores, uma atitude frente à vida, uma civilização, enfim uma civilização de desigualdade e de fortunas herdadas. É essa civilização que desaparece.” (Schumpeter, 1979, p. 522)

13 “o capitalismo, é pela própria essência anti-imperialista.” (Schumpeter, 1961, p. 96)

14 “[...] quando quisermos [...] tratar da questão do que pode ser chamado de a sobrevivência institucional do capitalismo, falaremos, daqui por diante da ordem capitalista [...] quando falarmos [...] do sistema capitalismo, estaremos nos referindo a algo relacionado ao que os homens de negócios chamam de estabilidade ou instabilidade das condições comerciais.” (Schumpeter, 1997, pp. 70-71)

15 Neste sentido deve-se dizer também que a tentativa de Keynes de imputar ao marxismo uma visão economicista tal qual a do benthamismo é, na melhor das hipóteses, parcial. Pois, afinal, ao menos em Marx, a sua crítica ao fetiche da mercadoria está claramente ligada à necessidade de abolição não apenas do “problema econômico”, mas da própria economia enquanto tal para se produzir uma sociedade enfim livre de relações sociais alienadas do controle humano.

16 Quando perguntando em 1981 sobre as ditaduras latino-americanas, ele respondeu que “Não confunda totalitarismo com autoritarismo. Não conheço nenhum governo totalitário na América Latina. O único que havia era o Chile sob o presidente marxista Allende. Chile agora é um grande sucesso. O mundo deve ver a recuperação econômica do Chile como um dos grandes milagres econômicos de nosso tempo.” (Hayek *apud* Ebenstein, 2000, p. 300)

TAINÃ ALCANTARA DE CARVALHO

O “SEGUNDO VIOLINO”: CONTRIBUIÇÕES DE ENGELS ÀS QUESTÕES SOCIAIS

Recebido em 29 de Abril de 2014

Aprovado em 04 de Março de 2015

O “SEGUNDO VIOLINO”: CONTRIBUIÇÕES DE ENGELS ÀS QUESTÕES SOCIAIS¹

Resumo

O artigo analisa as contribuições de Friedrich Engels ao entendimento da realidade da classe trabalhadora e da sociedade diante do sistema de produção capitalista, empreendendo uma tentativa de análise das principais questões sociais que perpassam o desenvolvimento da sociedade. Multifacetada sob a compreensão de Engels, a discussão desta temática não apenas levará a análise dita “engeliiana” sobre o social a outros horizontes, como também colocará o pensador como personagem de imensa importância sobre o desenvolvimento do marxismo e da crítica à Economia Política, incluindo a discussão sobre o método marxista. Desta forma, o posicionamento do artigo vai ao sentido contrário à autodenominação de Engels diante de sua participação na construção do socialismo científico e de um corpo teórico sobre a economia política, a autodenominação como “segundo violino”.

Palavras-chave: Friedrich Engels; questões sociais; capitalismo.

Classificação JEL: B14.

Abstract

This paper will analyze the Engels’ contributions towards the understanding of the reality of the working class and of society in face of the capitalist production system, undertaking an attempt to understand major social issues that underlie the development of

TAINÃ ALCANTARA DE CARVALHO

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Ceará e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Membro do Núcleo de Psicologia do Trabalho, NUTRA – UFC, e colaborador do Viês – Núcleo de Economia Política da UFC. E-mail para contato: <alcantara.ecoufc@gmail.com>.

society. Multifaceted in the understanding of Engels, the discussion of this issue not only leads to Engelsian analysis of the social to other horizons, but also places the author as a character of immense importance on the development of Marxism and the critique of political economy, including the discussion of the Marxist method. Thus, the article's opposes Engels' self-designation beyond the construction of scientific socialism and the theoretical body on the political economy as "second fiddle".

Keywords: Engels; social issues; capitalism.

Apesar do empreendimento da crítica à Economia Política e da análise das condições e do possível devir da classe trabalhadora, realizado em conjunto com Karl Marx, a real participação de Friedrich Engels na construção da teoria marxiana sempre aparece enevoada pela grandiosidade do colega, mais especificamente representada por sua *magnum opus*, *O capital*, dedicada a uma desconstrução mais científica – e, com isso, formal – e ao entendimento mais pormenorizado do funcionamento do sistema capitalista. O tipo de relevância concedida aos seus escritos frente às ideias construídas por Marx, cujos fatos e categorias descritos em sua obra se prolongam no debate da

contemporaneidade, transparece uma submissão de intelecto de Engels à construção teórica desenvolvida por Marx. Neste sentido, a própria figura de Engels no marxismo é posta em dúvida, fornecendo subsídio a opiniões como a de Aron (2005, pp. 29-30), para quem "talvez, em certo sentido, Engels fosse mais inteligente, pelo menos tinha mais bom senso. Se for esse o caso, é certamente por ele não possuir nenhuma genialidade, enquanto a de Marx é inconcebível."

Personagem cuja contribuição é pouco aprofundada na história do marxismo, a vida de Engels baseou-se inteiramente no apoio às lutas da classe operária. Filho de industrial, sua posição social, entretanto, não o cegou diante das discrepâncias percebidas na Inglaterra e em outros países, principalmente no que concerne à situação da classe trabalhadora, da classe mais abastada, curiosamente da qual proveio, e do embate presente entre as duas. Estes fatores logo cedo o fizeram aderir aos ideais da esquerda, contribuindo à solidificação do movimento operário, bem como ao desenvolvimento do corpo teórico necessário ao entendimento do comunismo e de sua posição enquanto modelo social, político e econômico que, enfim, traria uma melhor condição à sociedade; onde, afinal, as classes seriam negadas. Sua sensibilidade

diante dos problemas que assolam a classe trabalhadora, desta forma, destacam tanto seu percurso intelectual quanto seu caráter.

Mediante o posicionamento de importante personagem à construção do pensamento marxiano, o presente artigo deverá expor resumidamente algumas das contribuições do pensamento *engeliano* relacionadas às questões sociais, tema sempre presente, em menor ou maior densidade, em suas obras, e ao desenvolvimento do próprio pensamento marxiano. Além de seu apoio incondicional à discussão e propagação das ideias marxianas, para as quais, inclusive, teve importante papel na construção da base crítica de Marx, pode ser percebida em seus escritos uma preocupação múltipla, mas convergente, ao entendimento da sociedade humana – seu desenvolvimento e seu devir – e ao meio que o cerca. Essa preocupação com as questões do ser e da sociedade e a incipiente abordagem acerca das mesmas sob a ótica da luta de classes (Branco, 2005) põem em discussão a autocaracterização de Engels enquanto “segundo violino” frente às contribuições de Marx. Para além da teorização acerca do valor-trabalho, Engels mostra-se preocupado com os rumos delineados pelo homem, analisando, assim, sua origem, sua relação com o meio e com o outro sob a égide do capital.

I.

Inicialmente, para se perceber a contribuição de Engels não apenas às questões sociais, mas ao desenvolvimento do marxismo, deve ser citado seu *Esboço de uma crítica da economia política*, escrito em fins de 1843. Sua importância pauta-se por três fatores. Primeiramente, pode-se presenciar o início de uma constatação acerca do real estado teórico e filosófico da economia política. Apesar de pontuar o germe do desenvolvimento intelectual de Engels, sendo percebido na escrita o jovem vigor de sua opinião acerca do sistema econômico e político da época, a obra aponta para questionamentos importantes acerca dos rumos ao entendimento da esfera econômica – sujeito exclusivamente à evidência e explicação do funcionamento das economias das nações –, seu tratamento para com o ser humano e as relações entre os indivíduos. Indo de encontro à comum constatação do sistema econômico vigente, tal qual o fizeram os economistas clássicos, Engels destaca que a “nova economia”, apoiada no livre comércio, “revela-se como a hipocrisia, a imoralidade e a inconsequência que, presentemente, afrontam todos os domínios da liberdade humana.” (Engels, 1979, p. 3) As primeiras linhas escritas por Engels, desta maneira, apontam para sua preocupação principal: o devir da humanidade tendo por base o sistema de produção de mercadorias, em seu cerne contrário à própria sobrevivência do ser (social) humano. Diante do capitalismo, a

humanidade – *lato sensu* – destruir-se-ia aos poucos:

Depois de a economia liberal ter feito tudo para universalizar a hostilidade decompondo as nacionalidades, transformando a humanidade numa horda de bestas ferozes (acaso não são bestas ferozes os que se dedicam à concorrência?) que se entredevoram precisamente porque cada um partilha com todos os outros dos mesmos interesses – após este trabalho preliminar, restava-lhe apenas um passo para chegar ao fim: dissolver a família. Para isso, o sistema fabril, sua bela invenção pessoal, correu em seu auxílio. O último traço dos interesses comuns, a comunidade familiar de bens, foi minada pelo sistema fabril e – pelo menos aqui, na Inglaterra – está a ponto de ser dissolvida. Cotidianamente, as crianças, logo que estão em idade de trabalhar (ou seja: quando chegam aos nove anos), gastam o salário em usos próprios e consideram a casa paterna como simples pensão, entregando aos pais uma certa quantia para alimentação e alojamento. (Engels, 1979, p. 6)

Em segundo lugar, encontra-se no *Esboço* uma introdução aos principais temas que passariam a ser abordados e amadurecidos por Engels em obras futuras, mantendo, entretanto, a ligação com a crítica à economia política. Possuindo uma ampla perspectiva sobre os fatores característicos da sociedade baseada na produção capitalista, as pautas presentes nesta obra abrangem desde o debate sobre a relação natureza-sociedade à preocupação sobre as condições de pauperismo da sociedade inglesa,

fruto do desenvolvimento industrial, percebidos em seus escritos mais maduros, conforme será visto mais à frente.

Por fim, o artigo publicado nos Anais Franco-Alemães viria a ser a força responsável pelo estudo mais aprofundado de Marx sobre o funcionamento do sistema capitalista e, com isso, em uma imersão no caráter da “economia nacional”, bem como pela criação de um laço fraternal e intelectual entre os dois pensadores. Levando Marx ao desenvolvimento dos *Manuscritos de 1844*, inicial empreendimento de Marx, após curto período de estudo sobre os economistas clássicos, em entender a dinâmica do sistema capitalista e da transformação do ser social diante da cisão entre sua atividade laboral e o produto desta (a abordagem da produção capitalista sob a ótica da alienação) (Aron, 2005), sua influência a partir do escrito de Engels mostra-se evidente, principalmente nas discussões sobre as relações promovidas pela economia e pela propriedade privada sobre o indivíduo:

A propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é o nosso objeto se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós etc., enfim, usado. Embora a propriedade privada apreenda todas estas efetivações imediatas da própria posse novamente como meios de vida, e a vida, à qual servem de

meio, é a vida da propriedade privada: trabalho e capitalização. (Marx, 2006, p. 108)

Pelo seu viés, conhecemos o mais profundo aviltamento da humanidade, sua dependência das relações concorrenciais; ele nos mostrou que, em última análise, a propriedade privada faz do homem uma mercadoria, cuja produção e destruição dependem, também elas, apenas da concorrência, e que o sistema concorrencial massacrou deste modo, e massacra, diariamente milhões de homens; vimos tudo isto e tudo isto nos leva a suprimir este aviltamento da humanidade ao suprimir a propriedade privada, a concorrência e os interesses antagônicos. (Engels, 1979, p. 19)

Sobre este último fator, Branco (2005) destaca que, apesar dos termos de sua crítica geral já se mostrarem presente nos escritos dos socialistas utópicos, como Fourier, não se constituindo uma nova contribuição à discussão sobre o sistema capitalista, o principal fator que põe em evidência a obra de Engels – e, com isso, contribui para o interesse de Marx sobre a economia política – reside no destaque da existência de uma luta de classes proveniente do estabelecimento da propriedade privada, centro da discussão que, juntamente à análise sobre a concorrência e as crises econômicas (ambas provenientes da existência da propriedade privada) formam o *Esboço*. Na perspectiva de Engels, destacando o próprio interesse sobre a discussão das questões que envolvem o desenvolvimento social, seria a propriedade privada a responsável pela discrepância entre as duas classes que

formam a sociedade – burguesia e proletariado –, mesmo diante da potencialidade demonstrada pelas novas tecnologias, que alavancariam o crescimento da oferta de bens – negando, desta forma, a teoria malthusiana sobre as diferenças entre o crescimento populacional e da produção. Esta perspectiva mostrar-se-ia mais clara durante as crises de superprodução, nas quais, apesar da oferta de bens superar a demanda, o pauperismo e a miséria prevaleceriam incrustados na classe trabalhadora, demonstrando, assim, que “na crise de superprodução, a miséria é produzida socialmente pelos mecanismos automáticos da sociedade mercantil, e não como algo natural, como supunha erroneamente a teoria malthusiana” (Branco, 2005, p. 6).

Apesar de incipiente e norteada por uma pulsante² constatação da realidade que aflige a sociedade do século XIX diante do desenvolvimento das novas imposições do período industrial, a obra de Engels expõe, inclusive em comparação à posterior obra de Marx, os *Manuscritos de 1844*, uma ampla visão acerca dos percalços criados pela “economia nacional”, baseada nos pressupostos do capital. O caráter autônomo dos estudos de Engels, desta forma, se desvanece diante de sua sensibilidade sobre a realidade político-econômica de sua época. Será com o encontro com Marx e a consolidação de sua parceria que Engels amadurecerá intelectualmente, sem, todavia, perder o foco da perspectiva adquirida na primeira metade do século

XIX, atuando tanto sobre a teoria desenvolvida juntamente a Marx, quanto sobre as próprias percepções da realidade social. Situam-se já nesta obra, entretanto, toda a importância e a genialidade de Engels.

II.

Com a concretização de um trabalho intelectual e de uma amizade que duraria até a morte de Marx, em 1883 – na verdade, indo além disso, se lembrarmos do trabalho empreendido por Engels na expansão do marxismo e na conclusão dos tomos de *O capital* –, juntamente à sua maturação intelectual, percebe-se em Engels um pesquisador e um leal e fascinante construtor do ideal comunista. Diante da profundidade teórica superior de Marx – com este possuindo doutorado em filosofia, ao passo que Engels jamais frequentara a universidade – realizou-se uma divisão de trabalhos entre os dois autores, conforme destaca o próprio Engels no início de *Para a questão da habitação*, de 1875:

Em consequência da divisão de trabalho que existia entre Marx e eu, coube-me defender as nossas opiniões na imprensa periódica, ou seja, nomeadamente, na luta contra opiniões adversárias, para que Marx tivesse tempo de elaborar a sua grande obra principal. Fiquei, deste modo, na situação de expor a nossa maneira de ver, na maioria das vezes em forma polêmica, em oposição a outras maneiras de ver.³ (Engels, s/a, p. 5)

De acordo com Coggiola (1995, p. 24), “a ‘divisão do trabalho’ se estabeleceu com base nos talentos e possibilidades diferenciadas [...]. Mas foi resultado de uma colaboração, e não de uma ‘subordinação’”. Além disso, Coggiola destaca que este papel concedido a Engels foi de extrema importância, desfazendo a imagem relacionada a este diante da importância concedida ao colega:

Mas isto não deve levar a pensar que o papel de Engels limitou-se à “divulgação” ou “vulgarização” das idéias formuladas por Marx. Ao contrário: Engels, em primeiro lugar, como o próprio Marx reconheceu, estendeu o campo de aplicação dos novos princípios para terrenos desconhecidos para Marx, ou onde este limitou-se a seguir os passos do seu companheiro (caso das ciências da natureza, verdadeira base da dialética marxista). Em segundo lugar, Engels não “rebaixou” as idéias de Marx para torná-las acessíveis ou “populares”: o que Engels realizou foi um verdadeiro trabalho de recriação sintética dos novos princípios teóricos (trabalho que Marx nunca conseguiu fazer, embora o pretendesse, como o demonstra sua idéia nunca levada a cabo de escrever um tratado sobre a dialética). Esse trabalho não foi um passatempo, mas uma necessidade imprescindível para tornar o marxismo apto a transformar-se em programa real do movimento operário, sem perder nada da sua profundidade e riquezas teóricas. (*ibidem*)

Apesar da constituição em conjunto com Marx de *A sagrada família*, em 1845, *Ideologia alemã*, em 1846, e do *Manifesto do partido comunista*,

datado de 1848, continuar-se-á a analisar estritamente as obras de Engels, sem esquecer as influências de Marx sobre as ideias do autor. Todavia, acredita-se que, mesmo assim, Engels permanecia com uma escrita e interesses próprios, destacando-se mesmo fora de suas participações junto a Marx.

Para esta segunda “fase”, faz-se menção a três escritos de Engels: *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, de 1845; *Para a questão da habitação*, de 1873; e *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, de 1876. Apesar da distância temporal entre as obras, as análises contidas em cada uma mostram-se complementares entre si, apesar de também escritas com diferentes fins. O conjunto destas três obras poderá mostrar, enfim, a verdadeira opinião e discussão de Engels acerca das “questões sociais”, para as quais se ressalta que, sob a letra do autor, possui uma multissignificação. Abstraindo da ordem cronológica dos escritos, todavia, seu ordenamento será dado a partir da concatenação das ideias expostas, buscando o entendimento sobre o exame de Engels a respeito da sociedade do século XIX e das relações entre o ser social e o sistema de produção capitalista. Deve ser frisado que é diante da obra que destaca Engels enquanto pesquisador, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, que Marx realça a perspicácia de Engels ao chegar às mesmas conclusões que ele, mas por um caminho diferente.⁴ (Marx, 2008) Desta

forma, a obra mencionada deverá ser alocada como central ao entendimento da discussão de Engels sobre as questões sociais de sua época e ao redor da qual deverão orbitar os outros dois escritos.

Obrigado a retornar a Manchester para ocupar um cargo na fábrica do pai, a *Ermen & Engels*, Engels vê à sua frente a condição à qual estava exposta a maior parte da sociedade inglesa, destacadamente a classe operária. Poucas obras puderam ser tão detalhadas e baseadas em tantos documentos oficiais, notícias e descrições quanto o escrito de 1845 de Engels, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. De acordo com Branco (2005), o mérito de Engels está em identificar a indústria, as relações sociais e econômicas burguesas como a fonte do pauperismo e da fragilidade do povo inglês, com especial atenção aos trabalhadores. Assim:

Pela primeira vez, um autor estabeleceu, mesmo que de forma precária e intuitiva, uma relação dialética entre pobreza e riqueza, miséria e opulência. Antes vista como resultado da decadência feudal, a pobreza foi descrita como efeito da ascensão capitalista. Ninguém pode tirar este mérito de Engels. (Branco, 2005, pp. 9-10)

A análise engelsiana sobre a sociedade inglesa do século XIX se calca principalmente na percepção do autor sobre as condições de vida da classe menos abastada, bem como das condições estruturais fornecidas pela burguesia por meio da habitação e das consequências do trabalho

explorado sobre o cotidiano dos trabalhadores. Nesta perspectiva, Engels coloca-se no papel de expor os “resíduos” provenientes das grandes indústrias: a classe trabalhadora, seu caráter e sua perspectiva de vida fora do espaço laboral, e o espaço urbano, produzido e reproduzido para o benefício da produção industrial.

Neste sentido, a obra de Engels torna-se genial por contar não apenas com fontes que afirmam o desprezo promovido pela burguesia à classe trabalhadora dentro e fora das fábricas. Conhecendo o trabalhador mais a fundo, o autor coloca em evidência as sensações do cotidiano dos indivíduos que se arrastam entre a mediocridade de seus trabalhos e a lástima de seus lares; o esfacelamento da família, exposta inteira e integralmente ao funcionamento das indústrias; o refúgio aos prazeres mundanos, à ilegalidade e à vida noturna, como métodos para se manterem frente à real desorganização das cidades:

[...] o alcoolismo deixa de ser um vício de responsabilidade individual; torna-se um fenômeno, uma consequência necessária e inelutável de determinadas circunstâncias que agem sobre um sujeito que – pelo menos no que diz respeito a elas – não possui vontade própria, que se tornou – diante delas – um objeto; aqui, a responsabilidade cabe aos que fizeram do trabalhador um simples objeto. Assim como é inevitável que um grande número de operários se torne alcóolatra, também é inevitável que o alcoolismo provoque efeitos destrutivos sobre os corpos e os espíritos de suas vítimas, agravando todas as predisposi-

ções às doenças derivadas das condições gerais de abdominais, sem esquecer a eclosão e a propagação do tifo. (Engels, 2010, p. 143)

[Sobre os vícios e “todas as tentações de prazeres proibidos”] Tudo isso não provém de um anormal do caráter, mas da natureza quase irresistível das tentações a que estão expostos os pobres. Os ricos, que condenam o comportamento dos pobres, provavelmente cederiam com a mesma rapidez à influência de causas análogas. Existe um grau de miséria e uma imposição do pecado a que a virtude raramente pode resistir e a que a juventude, especificamente, não consegue se contrapor. Em tais circunstâncias, o progresso do vício é quase tão seguro e rápido quanto o do contágio físico. (Engels, 2010, p. 160)

Não desconsiderando os detalhes sobre os problemas encontrados no chão de fábrica, as inúmeras doenças contraídas pelos trabalhadores durante o cotidiano marcado por cerca de dezoito horas de trabalho ininterrupto (das quais se destaca, em seu detalhamento, a “asma dos afiadores” (Engels, 2010), juntamente à falta de segurança promovida pela incipiente indústria, salienta-se a discussão posta por Engels ao relacionar o desenvolvimento da revolução industrial com o estado de degradação das cidades inglesas, seja quanto à estrutura localizada no entorno das instalações produtivas, seja em relação à desagregação social (paralela, todavia, ao desenvolvimento da união dos trabalhadores contra as condições de trabalho e habitação desumanas oferecidas). Explícitas na presente

obra de Engels, a vivência durante o desenvolvimento das indústrias e o relato realizado pelo autor fazem saltar aos olhos as interrelações entre a sociedade e o ambiente; no caso, entre a degradação do ambiente e degradação do ser humano:

A mera concentração da população nas grandes cidades já exerce uma influência deletéria. A atmosfera de Londres não pode ser tão pura e rica em oxigênio como a de uma região rural; 2,5 milhões de pessoas respirando e 250 mil casas amontoadas numa área de três ou quatro milhas quadradas consomem uma enorme quantidade de oxigênio que dificilmente se renova, uma vez que a arquitetura citadina não favorece a circulação do ar. O gás carbônico produzido pela respiração e pela combustão permanece nas ruas graças à sua densidade e porque as correntes principais dos ventos passam acima das casas. Os pulmões dos habitantes não recebem a porção adequada de oxigênio e as consequências são a prostração física e intelectual e uma redução da energia vital. (Engels, 2010, p. 137)

De acordo com Cindra (1995), Engels não se interessava apenas pelos assuntos voltados à economia. Ao que parece ser proporcional à autonomia de seus estudos, os interesses de Engels mostravam-se variados,⁵ debruçando-se também “sobre um assunto que só um século mais tarde viria a se tornar corriqueiro: o problema ecológico” (Cindra, 1995, p. 77). O trabalho incompleto de Engels, *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, de 1876,

expõe, desta forma, a ligação, tão ausente nos trabalhos de Marx, entre o indivíduo e meio ambiente.

O interesse de Engels dividia-se também ao acompanhamento sobre o desenvolvimento das ciências naturais. Segundo Cindra (1995), o autor considerava dentre as descobertas mais importantes da ciência a da célula orgânica como unidade fundamental dos seres vivos, as leis sobre a conservação e transformação de energia, pertinentes à física, e a lei da evolução de Darwin. A influência desta última mostra-se evidente no escrito de Engels: o autor constrói a história do desenvolvimento humano tendo por cerne o trabalho, a atividade laboral, mediante a qual o macaco pôs-se de pé, confeccionou armas para autodefesa e, transformado em homem, “conquistou” a natureza.

Resumindo, só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho. Contudo, não nos deixemos dominar pelo entusiasmo em face de nossas vitórias sobre a natureza. Após cada uma dessas vitórias a natureza adota sua vingança. É verdade que as primeiras consequências dessas vitórias são as previstas por nós, mas em segundo e em terceiro lugar aparecem consequências muito diversas, totalmente imprevistas e que, com frequência,

anulam as primeiras. [...] Assim, a cada passo, os fatores recordam que nosso domínio sobre a natureza não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada. (Engels, 1999, pp. 22-24)

O curto e incompleto escrito de Engels, desta forma, coloca em discussão as relações intrínsecas entre o ser humano e a natureza,⁶ relação esta subjugada à vontade do capital. Ao incrementar a teoria da evolução da espécie humana, tendo por base o trabalho, o desenvolvimento do homem a partir da modificação e adequação dos materiais concedidos pelo meio às necessidades humanas, Engels expõe o ângulo da transformação do ser humano a partir da profunda correlação entre si e a natureza, berço de sua origem e de sua própria metamorfose. A inconsistência entre as considerações a respeito da superioridade do homem sobre a natureza, impondo-a à sua vontade, e a desmesura da degradação exorbitante do meio pelo sistema produtivo, desta forma, colocariam em risco a (sobre)vivência do homem, como já o mostra as mudanças ambientais contemporâneas, que cada vez mais têm denegrido a saúde do indivíduo, colocando-o sob risco.

Sob esta perspectiva, conforme expõe Cindra (1995), Engels, desta forma, dá continuidade ao desenvolvimento de uma base sólida ao sistema que viria a substituir o capitalismo – o comunismo –, através do qual se poderia alcançar um estado de “*harmonia entre os interesses das pessoas, os interesses da coletividade e a preservação do meio ambiente*” (Cindra, 1995, p. 78). Tendo delineado os principais aspectos do comunismo em *Princípios básicos do comunismo*⁷, Engels realiza uma complementação do exposto sobre a exploração do trabalho do proletariado pela burguesia e da importância do comunismo enquanto sistema representativo da libertação da classe operária (futura “não-classe”) através do discurso sobre a profunda ligação entre o meio e o indivíduo. Em tal discurso, o autor expõe que a ideia sobre a sublevação da natureza ao ser humano revela a inócua hipótese da sublevação da natureza por si mesma, e que o homem, sim, ao modificar o meio, modifica a si mesmo, pois é parte da natureza. Com o socialismo e, como etapa superior à socialista, o comunismo, o homem encontrar-se-ia, portanto, *desalienado* do próprio homem sob o ideal capitalista, concebendo sua limitação e a essência da natureza enquanto parte e complemento de sua própria condição.

A exposição de Engels presente n’*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, assim, adquire maior densidade com os escritos complementares de Engels, expondo a real magnitude sobre a

discussão que intermedeia os problemas sociais à época. Enquanto complemento último que faz tornar sua percepção do estado da classe trabalhadora na Inglaterra mais aprofundada, destaca-se o debate entre Engels, Müllberger e Sax – estes últimos representantes, de acordo com a análise de Engels, do “socialismo burguês” – sobre a questão da habitação, presente em sua obra de 1873, *Para a questão da habitação*.

Diante das inúmeras revelações – e últimas, de acordo com o senhor Sax, a serem a real concretização daquilo que os socialistas de orientação mais extrema apresentam como ponto culminante das suas teorias (Engels, 1873) – feitas pelos opositores intelectuais a Engels nesta obra, Müllberger e Sax defendem, entre outros pontos, que os modelos de solucionamento dos problemas sociais no espaço do não-labor estariam concentrados nas habitações oferecidas aos trabalhadores, que, na verdade, seriam fruto da benfeitoria dos industriais à classe trabalhadora.

A principal crítica de Engels aos modelos expostos se ocupa do caráter das transformações a serem empregadas: baseadas em mudanças ocorridas na área da habitação, a saber, as modificações nas políticas de arrendamento, como a concessão da posse das moradias após o tempo de pagamento das partes que comporiam o valor total da moradia – os aluguéis – elevando os moradores ao nível de “possuidores”, bem

como a diminuição de impostos, resolvendo o problema social da falta de moradia e da miséria presente nas principais cidades, mostrar-se-iam apenas como políticas reformistas, sendo que o cerne da exploração e manutenção do sistema capitalista, e, assim, a exploração da classe trabalhadora, continuariam em vigência. Bem exposto por Engels, a classe burguesa e seus “socialistas” buscam remediar os males sociais para assegurar a existência de si próprios.

Numa sociedade assim, a falta de habitação não é nenhum acaso, é uma instituição necessária e, juntamente com as suas repercussões sobre a saúde etc., só poderá ser eliminada quando toda a ordem social de que resulta for revolucionada pela base. O socialismo burguês, porém, não pode saber isto. Não ousa explicar a falta de habitação a partir das condições. Assim, não lhe resta qualquer outro meio senão explicá-la com frases morais a partir da maldade dos homens ou, por assim dizer, do pecado original. (Engels, s/a, p. 25)

A apropriação das residências pelos próprios moradores, de acordo com o autor, não se tornaria a solução para a questão social. Esta refere-se às condições da classe trabalhadora constituídas, como é bem defendido por Engels ao longo de suas obras, pela exploração do trabalho no sistema de produção capitalista. Nem ao menos os trabalhadores ascenderiam à classe de capitalistas por possuírem a propriedade de seus tetos, já que, da mesma forma, continuariam inseridos no sistema produtivo,

despossuídos de meios de subsistência próprios e, com isso, dependentes da venda de si mesmos.

Apesar de recorrerem constantemente à moralidade dos indivíduos que compõem cada classe, para os quais os trabalhadores, no lugar de (se) pouparem para emergências futuras, desgraçam-se nos prazeres mundanos, Engels, na mesma perspectiva contida n'*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, defende a classe ao afirmar que

O que o senhor Sax ousa de novo não saber é que, nas condições dadas, a bebida é, entre os operários, um produto necessário da sua situação, tão necessário como o tifo, o crime, os parasitas, os oficiais de diligências e outras doenças sociais (Engels, s/a, p. 26);

necessidades estas que se impõem na abstinência de condições mínimas de habitação, alimentação, cultura, entre outras das diversas urgências clamadas pelo corpo e pela alma do ser humano.

Da mesma forma, ao porem os industriais em seu pedestal, revelando sua benfeitoria diante da necessidade de moradia dos trabalhadores, que nutrem o sistema produtivo, Engels destaca que “é preciso ter um hábito fortemente desenvolvido de se enganar a si próprio” (Engels, s/a, p. 32):

É evidente que qualquer capitalista amarrado a uma determinada localidade rural pelas condições da sua indústria – força hidráulica, situação das minas de carvão, depósitos de minério de ferro e outras minas – tem de construir habitações para os seus operários, se não houver nenhuma. [...] A circunstância de os operários terem, pelo contrário, de percorrer frequentemente desde a localidade mais próxima um longo caminho até à fábrica e de, chegando a ela já esgotados, produzirem um trabalho insuficiente é a razão motriz que leva os dados de trabalho à construção de habitações para a sua mão-de-obra. (*ibidem*)

Eis aqui, portanto, a conclusão principal a ser retirada de Engels a partir da presente obra: a burguesia, ao trabalhar “em prol” da classe trabalhadora, visa constituir uma realidade apesar da mesma.

III.

Apesar da constante atividade intelectual de Engels não se resumir a essas obras, dando continuidade à sua escrita até seu falecimento (incluindo a conclusão dos tomos de *O capital*, sobre o qual se sentia na posição de dar continuidade devido ao falecimento do amigo), para o objetivo do presente trabalho, as obras supracitadas se mostram de grande e suficiente relevância.

Ademais, deve ser dado destaque ao posicionamento de Engels na discussão sobre o próprio método marxiano de percepção da realidade e

de desenvolvimento do ser humano: o materialismo-dialético, presente, em menor ou maior grau, em algumas de suas obras.

De acordo com Musse (1997; 1999), um dos maiores méritos de Engels (um “Engels maduro”) repousa sobre a defesa do método materialista-dialético em contraposição aos métodos idealistas-metafísicos, conforme expôs em sua obra de discussão contra o posicionamento de Eugen Dühring, na qual este afirmava ser responsável pela construção de um modelo teórico capaz de substituir o socialismo, uma filosofia que, segundo o próprio, era “o sistema natural de um saber, precioso por si mesmo, para o espírito”, que “descobriu, com toda a certeza, sem transigir quanto à profundidade da ideia, as formas fundamentais do ser”. (Engels, 1990, p. 25)

Ao mesmo tempo em que se estabelece enquanto confirmadora da divisão do trabalho realizado entre Marx e Engels, conforme exposto anteriormente neste trabalho, em *Anti-Dühring*, de 1877, Engels expõe o delineamento e as questões que embasam o método materialista-dialético marxiano. “A crítica negativa resultou positiva” (Engels, 1990, p. 9) na medida em que o embate intelectual entre Engels e Dühring resultou em um tratado expositivo do método utilizado pelos autores enquanto base à crítica do sistema capitalista e ao entendimento do ser humano enquanto um constante “vir a ser”, assumindo um movimento de transformação baseada na

integração real entre o homem e a natureza e entre estes e seus próprios processos internos de *dialegos* – diálogo, polêmica. O prolongamento do conhecimento de Dühring a outras áreas das ciências, inclusive às naturais, serviu, portanto, enquanto profícuo cenário de estabelecimento do método utilizado por Marx e Engels, principalmente no que tange ao seu caráter dialético.

Em consonância ao método de entendimento do desenvolvimento natural e em contraposição ao pensamento limitado e contraditório de Dühring em relação à biologia e, com isso, à metamorfose ou evolução das espécies (ou, como prefere chamar, “composição”), que inclusive rebate as próprias contribuições de Darwin, Engels deixa claro o delineamento do viver enquanto processo dialético em si a partir mesmo da mais simples manifestação de vida:

A vida, do modo de existência do corpo albuminóide, consiste, pois, antes de mais nada, em que ele é a todo momento ele próprio e simultaneamente um outro e isso, não como consequência de uma ação de fora à qual estivesse submetido, como pode ser o caso para as matérias não vivas. (Engels, 1990, pp. 69-70)

Desta forma, torna-se clara a motivação de Engels acerca do posicionamento paralelo da natureza em relação ao desenvolvimento do ser humano, bem como à crítica da economia política. Percebe-se com Engels que a perspectiva do homem enquanto pertencente à natureza e, com isso, sendo transformado por meio das

transformações desta, bem como a relação do indivíduo com a sociedade, emperrada e transformada a partir do viés econômico, encontram-se mistificadas pela economia política burguesa, a partir da qual se coaduna o pertencimento do indivíduo à sua própria limitação corporal, um gerenciamento de seu desenvolvimento limitado a si próprio, uma determinação tal qual a das matérias não vivas, que sofrem as consequências de fora. A dialética, neste caso, torna-se igualmente mística, quando, na verdade, o desenvolvimento do sujeito é proveniente tanto de uma “polêmica” interna quanto externa, tanto micro quanto macro, tanto individual quanto social, assim como entre cada uma destas esferas.

IV.

Ao evidenciar as questões sociais, relacionadas ao estado de parte majoritária da sociedade inglesa – e das outras nações, visto que a produção industrializada torna-se mundializada – e, juntamente a isto, discutir temáticas correlatas ao desenvolvimento do ser humano e às relações multifacetadas do indivíduo com a natureza, o autor expõe ramificações importantes para uma complementação à crítica da economia política, exercendo sobre as obras de Marx tanto uma influência que vai desde a formação dos interesses deste autor, quanto à maior apreensão da teoria marxiana sobre a realidade social. Esta última

função dos escritos engelianos, entretanto, não deve sobrepor a sua individualidade enquanto pensador ímpar na análise sobre as condições da classe trabalhadora, ainda mais ao serem recordadas as influências dos escritos de Engels sobre as obras de Marx, como os *Manuscritos de 1844*, influenciado pelo *Esboço* de Engels, e o próprio *O capital*, no qual, de acordo com Branco,

O uso de fontes primárias de pesquisa, [...] habilmente empregado por Engels no livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, serviu de inspiração para Marx, que, vinte anos depois, seguiu parcialmente o método investigativo do grande amigo para escrever extensas passagens de *O capital*, em particular sobre processos de trabalho e os efeitos da acumulação capitalista. (Branco, 2005, p. 11)

Segundo Engels, as questões sociais apenas deverão ser solucionadas pela supressão do próprio sistema capitalista, sobre o qual está calcado o sistema político-econômico baseado na propriedade privada, na desapropriação dos meios de produção, agora exclusivos dos capitalistas, e na obrigatória venda da força de trabalho para a manutenção da vida dos indivíduos desapropriados. Reformas pontuais, como as apontadas em *Para a questão da habitação*, mostrar-se-iam, portanto, conservadoras, visando disfarçar os males mais visíveis provocados pela exploração do trabalho dentro das indústrias e passadas para o ambiente de

não-trabalho. A burguesia, desta forma, busca viver *apesar* da classe trabalhadora e dos males tidos como quase intrínsecos à sua condição.

Ademais, deve ser exposto que as consequências para a classe que vive do trabalho (em contraste à “classe que vive do trabalho alheio”) não apenas se manifestam através de uma perspectiva diretamente relacionada ao espaço laboral ou à *construção* do espaço urbano, que se origina como “apoio” à produção industrial, mas também à *desconstrução* do meio ambiente. Metamorfoseado de macaco em homem devido às necessidades que lhe foram impostas e através do que lhe foi concedido pelo meio, o desenvolvimento contemporâneo da sociedade pelos mesmos caminhos historicamente trilhados – a dependência da matéria bruta oferecida pela natureza e transformada por meio do trabalho humano – colocam em questão a degradação da natureza enquanto fator primordial à sobrevivência do ser humano. A partir do que se pode compreender por Engels a partir d’*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, percebe-se que ambas as classes carecem de um entendimento acerca do meio ambiente: enquanto a classe capitalista a vê como meio de fornecimento das matérias-primas para a produção industrial, a classe trabalhadora, apesar do superficial conhecimento sobre ela, releva-a por não ser um conhecimento impreterível à sua manutenção cotidiana. Conforme expõe Engels sobre as instituições de ensino de mecânica aos trabalhadores:

Aí se divulgam elementos das ciências naturais, procurando desviar a atenção dos operários da oposição contra a burguesia e se lhes fornecem conhecimentos que eventualmente podem levá-los a invenções que tragam lucros aos burgueses; quanto às ciências naturais, seu conhecimento, pelo operário, é atualmente desprovido de utilidade, uma vez que ele nem sequer pode observar a natureza, vivendo na grande cidade e absorvido por uma jornada de trabalho tão prolongada. Nesses centros também se ensina economia política, cujo ídolo é a livre concorrência e da qual o operário só pode extrair uma conclusão: para ela, nada é mais razoável que resignar-se a morrer de fome silenciosamente. Nessas instituições, toda a educação é domesticada, dócil e servil diante da política e da religião dominantes; seu objetivo, por meio de prédicas constantes, é tornar o operário obediente, passivo e resignado diante de seu destino. (Engels, 2010, p. 272)

Ao presente trabalho se prestou indiretamente o papel de destacar a genialidade de Engels perante a nebulosa e comum comparação entre seus escritos e os de Marx, para as quais, no caso deste último, a história e os intelectuais que a interpretam concederam maior relevância. Ao denominar-se “segundo violino”, em carta enviada a Johann Philipp Becker (carta de 15 de outubro de 1884)⁸, Engels pode ter tomado por base sua contribuição intelectual à construção de uma teoria robusta sobre o funcionamento do capital, sua sublevação e a passagem do capitalismo ao comunismo. Mas não apenas sua verdadeira

contribuição, multifacetada, sobre as questões políticas, econômicas e sociais, como também, e principalmente, sua atividade de militância junto à classe trabalhadora, empreendendo sua vida em prol da defesa dos trabalhadores, talvez o coloque, sob uma perspectiva diferente, no “nível” de Marx. Segundo Coggiola, o pensador não só “tentou completar” ou “completou” Marx, como em *O capital*, mas o precedeu em pontos centrais e estendeu o âmbito de sua obra comum até áreas em que Marx sequer ousava entrar. Apesar de se referir como “segundo violino” na constituição de uma ideologia em prol dos trabalhadores, esteve, como Marx mesmo reconhecia, em pé de igualdade com seu colega. Tal qual Marx, portanto, mesmo após 120 anos desde sua morte, a contribuição de Engels deverá se manter forte na análise dos percalços gerados pelo capitalismo à classe trabalhadora, bem como na reflexão de um modelo econômico que supere o capitalismo. Apesar de sua origem nobre, seu espírito universal, seu caráter e sua sensibilidade perante os acontecimentos do mundo (mais especificamente da Inglaterra) e o estado da classe trabalhadora o destacam como um pensador e militante ímpar, que, assim como seu companheiro, acreditava na verdadeira harmonia na sociedade e entre ela e o meio ambiente, que só poderia ser alcançada com o fim do capitalismo e com a elevação do ideal comunista. Conforme Coggiola (1995, p. 103) deixa claro,

O papel de segundo violino que Engels se atribuiu (mas todos sabemos o quanto um segundo violino pode estragar ou tornar inesquecível um concerto) diante da profundidade genial de seu principal companheiro, foi um aspecto da arquitetura da construção desse instrumento coletivo da vanguarda revolucionária. Não indica, de modo algum, um estatuto de hierarquia pessoal.

Bibliografia

- ARON, Raymond. *O marxismo de Marx*. 3. ed. São Paulo: Arx, 2005.
- BRANCO, Rodrigo Castelo. “A contribuição dos textos juvenis de Engels à crítica da economia política”, *Anais do Colóquio Internacional Marx e Engels*, 4, 2005, Campinas. Campinas: UNICAMP, 2005. Disponível em <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GTI/1m2c5.pdf>>. Acesso em: 20/08/2014.
- CINDRA, José Lourenço. “Friedrich Engels, a ciência, o homem e a natureza”, *Coleção Princípios – Neoliberalismo e barbárie*. São Paulo, n. 38, p.75-78, out-nov-dez. 1995. Disponível em: <http://grabois.org.br/admin/arquivos/arquivo_50_137.pdf>. Acesso em: 21/08/2015.
- COGGIOLA, Osvaldo. *Engels: o segundo violino*. São Paulo: Xamã, 1995.
- ENGELS, Friedrich. *A dialética da natureza*. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- _____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Anti-Dühring*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. *Engels to Johann Philipp Becker in Geneva – London, 15 October 1884*. Disponível em: <https://marxists.anu.edu.au/archive/marx/works/1884/letters/84_10_15.htm>. Acesso em: 20/08/2014.

_____. “Esboço de uma crítica da economia política”. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, Livr. Ed. Ciências Humanas, 5: 1-29, 1979. Disponível em: <http://www.cinfil.com.br/arquivos/frederich_engels.pdf>. Acesso em: 20/08/2014.

_____. *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. Edição Eletrônica: Rocket Edition, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/macaco.pdf>>. Acesso em: 21/08/2014.

_____. *Para a questão da habitação*. s/a. Disponível em: <http://resistir.info/livros/engels_q_habitacao.pdf>. Acesso em: 21/08/2014.

MARX, Karl. *Carta a Engels (em Manchester)* – 22 de junho de 1867. Disponível em: <https://marxists.anu.edu.au/archive/marx/works/1867/letters/67_06_22.htm>. Acesso em: 20/08/2014.

_____. *Contribuição à crítica da Economia Política*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2006.

MUSSE, Ricardo. “A dialética como método e filosofia no último Engels”, *Crítica Marxista* (São Paulo), v. 5, p. 40 – 54, 1997. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo33Artigo1.3.pdf>. Acesso em 20/08/2015

_____. Sistema e método no último Engels, *Discurso* (São Paulo), n. 30, p. 87–100, 9/08/1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/discurso/article/viewFile/38028/40754>>. Acesso em: 21/08/2014.

Notas

1 O presente artigo é uma versão modificada do texto, com mesmo título, publicado em sua completude nos Anais do II Encontro Internacional sobre a Teoria do Valor-Trabalho e Ciências Sociais, em Brasília (2014).

2 Em nossa opinião, um dos fatores mais marcantes de Engels em seu *Esboço* encontra-se em sua percepção sobre a real condição social do século XIX, funcionando como uma tentativa de desmascaramento (e publicização desta nova perspectiva) do esfacelamento da sociedade humana

durante o desenvolvimento industrial. Baseado incipientemente nas obras dos economistas clássicos, tais como Adam Smith, a maturidade percebida na obra, assim como a ausência de um estudo orientado, entretanto, contrasta em muito com a maturidade de Marx nos *Manuscritos de 1844*, que possuíam maior profundidade nos estudos político-filosóficos. Talvez residindo como fator limitador ao maior desenvolvimento das ideias demonstradas em sua obra, sua relevância, entretanto, não se encontra aquém da contribuição marxiana.

3 Em contrapartida, pode-se perceber a posição de Marx frente a Engels em suas correspondências. Durante a redação de *O capital*, encontram-se nas cartas de Marx a Engels, os seguintes tratamentos: “Eu espero que você esteja satisfeito com estas 4 folhas. Que você esteja satisfeito com isso até agora é mais importante pra mim do que qualquer coisa que o resto do mundo possa dizer” (Marx, 1867).

4 Além disso, deve ser destacado, na mesma obra, o elogio de Marx sobre o *Esboço* de Engels, para o qual se apresentou como “genial esboço de uma crítica das categorias econômicas”. (Marx, 2008, p. 49) Quanto aos elogios concedidos ao *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, pode ser visto que a via trilhada por Engels para chegar às mesmas conclusões que Marx se deu pelo caminho empírico e pela constatação, através da pesquisa e da percepção do autor, embasadas em documentações oficiais, da realidade social inglesa. Conforme expõe Aron (2005, p. 198) sobre esta condição de “cientista social” de Engels: “O que Engels lhe traz? Engels lhe traz um conhecimento mais direto e mais detalhado da realidade de seu tempo, uma tendência menor à elaboração filosófica, um rigor menor também na filosofia e um talento para a vulgarização, que se pode aplaudir ou deplorar, ou provavelmente um pouco de cada.”

5 Como pode demonstrar o próprio autor ao relatar o desenvolvimento das ciências naturais em *A dialética da natureza*, de 1883.

6 Deve-se destacar o início da análise de Engels presente em *A dialética da natureza*, de 1883, que completa o sentido relacionado à estreita ligação entre a natureza e o homem. Seguindo o exposto por Engels sobre os dois “lados” em *O papel do trabalho...*, e segundo o desenvolvimento feito por

Engels sobre o estudo da natureza por meio das ciências naturais naquele texto, sobre a qual relata seu (da natureza) caráter dialético, de constante mudança, de “um permanente vir-a-ser e passar” (Engels, 1883, p. 5), pode-se perceber, portanto, sua defesa indireta da dialética também presente na história da humanidade, esta estabelecida por meio da luta de classes.

7 A referente obra de Engels serviria de base para a obra em conjunto de Marx e Engels, *O manifesto comunista*, de 1848.

8 “Rather, my misfortune is that since we lost Marx I have been supposed to represent him. I have spent a lifetime doing what I was fitted for, namely playing second fiddle, and indeed I believe I acquitted myself reasonably well. And I was happy to have so splendid a first fiddle as Marx. But now that I am suddenly expected to take Marx’s place in matters of theory and play first fiddle, there will inevitably be blunders and no one is more aware of that than I. And not until the times get somewhat more turbulent shall we really be aware of what we have lost in Marx. Not one of us possesses the breadth of vision that enabled him, at the very moment when rapid action was called for, invariably to hit upon the right solution and at once get to the heart of the matter. In more peaceful times it could happen that events proved me right and him wrong, but at a revolutionary juncture his judgment was virtually infallible.” (Engels, 1884)

LUCAS MILANEZ DE LIMA ALMEIDA
NELSON ROSAS RIBEIRO

**VALOR E GESTÃO DA PRODUÇÃO: CONTRIBUIÇÕES
MARXIANAS PARA A COMPREENSÃO DA BUSCA PELA
EFICIÊNCIA PRODUTIVA**

Recebido em 17 de Fevereiro de 2015
Aprovado em 16 de Setembro de 2015

VALOR E GESTÃO DA PRODUÇÃO: CONTRIBUIÇÕES MARXIANAS PARA A COMPREENSÃO DA BUSCA PELA EFICIÊNCIA PRODUTIVA

Resumo

Buscamos em *O capital* elementos que mostram as razões econômicas da busca pela eficiência na gestão da produção. Observamos que, no âmbito dos valores, o capitalista pode elevar sua taxa de lucro individual pelo aumento da taxa de mais-valia; pela redução do investimento; pela apropriação de mais-valia extraordinária; e pelo aumento da rotação do capital circulante. Destacamos, ainda, a busca pela transformação de todo o tempo de produção em tempo de trabalho, para ampliar o excedente e reduzir os desperdícios com capital ocioso. Sob a forma preço de produção do valor, apesar da taxa geral de lucro, o capitalista pode ter uma taxa de lucro individual superior, igual ou inferior à taxa de lucro médio, de acordo com o investimento total e, principalmente, com a produtividade/eficiência do capital produtivo.

Palavras-chave: teoria do valor trabalho; taxa de lucro; gestão da produção.

Classificação JEL: D46; D24; M11.

Abstract

The paper reads through “Capital” searching for elements that show the economic reasons for pursuing the efficiency in production management. It was observed, at the scope of values, that the capitalist can raise individual rate of profit by means of increasing

LUCAS MILANEZ DE LIMA ALMEIDA

Professor do Departamento de Economia da UFPB, Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFBA e Pesquisador do PROGEB, GEPODE e GERI. Contato: <lucasmilanez@gmail.com>.

NELSON ROSAS RIBEIRO

Professor Emérito do Departamento de Economia da UFPB e Coordenador do PROGEB – Projeto Globalização e Crise na Economia Brasileira. Contato: <nelsonrr39@hotmail.com.br>.

the rate of surplus value; reducing the investment; appropriating extra surplus value; and incrementing the number of turnover of circulating capital. It was highlighted, furthermore, the attempt to increase surplus value and to reduce the waste with idle capital through the transformation of the time of production into working time. Under the form of price of production of values, though the general rate of profit, an individual capitalist may have an individual rate of profit greater, lower or equal than the average rate of profit, according to the capital advanced and the productivity/efficiency of productive capital.

Keywords: labor value theory; rate of profit; production management.

I. Introdução

Um dos objetivos da ciência é explicar o funcionamento da realidade objetiva, partindo da aparência dos fenômenos até chegar à sua essência. Neste processo são criadas as categorias, são descobertas as leis e são elaboradas as teorias capazes de explicar os movimentos e o desenvolvimento desses fenômenos.

Porém, o *mainstream* da teoria econômica tem pouco a dizer sobre a realidade econômica, especificamente de uma empresa. Não por acaso

os economistas formados se distanciam cada vez mais da gestão da produção e se aproximam apenas de modelos abstratos que reproduzem um mundo idealmente equilibrado.

Em sentido oposto, com base no materialismo dialético, a economia política marxiana propõe-se a explicar os fenômenos econômicos e enunciar suas leis a partir da observação da realidade concreta. (Rosental & Straks, 1960) Tal fato pode ser observado em *O capital*, de Karl Marx, onde o autor descreve e apresenta fatos da sociedade capitalista que dão base à sua crítica da economia política.

Para o senso comum, Marx foi apenas um revolucionário defensor do comunismo. Entretanto, em toda sua obra, ele demonstrou profundo conhecimento do funcionamento da sociedade capitalista. Mais do que isto, o autor previu fenômenos que apenas meio século depois viriam a se generalizar, como é o caso da formação de grandes empresas de capitais centralizados em poucas mãos. (Lenin, s.d.; Vitali, Glattfelder; Battiston, 2011)

Outro aspecto importante da teoria, mas que é pouco estudado, é a existência de uma “microeconomia política da firma”. Usualmente, o termo microeconomia é utilizado por uma área da teoria econômica que objetiva analisar os

agentes individuais, dentre os quais, a unidade produtiva capitalista. Costuma-se afirmar que a teoria econômica marxiana seria incapaz, ou não se prestaria à análise dos fenômenos econômicos ligados às empresas, unidades produtivas ou agentes econômicos. Poderia ter alguma utilidade apenas na análise dos problemas macroeconômicos. Entretanto, em diversas partes de *O capital*, podemos encontrar um conjunto de informações sobre o comportamento da personificação do capital, o capitalista, como proprietário e dirigente do processo produtivo, demonstrando quais elementos levam os empresários, individualmente, a tomarem suas decisões de produção. Uma explicação para o pouco desenvolvimento desta parte da economia política marxiana é a dificuldade encontrada no Livro II, onde está a maior parte desta teoria. Isto pode estar ligado ao fato de que os textos lá contidos não foram preparados por Marx para a edição, que só foi feita muitos anos após sua morte, por Engels, a partir das anotações e indicações deixadas pelo autor.

O presente trabalho pretende reunir alguns elementos e indicações em *O capital* que mostram a existência de uma “teoria microeconômica da firma” na crítica da economia política de Marx. Resolveu-se utilizar o termo já consagrado “microeconomia”, que remete à análise da unidade produtiva individual na sociedade capitalista, pelo fato de que, confrontando-se com o escopo da análise microeconômica acadêmica

tradicional (*mainstream*), a crítica da economia política fornece elementos mais consistentes acerca do comportamento empresarial. A partir dos Livros I, II e III, procurou-se sistematizar os aspectos mais importantes dessa teoria, que explicam as ações dos capitalistas individuais submetidos ao processo da concorrência capitalista.

2. A teoria marxiana

Antes de tudo, o motivo que impele e o objetivo que determina o processo de produção capitalista é a maior expansão possível do próprio capital, isto é, a maior produção possível de mais-valia, portanto, a maior exploração possível da força de trabalho. (Marx, 2006a, p. 384)

A obtenção da mais-valia (*m*), que pode assumir três formas básicas – lucro, juro e renda da terra (Marx, 2008) –, é a razão de ser da produção capitalista. Como no presente trabalho trataremos apenas do capital industrial, analisaremos aqui a forma de apropriação da mais-valia peculiar a ele, o lucro.

Segundo Marx (2006a), a mais-valia origina-se do consumo da força de trabalho. Esse consumo, por sua vez, realiza-se durante a jornada de trabalho. Já no Livro III, após algumas aproximações com a realidade, ele afirma:

A mais-valia ou o lucro consiste justamente no excedente do valor-mercadoria sobre o preço de custo, isto é, no excedente da totalidade de trabalho contida na mercadoria sobre a soma

de trabalho pago nela contida. A mais-valia [...] é, por conseguinte, um excedente sobre todo o capital adiantado. A relação entre esse excedente e a totalidade do capital expressa-se pela fração m/C significando C o capital total. Temos assim a taxa de lucro = m/C . (Marx, 2008, p. 60, grifo do autor)

Esta é a relação que de fato interessa ao empresário, na medida em que mostra qual a valorização do capital total investido.

Quanto ao capitalista individual, está claro que unicamente lhe interessa a relação entre mais-valia – ou valor excedente – realizada em dinheiro com a venda da mercadoria e a totalidade do capital empregado para produzi-la. (*ibidem*, p. 61)

Relacionar quantitativamente o excedente do preço de venda sobre o preço de custo com o valor de todo o capital adiantado é importante e natural, pois permite obter-se a proporção em que se valoriza a totalidade do capital, ou seja, o grau de valorização. (*ibidem*, p. 65)

Percebemos que pouco importa o valor de uso que serve de corpo para o capital. O que importa é o valor em expansão, seja qual for a forma corpórea que assuma a mercadoria. Passemos, então, ao estudo da taxa de lucro.

2.1. A taxa de lucro com base no valor individual

Consideraremos inicialmente que, por simplificação, a mais-valia produzida (m) é quantitativamente igual ao lucro (l). Partindo deste

pressuposto, podemos analisar qual a relação desses dois elementos com o capital investido na produção (Inv). Este último, por sua vez, assume a forma de capital constante (c) e capital variável (v). Assim, $Inv = c + v$. Podemos agora formalizar a taxa de lucro (l') como:

$$l' = \frac{l}{Inv} = \frac{m}{Inv} = \frac{m}{c+v} = \frac{l}{c+v}$$

Esta equação mostra como as variáveis c , v e m afetam a taxa de lucro e, portanto, a remuneração do investimento.

Sendo a taxa de mais-valia (m') a razão entre a mais-valia e o capital variável, temos:

$$m' = \frac{m}{v}$$

De onde podemos extrair o valor de m :

$$m = m' \cdot v$$

A taxa de mais-valia mostra, em termos percentuais, a divisão do valor novo criado entre mais-valia e capital variável, ou, no âmbito das aparências, a relação entre o valor que assumiu a forma lucro e o que assumiu a forma de investimento em salários.

Acima vemos que a taxa de lucro varia diretamente com o montante de mais-valia. Isto acontece porque estamos considerando que, para um empresário, o lucro que ele recebe é igual à

mais-valia que ele produz. Observa-se também que a taxa é inversamente proporcional à quantidade de capital constante que é empregada na produção. Isto é perfeitamente compreensível, na medida em que c não cria valor algum para o produto, apenas tem seu valor transferido, pela força de trabalho (Ft), para a mercadoria. Por si só, c não aumenta a quantidade de m .

Tal como acontece com o capital constante, a taxa de lucro comporta-se de forma inversa em relação ao capital variável. Mas, como não existe uma relação necessária entre o valor pago à força de trabalho (v) e o valor que ela cria ($v + m$), se houver um aumento no capital variável empregado na produção, com a manutenção da mais-valia produzida, o lucro será o mesmo e a taxa de lucro, conseqüentemente, irá cair. Entretanto, se o nível de exploração (m') se mantiver constante ou se o aumento em v tiver sido ocasionado por um aumento do número de trabalhadores, haverá também um aumento em m .

Em relação ao investimento em seu conjunto, vemos que, mantendo-se a quantidade de mais-valia produzida constante, a taxa de lucro será inversamente proporcional ao capital adiantado. Quanto maior o investimento, dada a quantidade de mais-valia, menor será a taxa de lucro. Note também que ao alterar $c + v$ e manter m constante, estamos considerando uma possível mudança na taxa de mais-valia (caso a variação

no investimento seja causada por uma mudança em v). Além disso, quanto maior a taxa de mais-valia, maior será a magnitude absoluta dela obtida. Assim, maior será o lucro e, também, a taxa de lucro.

Sob as hipóteses inicialmente citadas, existem as seguintes maneiras de o capitalista aumentar a taxa de lucro: 1ª) através do aumento da taxa de mais-valia, seja por aumento da jornada de trabalho, aumento da intensidade ou complexidade do trabalho ou redução do valor da Ft ; e/ ou 2ª) através da redução do investimento.

Uma redução dos salários seria uma via muito eficiente para o empresário aumentar a taxa de lucro, pois, de uma só vez, aumenta a taxa de mais-valia e reduz seu investimento. Mas tal medida encontra resistência nos trabalhadores, pois se choca com os seus interesses econômicos.

Segundo Almeida e Ribeiro, é possível aumentar ainda mais o numerador da taxa de lucro, pois existem

duas vias pelas quais um produtor pode obter no mercado mais valor do que gastou para produzir uma mercadoria, ou seja, produzir um VI [Valor Individual] abaixo do VM [Valor de Mercado] e se apropriar de um valor extra: 1) reduzindo a quantidade de trabalho novo inserido numa mercadoria; e/ou 2) diminuindo o gasto de valor pretérito por produto. De qualquer forma, em relação à média, quanto menor o tempo de trabalho novo/preterito (valor vivo/morto) gasto na

produção individual, maior a premiação, pela eficiência, sob a forma de valor adicional. (Almeida & Ribeiro, 2011, p.13)

A diferenciação nos valores individuais existe pela diversidade dos meios de produção, da força de trabalho e da própria gestão capitalista. Com uma tecnologia mais avançada ou uma gestão mais eficiente da empresa, o capitalista aumenta a produtividade de seus trabalhadores e consegue se *apropriar* de uma mais-valia maior do que aquela que produziu, aumentando, com isso, a sua taxa de lucro.¹ Esse é o conteúdo da mais-valia extraordinária. Adiante veremos como se dá a relação do valor total *apropriado* por um capitalista com a taxa individual de lucro.

Até aqui as conclusões às quais chegamos só são válidas se a rotação do capital for igual a um. Isto significa dizer que este capital é comprado, consumido e repostado apenas uma vez durante o ano. Assim, anualmente, o valor que é destinado à compra dos elementos da produção circula uma só vez e, conseqüentemente, se valoriza só uma vez. No entanto, a realidade nos mostra que este número, na maioria dos casos, é superior a 1. Ora, com o aumento do número de rotações do capital no período de um ano, ou seja, c e v sendo comprados e consumidos mais de uma vez por ano, a quantidade de mais-valia obtida pelo capitalista individual crescerá no mesmo ritmo do aumento na utilização de v ,

além de reduzir o investimento em ambos. Sendo assim, haverá um aumento em sua lucratividade. Isto nos obriga a direcionar nosso estudo para este elemento importante na determinação da taxa de lucro, a saber, o tempo de rotação do capital. A análise desta variável que, por simplificação, não consideramos até agora, torna-se necessária, pois constatamos que ela se constitui numa via através da qual o capitalista pode aumentar a taxa de valorização do seu capital.

2.1.1. O ciclo e a rotação do capital

Segundo Marx (2006a), o valor, para se tornar capital, deve percorrer constantemente duas fases opostas, mas necessárias: a fase de circulação e a de produção. Nestas, o capital (conteúdo) assume três formas distintas, as quais determinarão sua função. Enquanto dinheiro (D), o capital só poderá comprar determinada mercadoria, ao passo que esta última, ao se tornar uma forma particular do capital (M), só poderá ser vendida. Assim, as formas D e M só permitem ao capital estar na esfera da circulação, onde nenhum valor pode ser criado. Para que o conteúdo possa se desenvolver, se faz necessária a mudança de forma, ou seja, para se valorizar, o capital precisa abandonar as características que o mantêm na circulação e assumir seu papel na produção da mais-valia, tornando-se P, ou capital-produtivo.

Em seu processo de valorização, “Nos estádios de circulação, o valor-capital assume duas

formas, a de *capital-dinheiro* e a de *capital-mercadoria*; no estágio de produção, a forma de *capital-produtivo*” (Marx, 2006b, p. 62, grifos do autor), formando assim um ciclo do capital industrial, representado a seguir:

$$D - M_{Ft}^{Mp} \dots P \dots M' - D'$$

Quando assume pela primeira vez a forma D, além de iniciar o ciclo, o capital inicia o período de uma rotação, o qual mede o tempo que ele leva para abandonar uma forma e assumi-la novamente.

O tempo em que determinado capital faz uma circulação completa é igual à soma de seu tempo de circulação propriamente dito e de seu tempo de produção. É o período em que o valor-capital se move, a partir do momento em que é adiantado sob determinada forma até o momento em que volta à mesma forma. (*ibidem*, p.173)

Aqui é mister fazer uma distinção entre as duas formas de abordar o mesmo fenômeno: sob o ponto de vista do ciclo, o capital percorre as fases de circulação e de produção; sob a ótica da rotação, o capital passa pelo tempo de circulação e pelo tempo de produção. (Marx, 2006b)

É com a união dos meios de produção (Mp) e da força de trabalho (Ft) que o capital assume a forma produtiva, P. No período em que estão na esfera da produção, os elementos que compõem o capital constante, as edificações, as máquinas,

os instrumentos, as matérias-primas, os materiais auxiliares etc., enfrentam três situações:

a) o tempo durante o qual funcionam como meios de produção, servem ao processo de produção; b) os intervalos em que se interrompe o processo de produção e em consequência o funcionamento dos meios de produção que a ele se incorporam; c) o tempo em que estão disponíveis como condições do processo, representando já capital produtivo, embora não tenham ainda entrado no processo de produção. (*ibidem*, p. 137)

O caso “a” ocorre quando, no processo de produção, está sendo executado o processo de trabalho. Este último representa o funcionamento da força de trabalho, o consumo do seu valor de uso. É quando o trabalho está sendo realizado de fato. Dentro do tempo de produção, este período corresponde ao tempo de trabalho.

No caso “b” temos as situações nas quais o processo de produção é interrompido por algum motivo programado. É o que acontece, por exemplo, nas fábricas onde há menos de três turnos, pois no máximo 16 horas, das 24 do dia, serão destinadas ao processo de produção.

Por último temos a situação “c”, onde os meios de produção estão prontos para o funcionamento, mas ainda não foram utilizados, pois são capital produtivo latente:

O capitalista precisa ter determinado estoque de matérias-primas e substâncias auxiliares, a fim de poder realizar o processo de produção em escala previamente estabelecida durante perío-

dos mais ou menos longos, sem depender das flutuações cotidianas do mercado. (*ibidem*, p.137)

Contida no caso “a” está outra situação onde uma parte dos meios de produção permanece funcionando, mas outra fica sem funcionar. É quando funcionarão apenas os objetos de trabalho, sendo a utilização dos meios de trabalho interrompida. Isto acontece porque cada trabalhador, que utiliza meios e objetos de trabalho específicos e cria um valor de uso particular (Marx, 2006a), deve se submeter às técnicas e tecnologias disponíveis e às limitações impostas pela característica do processo de trabalho.

Existe a possibilidade de o objeto estar em fase de transformação, em processo de criação do valor de uso, porém, sem a ação da força de trabalho e, conseqüentemente, dos meios de trabalho.² Neste período, o processo de produção continua, porém o processo de trabalho não se realiza, sem ocorrer também a criação do valor. Disto podemos inferir que:

O tempo de produção é maior que o tempo de trabalho. A diferença entre ambos é o excesso do tempo de produção sobre o tempo de trabalho. Esse excesso decorre de o capital produtivo encontrar-se em estado latente na esfera da produção, sem funcionar no processo de produção, ou em virtude de funcionar no processo de produção, sem estar no processo de trabalho. (Marx, 2006b, p.138)

O resultado é a interrupção do processo de criação da mais-valia.

Não há, por isso, acréscimo de valor capital produtivo, enquanto se encontra na parte de seu tempo de produção que excede seu tempo de trabalho, por mais necessárias que sejam essas pausas para a consecução do processo de produzir mais-valia. (*ibidem*, p.139)

Por outro lado:

Evidentemente, a produtividade e o acréscimo de valor de dado capital produtivo em dado espaço de tempo serão tanto maiores quanto mais condicionam o tempo de produção e o tempo de trabalho. Daí a tendência da produção capitalista de reduzir ao máximo possível o excesso do tempo de produção sobre o tempo de trabalho. (*ibidem*)

Assim temos que:

O tempo de produção é, portanto, o tempo em que o capital produz valores de uso e acresce seu próprio valor, funcionando como capital produtivo, embora inclua tempo em que se encontra em estado latente ou produz sem gerar mais-valia. (*ibidem*, p.140)

Com estes elementos, podemos afirmar que a gestão capitalista que vise organizar o processo (tempo) de trabalho de tal forma que coincida ao máximo com o processo (tempo) de produção, ganhará com uma maior valorização do capital numa mesma jornada de trabalho. Aí está uma explicação teórica para o comportamento dos empresários na utilização das modernas técnicas de gestão.

Além disso, quanto menor for o tempo de produção, menor será o tempo de rotação global e maior o número de vezes que o capital gira ao longo do ano. Adiante veremos que isto possibilita uma maior massa de lucro, uma redução do desperdício de capital constante e variável e uma redução do volume de investimentos.

A outra fase do ciclo é a seguinte:

O capital aparece na esfera da circulação como capital-mercadoria e capital-dinheiro. Seus dois processos de circulação consistem em passar ele da forma mercadoria para a forma dinheiro e da forma dinheiro para a forma mercadoria. (*ibidem*)

Ao assumir as formas M e D, o capital exclui completamente a possibilidade de se valorizar. A função exercida por estas formas são estritamente de circulação. Como tais, elas condenam o capital a um momento estéril, não lhe permitindo o crescimento, pois apenas sob a forma P é que o capital pode gerar valor e valor de uso. Como diz Marx (2006b, p.140), “Durante seu tempo de circulação, funciona o capital não como capital produtivo, e, por isso, não produz mercadoria nem mais-valia”. Enquanto estiver sob a forma D, o capital deve percorrer, necessariamente, uma fase de compra, e enquanto M for sua forma, o capital deve enfrentar uma fase de venda. Assim, o tempo de circulação será dividido entre tempo de compra e tempo de venda.

Apesar de improdutivas, estas são fases necessárias, pois sem o capital-dinheiro, não seria possível a compra dos meios de produção e da força de trabalho (D – Mp e D – Ft). Consequentemente, o surgimento de P estaria comprometido. Por outro lado, o produto acrescido de mais-valia assume a forma de capital-mercadoria, condicionando a materialização da mais-valia à sua venda (M' – D'). (Marx, 2006b)

Num ciclo completo, o capital precisa interromper seu processo de valorização para que possa realizar o que foi criado e renovar o que foi gasto. Esta perniciosa consequência será tão maléfica quanto mais durar o tempo de circulação.

Quanto mais são ideais as metamorfoses da circulação do capital – isto é, quanto mais se torna o tempo de circulação = zero, ou mais se aproxima de zero –, tanto mais funciona o capital, tanto maiores se tornam sua produtividade e produção de mais-valia [...] O tempo de circulação do capital limita, portanto, o tempo de produção e, portanto, o processo de produzir mais-valia. (*ibidem*, pp.140-141)

Tanto quanto menor for o tempo de circulação, menor será o tempo de rotação de todo o capital e, como no tempo de circulação não se cria nenhum valor, é do interesse do capitalista industrial reduzi-lo a zero.

2.1.2. O número de rotações³

O ciclo de reprodução do capital não pode ser interrompido, sob o risco de destruir o capital. É *conditio sine qua non* da sua existência a continuidade da produção e reprodução. Para o cálculo do número de rotações de um capital, Marx sugere que “se chamarmos R o ano, a unidade de medida do tempo de rotação, de r o tempo de rotação de determinado capital, de n o número de suas rotações, teremos então $n = R/r$ ”. (Marx, 2006b, p. 176)

No processo de rotação o capital deve, inevitavelmente, assumir a forma produtiva, que é composta por elementos distintos e que cumprem funções diversas no processo de valorização: capital constante e capital variável. Enquanto o capital constante tem o seu valor transferido para a mercadoria, o trabalhador cria um valor quantitativamente superior ao capital variável, além de ser responsável pela transferência do primeiro. (Marx, 2006a)

Porém, existe outra forma de classificar as forças produtivas, utilizando como critério a forma aparente como os valores dos diversos elementos do capital produtivo são consumidos e “transferidos” para o produto. De acordo com este critério ele é classificado como capital fixo ou capital circulante. Estas duas partes de P têm um papel decisivo no tempo de rotação.

Essa diversidade de rotação decorre da maneira diversa como se transporta para o produto o

valor dos diferentes elementos do capital produtivo, e não da diversidade no papel que esses elementos desempenham na formação do valor dos produtos nem do procedimento que os caracteriza no processo de produzir mais-valia. (Marx, 2006b, p. 188)

Segundo Marx,

Um elemento do valor do capital produtivo só adquire a forma de capital fixo se o meio de produção em que existe não é inteiramente consumido no espaço de tempo em que o produto é fabricado e expelido do processo de produção como mercadoria. (*ibidem*, p. 189)

A parte do capital produtivo que não assume a forma de capital fixo é chamada de capital circulante, sendo esta parte inteiramente consumida em cada ciclo de produção da mercadoria. (Marx, 2006b) Assim, capital fixo é o capital produtivo que transfere uma parte do seu valor para o custo de produção, e capital circulante é aquele que transfere integralmente seu valor para o custo de produção da mercadoria.

A questão é que o capital circulante é composto por duas partes. Uma parte, a que corresponde às matérias primas e a outros materiais, tem o valor transferido integralmente para o produto, seguindo o ritmo de seu consumo. A outra parte, a que corresponde ao pagamento dos salários, embora contabilmente pareça transferir seu valor no processo de produção, fazendo parte dos custos, tem um papel completamente diferente no processo produtivo. Ela não só é o

agente responsável por toda a transferência do valor dos fatores objetivos da produção como é responsável pela criação de um valor novo que não existia antes. Voltaremos a este assunto mais adiante.

Em um sentido estrito, cada rotação do capital se completa no momento em que cada mercadoria, ou lote de mercadorias, é vendida. Assim, como é observável no dia a dia das empresas e nos manuais de gestão da produção, faz mais sentido o controle dos estoques de insumos, produtos em processo e mercadorias acabadas do que a gestão do capital fixo. Este último, por suas características, é comprado de uma vez, não sendo necessária sua reposição imediata. As mercadorias são produzidas, mas esta parte do capital continua fixada como meios de produção prontos para o uso, cabendo ao capitalista apenas zelar por ela e fazer sua manutenção.

No caso do capital circulante não é assim, pois o consumo do valor e do valor de uso é integral em cada ciclo. Esta parte do capital produtivo deve ser adequadamente adquirida de acordo com as necessidades da empresa e com as condições impostas pelas especificidades do ramo de produção, tais como a sazonalidade, a distância do fornecedor e do consumidor etc. Sem sua reposição não há a continuação da produção. Assim, para analisar a rotação em sentido estrito, quer dizer, para saber quanto tempo leva para o capital entrar na produção e sair valorizado dela, devemos observar a rotação do

capital circulante. Soma-se a isso o fato de que esta parte do capital é adquirida apenas quando o capital fixo está instalado e pronto para produzir, ou seja, ela dá a partida no funcionamento do capital produtivo e no ciclo de produção. Este conceito nos mostra a velocidade de transformação do valor primitivo do capital circulante em valor acrescido de mais-valia, ou seja, nos mostra que, quanto mais rápido rotacionar o capital circulante, maior a quantidade de mais-valia obtida pelo capitalista.

Por simplificação, como o próprio Marx sugere e a prática contábil empresarial o faz, podemos chamar de capital fixo a parte do capital produtivo que leva mais de uma rotação anual para transferir completamente o seu valor ao produto. Serão sempre os meios de produção, que assumem a forma de máquinas, ferramentas, instrumentos, edificações, plantas fabris etc.

Se o dia de trabalho constitui a unidade natural de medida do funcionamento da força de trabalho, o ano representa a unidade natural de medida das rotações do capital em movimento. (Marx, 2006b, p. 176)

A parte do capital produtivo que se transfere por completo, como valor, para a mercadoria em, no máximo, uma rotação anual chama-se de capital circulante. Como já vimos este capital é dividido em duas partes. A parte do capital circulante que se constitui de matérias-primas, materiais auxiliares, combustível etc., ou seja, de meios de produção, chama-se capital

circulante constante (CCC). A outra parte que também precisa de permanente renovação e *aparentemente* transfere completamente seu valor ao produto e deve ser sempre renovada é a que corresponde ao pagamento da força de trabalho, ou seja, os salários. Se vendesse toda sua capacidade de trabalho, o trabalhador estaria vendendo a si mesmo, já que não há como dissociá-lo dela. Por outro lado, para que não seja interrompida a produção, é necessário que o trabalhador receba periodicamente o correspondente ao valor da força de trabalho. Quando o capital circulante é destinado à compra da força de trabalho, dizemos que este foi adiantado sob a forma de capital circulante variável (CCV). (Marx, 2006b)

Pode parecer que a fórmula $n = R/r$ é exclusivamente aplicável ao capital circulante. Porém, é perfeitamente possível utilizá-la para o capital fixo. Para isto, é necessário que se saiba o período de vida útil do capital fixo quando consumido em uma dada jornada (por exemplo, de 8 horas diárias). O número de rotações anuais do capital fixo, n_p , será dado pela divisão do número de jornadas nas quais o meio de produção é utilizado pelo número de anos, r_p de funcionamento deste capital (seu tempo de rotação). Por isto, este número será sempre menor do que 1 e, multiplicando por 100, equivalerá a sua taxa de depreciação. Por exemplo, se uma máquina foi feita para durar 20 anos trabalhando numa jornada de 8 horas diárias, a rotação

anual do capital fixo será 1/20 ou 0,05 ou 5% de taxa de depreciação anual. Quando se utiliza esta máquina por dois turnos, a rotação deste capital passa para 2/20 ou 0,1 ou 10% ao ano. Seu consumo completo realizar-se-á, agora, em 10 anos ao invés de 20.

Isto é importante, pois, apesar de não diminuir o investimento total, com o aumento da rotação do capital fixo, diminui a exposição do capitalista ao desgaste moral dos seus meios de produção. Desta forma, ele aumenta as chances de obter mais-valia extraordinária quando for renovar sua fábrica, o que garante a ele, pelo menos temporariamente, uma maior *apropriação* de valor excedente.

Como o tempo de rotação do capital circulante, r_c , é de, no máximo, um ano, e o tempo padrão para esta parte do capital, R_c , é de 12 meses, o número de rotações deste capital, n_c , será sempre igual ou superior a um.

A tabela na página seguinte resume o que foi dito:

Dado o número de rotações, podemos apresentar a seguinte formulação para calcularmos o montante gasto anualmente com cada parte do capital:

$$CAP_i = n_i \cdot x_i$$

Onde, CAP_i é o custo anual de produção com a parte i do capital, seja fixo ou circulante, n_i é o

Tabela 1. Tempo e Número de Rotações dos Capitais Fixo e Circulante

	Capital fixo	Capital circulante
Tempo de rotação (r_i)	$r_f > 1$ ano	$r_c \leq 1$ ano (12 meses)
Número de rotações anuais (n_i)	$n_f < 1$	$n_c \geq 1$

Fonte: Elaboração própria.

número de rotações da parte i do capital, e x_i é o valor do investimento na parte i do capital. Com os valores de n_i para o capital fixo e circulante, podemos deduzir que o gasto anual com capital fixo será sempre menor do que seu investimento e o gasto anual com capital circulante será, ao menos, igual ao seu adiantamento inicial.

Além das diferenças quanto à circulação do valor e, conseqüentemente, à rotação de cada parte do capital produtivo, existem diferenças qualitativas que fazem com que elementos dentro do próprio capital fixo e do capital circulante tenham períodos de rotação distintos. “O capital fixo e o capital circulante se subdividem, por sua vez, em elementos com tempos de rotação diferentes”. (Ribeiro, 2009, p. 77) Sabendo o número de rotações de cada parte do capital produtivo e seu respectivo valor, podemos, a partir de uma média ponderada, encontrar o número médio de rotações de todo o capital adiantado, pois “A rotação global do capital adiantado é a rotação média de suas partes componentes”. (Marx, 2006b, p. 207)

$$N_T = \frac{n_1 \cdot x_1 + n_2 \cdot x_2 + \dots + n_b \cdot x_b}{x_1 + x_2 + \dots + x_b} = \frac{\sum_{i=1}^b n_i \cdot x_i}{\sum_{i=1}^b x_i} = \frac{CAP_T}{Inv_T}$$

Onde N_T é o número de rotações do capital total, n_i é o número de rotações da parte i do capital, x_i é o valor do investimento na parte i do capital, CAP_T é o custo anual de produção total (ou o montante gasto anualmente com todas as partes do capital) e Inv_T é o capital total investido.

A formulação acima, apesar de ter o mesmo conteúdo, é apresentada de maneira mais completa do que em Cipolla (2005), que divide em apenas duas partes o capital consumido no processo de produção. Podemos, também, corrigir outro erro cometido por esse autor, ao afirmar que “o tempo de rotação do capital variável coincide com o tempo de rotação do capital constante circulante”. (*ibidem*, p. 38) Na verdade, para que isso ocorra é necessário que os tempos de circulação e produção do valor gasto em mão de obra, matérias primas, materiais auxiliares etc. sejam exatamente iguais, o que foge da realidade. Por exemplo, “A produção de um carro

popular demora cerca de 24 horas e envolve milhares de trabalhadores e centenas de robôs” (Lombardi, 2011), além de diversos componentes distintos (Liker, 2004), enquanto uma rotação completa dos salários se realiza, dependendo do setor, em 15 ou 30 dias, de acordo com a prática empresarial mais comum de pagamento dos trabalhadores.

Por sua vez, note que

$$Inv_T = \frac{CAP_T}{N_T}$$

Ou seja, quanto maior o número de rotações, dado o gasto anual com a produção, menor será o investimento necessário para iniciá-la, o que vai influenciar na taxa de lucro do empresário individual. Por sua vez,

$$CAP_T = Inv_T \cdot N_T$$

Onde o gasto anual é sempre um múltiplo do número de rotações do investimento. Apesar de não ter apresentado esta formulação óbvia, Cipolla (2005), ao discutir a “rotação do capital e escolha da técnica dentro de uma indústria”, acredita ter chegado a uma grande conclusão quando apresenta a possibilidade de redução do valor individual anual da mercadoria (redução de custo) por meio da troca de uma parte do capital constante circulante por capital constante fixo. Associando esta fórmula de cálculo do gasto anual com a Tabela 1, podemos ver que

o múltiplo do investimento em capital fixo é inferior à unidade, enquanto que para o capital circulante este multiplicador é, ao menos, igual a um. Portanto, para um determinado investimento, o gasto anual com capital circulante é sempre maior do que com capital fixo.

Por outro lado, a circulação de capital variável traz consigo a circulação da mais-valia, pois:

Além do próprio valor, a força de trabalho acrescenta incessantemente ao produto mais-valia, encarnação de trabalho não pago. A mais-valia, portanto, é posta também em circulação pelo produto acabado e convertida em dinheiro como os demais elementos do valor do produto. (Marx, 2006b, p.188)

Além de recriar valor quantitativamente igual ao gasto com o capital circulante variável, a força de trabalho deve criar também a mais-valia. Com isso, dada a magnitude da mais-valia produzida em uma rotação, a quantidade de valor excedente criado no ano será tão grande quanto maior for o número de rotações desta parte do capital. Este é o conceito de massa anual de mais-valia (*MV*).

$$MV = n_v \cdot m$$

Onde n_v é o número de rotações do capital variável em um ano e m é a mais-valia produzida em cada rotação.

Acima vimos que o aumento da velocidade do capital circulante acarreta uma maior

velocidade da produção de mais-valia. Agora podemos observar que a parte variável do capital circulante é a responsável por este acréscimo. Assim, para o capitalista interessa qual é a quantidade anual de mais-valia (MV) apropriada por ele, dado o seu investimento inicial em capital variável (v). Esta é a taxa anual de mais-valia.

$$MV' = \frac{MV}{v}$$

Diante do exposto, também devemos reescrever a fórmula da taxa de lucro (l'):

$$l' = \frac{L}{Inv} = \frac{MV}{Inv} = \frac{n_v \cdot m}{c + v} = \frac{n_v \cdot l}{c + v}$$

Onde l é a massa anual de mais-valia, M , sob a forma de lucro.

Analisando a nova taxa de lucro em função do número de rotações do capital circulante variável, vemos que, dado o número de rotações do CCV (n_v), a taxa de lucro do capitalista será tão grande quanto maior for a quantidade de mais-valia obtida em uma rotação (m) e menor for seu investimento inicial ($c + v$).

Como vimos, além de poder aumentar a taxa anual de mais-valia, o aumento do número de rotações do capital circulante reduz o montante de capital necessário para iniciar a produção ($c + v$), o que aumenta a taxa de lucro individual. Vimos também que quanto maior for a

coincidência do tempo de trabalho e do tempo de produção, maior será a quantidade de valor criado pela força de trabalho numa jornada. Isto contribui para aumentar m , o numerador de l' . Soma-se a isso o fato de que quanto menos tempo os meios de produção ficarem parados numa jornada, mais rápido eles transferirão seu valor para as mercadorias.

Numa jornada, quanto menor for o tempo ocioso, maior será a quantidade de valor transferido e criado por um trabalhador. Isto, ao mesmo tempo, aumenta a velocidade de valorização e de rotação do capital como um todo. A conversão de maior quantidade do tempo de produção em tempo de trabalho efetivo aumenta a massa de m produzida em uma rotação. Se isto for associado ao aumento do número de rotações, ocorrerá o mais eficiente aumento da taxa de lucro para um capitalista individual.

Mas, novamente, nossas conclusões estão condicionadas. Elas são válidas quando as tratamos no âmbito dos valores. Será, então, que podemos manter o resultado de nossas investigações diante da taxa de lucro médio e dos preços de produção, quando todos parecem ter a mesma lucratividade?

2.2 A taxa de lucro médio e o capital individual

No sistema capitalista, as mercadorias não são vendidas com base em seus valores.

Conseqüentemente, os empresários não necessariamente se apropriam de todo o valor que extraíram dos seus trabalhadores, podendo receber uma quantidade maior, menor ou igual à mais-valia produzida individualmente.

O preço de mercado, preço pelo qual a mercadoria é vendida, tem como base o preço de produção, que é estabelecido pela concorrência derivada das diferentes composições do capital dos diversos setores.⁴ (Marx, 2008) Este preço deriva de uma redistribuição da mais-valia e nivela a rentabilidade dos produtores de cada setor segundo uma taxa geral de lucro. Contudo, nossa análise se detém sobre o capitalista individual e, dado o setor onde ele está inserido, sua rentabilidade pode se diferenciar da rentabilidade dos seus concorrentes.

Segundo Almeida e Ribeiro (2011), como toda forma do valor, o preço de produção tem uma média⁵ e esta é chamada de preço de produção de mercado (PPM). Conseqüentemente, esta média apresentará preços de produção individuais (PPI) acima e abaixo dela. Aqueles produtores que tem o PPI acima do PPM cedem parte da mais-valia que lhes cabem sob a forma de lucro médio, enquanto os que têm o PPI abaixo da média absorvem esta mais-valia cedida pelos piores produtores, sob a forma de superlucro.⁶ Aqueles que tiverem o PPI igual ao PPM receberão um valor excedente exatamente igual ao que remunera a taxa de lucro médio.

Como o preço de produção é formado pelo custo de produção + lucro médio, cada capitalista individual calcula seu PPI adicionando ao seu custo de produção individual o lucro médio individual.

No caso do lucro médio, como ele é obtido através da multiplicação da taxa de lucro médio pelo investimento,⁷ (Marx, 2008) teremos o seguinte: quanto menor o investimento individual, menor será esta parte do PPI e quanto maior o investimento, maior será a magnitude do lucro médio que cabe ao capitalista individual.

Por outro lado, o custo de produção (ou preço de custo) depende do preço do capital produtivo e do seu consumo no processo de produção. O primeiro não sofre influência direta do capitalista individual, mas o segundo é de total responsabilidade dele.

Tanto quanto todas as outras formas do valor, o preço de custo tem que se manifestar no mercado. Terá ele, por isso, uma média social, que representa os gastos com capital constante e capital variável que, em média, todos os produtores incorrem no processo de produção. Isto quer dizer que também haverá preços de custo individuais acima e abaixo dele. O preço de custo médio, ao passo que representa/mostra qual o desperdício médio tolerável em cada ramo, pode ser dividido em duas partes: valor que em média é transferido como capital constante e a parte do valor que em média é recriado pelo

capital variável e pago ao trabalhador como um salário médio.

O valor referente aos gastos com salários entra no preço de custo como se fosse o valor pago por toda a jornada. (Marx, 2006a) Assim, ao calcular o preço de custo diário da mercadoria, o capitalista inclui todo valor por ele gasto numa jornada de trabalho.

Mas, já vimos que nem toda jornada é composta por tempo de trabalho. Pode o processo prosseguir mesmo enquanto o trabalhador não trabalha. Então, além de tentar fazer coincidir o tempo de produção e o tempo de trabalho, a fim de coincidir a quantidade de valor que deve ser repostado e a quantidade de valor criado (pois será imputado o valor correspondente a toda jornada, mas só conterà na mercadoria, de fato, a quantidade de valor criado no processo de trabalho), o capitalista busca contratar o trabalhador apenas para os momentos nos quais funcionarão como trabalho vivo, ou seja, eles podem flexibilizar a jornada de trabalho. Quanto menos se “desperdiçar” o tempo de trabalho, maior será a quantidade de mercadorias criadas e, conseqüentemente, maior o denominador para o cálculo do custo com CCV por produto, já que este valor tem que entrar, de qualquer forma, no preço (funcionando ou não). Numa jornada de 8 horas, onde o trabalhador só funciona, de fato, 6 horas, é preferível que ele seja contratado só pelas seis, sendo, desta forma, o

valor transferido para o preço de custo igual a 6. Com isto, o valor contabilizado no preço de custo, como valor da jornada de trabalho, será menor. Caso seja pago o salário referente à jornada de 8 horas, mesmo trabalhando 6 horas, o valor “transferido” para a mercadoria será de 8 horas. Este é o conteúdo econômico da luta, por parte dos capitalistas, em favor da flexibilização da jornada de trabalho.

O empresário, ao buscar a redução do desperdício do tempo de trabalho, obtém maior criação de valor excedente, embora a mais-valia seja distribuída de acordo com a taxa de lucro médio para todos os capitalistas.

No caso do capital circulante constante, temos uma situação semelhante. É necessária certa quantia de matérias-primas e materiais auxiliares para iniciar a produção. Contudo o valor gasto com estes elementos pode, ou não, estar realmente contido na mercadoria. É comum um processo de produção enfrentar algum tipo de desperdício. Mas, estando dentro da média, esta perda de material fará parte do preço de custo da mercadoria.

Uma maneira de o capitalista aumentar a produtividade sem alterar a quantidade de insumos comprados é por meio da eliminação do desperdício de capital circulante. Por exemplo, se 1.000kg de algodão são comprados por R\$ 13.500 e são transformados em 750kg de fio de algodão, teríamos uma taxa de aproveitamento

da matéria-prima de 75%. O custo com esta parte do capital circulante não seria de R\$ 10.125 (quantidade efetiva de algodão no fio equivalente 75%), mas de R\$ 13.500, o equivalente ao usado na produção (100%). Assim, o custo unitário com matéria-prima seria de R\$ 18,00 por kg de fio. Suponhamos que o aproveitamento passe para 90%, o que quer dizer que com 1.000kg de algodão se faz 900kg de fio. Ao mesmo preço da matéria-prima corresponderá um custo unitário menor, de R\$ 15,00.

Voltamos a discordar de Cipolla (2005) quando ele afirma que “A diminuição do tempo de rotação do capital circulante representa uma redução da quantidade de trabalho necessária para a produção da mercadoria” (*ibidem*, p.45). Na realidade, a redução do tempo de rotação pode ser pela redução do tempo de produção (que abrange tempo de trabalho e tempo de “não-trabalho”) e pelo tempo de circulação, onde não ocorre a ação do trabalhador. Isto quer dizer que não necessariamente a redução do tempo de rotação deriva de uma diminuição da quantidade de trabalho despendida na produção. Além disso, uma redução do tempo de trabalho pode ser compensada por um aumento da taxa de mais-valia, resultando num aumento da quantidade de trabalho por unidade de tempo.

Outra discordância com Cipolla ocorre quando o autor afirma que “*diminuição de t* [tempo de rotação do capital circulante] e *redução de*

custo estão associados” (*ibidem*). Seu erro reside em confundir o tempo de trabalho novo com o custo necessário à criação de uma mercadoria, o que inclui máquinas, equipamentos, matérias primas etc. De fato, um produto que demora menos tempo para completar uma rotação, caso esta redução em “t” seja advinda de uma queda no tempo de trabalho, terá uma quantidade menor de valor. Porém, este valor inferior é aquele criado durante o processo de trabalho e que se dividirá entre capital variável e mais-valia. Por seu turno, a simples redução deste tempo não garante a redução dos custos com os meios de produção utilizados. A maneira disto acontecer, a redução de custos, é pelo aumento da eficiência produtiva ou da redução dos preços dos elementos utilizados na produção.

O mesmo raciocínio aplicado ao capital circulante se aplica ao capital fixo, que, se não for consumido e mantido de maneira adequada, pode diminuir seu tempo de vida útil sem produzir um número suficiente de mercadorias. Por exemplo, se uma máquina que dura 5 anos, e custou R\$ 100.000, tiver a capacidade produtiva de 10.000 produtos por ano, ao fim da sua vida útil terá produzido um total de 50.000 mercadorias com um custo unitário de R\$ 2,00. Porém, se por algum motivo as condições de manutenção forem inadequadas e a máquina durar apenas 4 anos, o total produzido será de 40.000 unidades custando R\$ 2,50 cada uma.

Com isto, vemos que, com a melhor gestão do processo de produção, a mesma quantidade de valor transferido para uma quantidade maior de mercadorias diminui o preço de custo individual delas. Por outro lado, isto pode ser uma fonte de libertação permanente de capitais, os quais podem ser utilizados numa posterior reprodução ampliada.

O preço de custo pode diferir do valor que realmente foi transferido para a mercadoria. Foi gasto, mas não quer dizer que está contido nela. Quanto menos ele desperdiçar, menor será a transferência de valor para a mercadoria como custo. Isto se refletirá também no preço de produção.

Quando há o aumento da produção, mantendo-se constante (ou diminuindo) a quantidade e/ou qualidade do trabalho, temos um aumento de produtividade. Disto podemos afirmar que, quanto mais eficiente (produtivo) for o produtor capitalista, menor será a quantidade de valor, sob a forma preço de custo, contida em sua mercadoria. Consequentemente, maior será a diferença entre o preço de custo individual e o de mercado e, conseqüentemente, maior a margem para a obtenção do superlucro.

Devemos considerar também que, para o empresário, não importa se o aumento da produção é resultado de um aumento da produtividade ou da intensidade do trabalho, pois, para ele, os dois parecem ser a mesma coisa. Portanto, para

aumentar a produção, utilizando-se a mesma força de trabalho, caso não seja possível aumentar apenas a produtividade, ele recorrerá à intensificação da jornada de trabalho.

Do que foi exposto, podemos concluir que, quanto menor o investimento e o preço de custo individuais, menor será o preço de produção individual em relação ao preço de produção de mercado e, conseqüentemente, maior será a apropriação de lucro extra (além daquele que remunera o investimento pelo lucro médio) por parte de um capitalista. (Almeida, 2010; Almeida & Ribeiro, 2011) Assim, terá ele, apesar da existência da taxa de lucro médio, uma taxa de lucro individual (taxa de lucro efetivo) superior aos demais produtores.

O capitalista que emprega métodos melhores de produção, mas ainda não generalizados, vende abaixo do preço [de produção]⁸ de mercado, mas acima do seu preço individual de produção; assim, eleva-se para ele a taxa de lucro, até que a concorrência desfaz essa vantagem. (Marx, 2008, p. 304)

Em termos gerais, podemos afirmar que o capitalista individual é levado, pelas leis da sociabilidade do capital, a considerar duas variáveis: 1) o investimento total, que influenciará no custo total de produção e no lucro médio total apropriado por ele; e, principalmente, 2) a produtividade do capital produtivo, que determinará o numerador para o cálculo do preço de custo e do lucro médio por mercadoria

e, conseqüentemente, o preço de produção individual.

Em relação à rotação do capital como um todo, continua válida a afirmação de que quanto menor o tempo de rotação, maior a apropriação de lucro individual, pois, quanto mais vezes o capital (seja ele eficiente ou não) completar seu ciclo, maior a quantidade de lucro anualmente embolsada. O mesmo não pode ser dito em relação à rotação do capital variável, já que toda a mais-valia criada será, devido à concorrência, dividida entre todos os pertencentes à classe capitalista e não será apropriada individualmente.

Introduzindo a rotação no sentido estrito, que leva em consideração o tempo em que o capital circulante leva para assumir a forma D' , podemos ver como a rotação do capital circulante pode potencializar a taxa de lucro individual, mesmo com a existência da taxa de lucro que iguala a rentabilidade dos investimentos nos mais diversos setores.

$$l' = \frac{n_c (lm \pm sl)}{In\upsilon} = \frac{n_c (lm \pm sl)}{c + \upsilon}$$

Onde, l' é a taxa de lucro individual, n_c é o número de rotações anuais do capital circulante (em sentido estrito), lm é o lucro médio obtido em cada rotação do capital circulante e sl é o superlucro obtido em cada rotação do capital circulante, derivado do valor adicionado ou subtraído, dadas as diferenças entre os PPI e o PPM.

Como vimos, sl será positivo para os melhores produtores e negativo para os piores. Porém esta variável vive em constante mudança, dada a busca dos empresários pelas melhores tecnologias e formas de gerir a produção. Com isto, vemos que é possível que o capitalista individual tenha uma rentabilidade igual, superior ou inferior à taxa geral de lucro, dependendo de suas condições de produção em relação à média.

3. Conclusões

No presente trabalho procuramos mostrar que a obra *O capital* contém elementos que permitem desenvolver, dentro da crítica da economia política, uma “microeconomia marxiana da firma”.

Inicialmente apresentamos os conceitos contidos nesta obra de Marx, no intuito de propor uma teoria que se aproxima da realidade de uma empresa e da gestão da produção. Neste ponto, foi identificado o conceito de taxa de lucro como sendo a principal variável que influencia as decisões dos capitalistas.

Primeiramente, na esfera dos valores, considerando que o capital realiza apenas uma rotação anual, chegamos à conclusão de que existem três formas de se elevar a taxa de lucro do capitalista individual: 1ª) por meio do aumento da taxa de mais-valia, seja pelo aumento da jornada de trabalho, aumento da intensidade ou complexidade do trabalho ou redução do valor da Ft ; e/ou 2ª) através da redução do investimento; e/ou 3ª) por meio da obtenção da mais-valia extraordinária.

Ao considerar o número de rotações que o capital completa ao longo do ano, vimos que quanto maior o número de rotações do capital circulante variável, maior a taxa anual de mais-valia. Por outro lado, dado o gasto anual, quanto maior o número de rotações do capital circulante, menor o investimento e, conseqüentemente, maior a taxa de lucro do capitalista individual.

Vimos também que, mesmo não influenciando seu investimento inicial, o aumento na velocidade de rotação do capital fixo permite ao empresário reduzir o tempo de vida útil desta parte do capital, reduzindo, assim, o risco de depreciação moral de seus meios de produção.

Outro ponto que mereceu destaque foi a necessidade de se transformar todo o tempo de produção, de criação de valor de uso, em tempo de trabalho, onde é criada a mais-valia, como forma de se ampliar o excedente sobre o capital adicional e se reduzir os desperdícios com mão de obra ociosa. Na prática, este é um dos ideais almejados pelo *sistema de produção enxuta*, onde se procura eliminar, ao máximo, sete tipos de perda. (Ohno, 1997; Almeida, 2010)

Associado a isso, está o improdutivo, porém necessário, tempo de circulação, no qual o capital passa pelas fases de compra ($D - M$) e venda ($M' - D'$). Vimos que, quanto menor este tempo, mais rápida é a metamorfose do capital e maior sua valorização anual. Não é por outra razão que são desenvolvidas diversas técnicas

de gestão da cadeia de suprimentos para eliminar esta parte do ciclo que não cria mais-valia. (Almeida, 2010; Campos, 2000)

Considerando a forma preço de produção do valor, vimos que, apesar do nivelamento pela taxa geral de lucro, o produtor pode ter uma taxa de lucro individual superior, igual ou inferior à taxa de lucro médio.

Em termos gerais, podemos afirmar que o capitalista deve levar em consideração duas variáveis: 1) o investimento total, que influenciará no custo total de produção e no lucro médio total apropriado por ele; e, principalmente, 2) a produtividade das suas forças produtivas, que determinará o numerador para o cálculo do preço de custo e do lucro médio por mercadoria e, conseqüentemente, o preço de produção individual.

Com estas considerações, destacamos alguns elementos que podem constituir um subcampo da crítica da economia política, ao qual chamamos de “microeconomia política da firma”. Diante das leis que regem a sociedade burguesa e que impõem determinado comportamento aos indivíduos personificadores do capital, tal análise nos permitirá entender e explicar alguns dos métodos e ferramentas dos mais diversos modelos de gestão da produção atualmente existentes. Muitos alicerces devem ainda ser erigidos, porém, aqui podemos indicar algumas possíveis aplicações.

Os pontos elencados permitem entender como opera a gestão científica da produção, iniciada por Taylor e Ford, que criou o conceito de padronização das atividades dos operários e ampliou a taxa de mais-valia por meio da intensificação da jornada de trabalho. Permitem entender também como o modelo de enriquecimento de cargos, que culminou nas equipes de produção características do grupo semiautônomo do sistema sociotécnico e do sistema Toyota de produção (Almeida, 2010), foi utilizado visando combater o absentéismo inerente ao trabalho altamente especializado característico do modelo clássico de gestão e, ao mesmo tempo, aumentar a exploração da mão de obra.

Outro modelo de gestão que merece destaque e pode ser analisado, o chamado consórcio modular, como o existente na cidade de Resende/RJ, onde uma grande empresa montadora se associou a fornecedores menores e formaram uma planta fabril onde cada um é responsável por uma parte do processo de produção (Di Serio *et ali.*, 2002; Venanzi, 2007). Neste caso, a grande montadora não entra com todo o capital necessário para pôr em funcionamento a fábrica, sendo cada empresa associada a responsável por um setor, seja em sua operação, seja em seu investimento.

Bibliografia

ALMEIDA, L. M. L. *O modelo de gestão da Toyota: uma análise do lean manufacturing* ou manufatura enxuta baseada na teoria marxiana do valor trabalho. Dissertação de mestrado, Mestrado em Economia Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010, 98p.

ALMEIDA, L. M. L. & RIBEIRO, N. R. “Valor, valor de troca e mercado: o falso problema da transformação”. In: *Anais do XVI Encontro Nacional de Economia Política*. Uberlândia: SEP, 2011.

CAMPOS, L. H. R. *O supply chain management e seus reflexos na concorrência*. Dissertação de mestrado, Mestrado em Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2000, 124p.

CIPOLLA, F. P. “Notas sobre o problema da relação entre a taxa de lucro e o número de rotações do capital”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, nº 17, dezembro 2005, pp. 33-49.

DI SERIO, L. C.; MAIA, M.; SAMPAIO, M.; PEREIRA, S. C. F. “O consórcio modular: caso Volkswagen Resende”. In: *Anais do EnANPAD 2002*. Salvador: ANPAD, 2002.

LENIN, V. I. “Imperialismo, fase superior do capitalismo” [1917]. In: *Obras escolhidas*, Vol. I. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.

LIKER, J. K. *O modelo Toyota: 14 princípios de gestão do maior fabricante do mundo*. São Paulo: Bookman, 2004.

LOMBARDI, M. “Entenda como funciona uma fábrica de carros”. São Paulo: UOL Economia, 2011. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2011/08/25/entenda-como-funciona-uma-fabrica-de-carros.htm>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

MARX, K. *O capital: crítica da Economia Política*. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a.

MARX, K. *O capital: crítica da Economia Política*. Livro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b.

MARX, K. *O capital: crítica da Economia Política*. Livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

OHNO, T. *Sistema Toyota de produção: além da produção em larga escala*. Porto Alegre: Bookman, 1997.

RIBEIRO, N. R. *O capital em movimento: ciclos, rotação, re-produção*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2009.

ROSENAL, M. M. & STRAKS, G. M. *Categorías del materialismo dialéctico*. 1 ed. México, D. F.: Editorial Grijalbo, S.A., 1960.

VENANZI, D. “As implicações e vantagens do uso do modelo de consórcio modular na indústria automobilística”. In: *Anais do XXVII do Encontro Nacional de Engenharia de Produção*. Foz do Iguaçu: ABEPRO, 2007.

VITALI, S.; GLATTFELDER, J. B.; BATTISTON, S. “The network of global corporate control”, *PLoS ONE*.6(10): e25995, 2011.

Notas

1 Sobre os mecanismos de produção e apropriação do valor, sugerimos (Almeida & Ribeiro, 2011).

2 Existem produtos que, para serem criados, precisam passar por processos que não necessitam de interferência humana. Um exemplo disso é a fotossíntese, ação pela qual a maioria dos vegetais, através do dióxido de carbono, da água e dos minerais dissolvidos em compostos orgânicos, transforma energia luminosa em energia química. A função de fornecer energia para as plantas não cabe à ação do trabalhador, mas sim às condições naturais (o trabalhador pode melhorar essas condições, mas não fornecer energia diretamente). (Almeida, 2010, p. 26)

3 Fica claro que qualquer alteração no tempo de rotação do capital deve gerar modificações no consumo de outras partes, como, por exemplo, o maior consumo de energia, matérias-primas, menor tempo de depreciação etc. No caso do capital variável, ao aumentar o número de rotações, o valor investido nesta parte do capital é reduzido, diminuindo também o montante absoluto de mais-valia produzido por rotação. Dados os objetivos do presente trabalho, não iremos nos deter na análise das consequências das alterações da rotação em cada parte que constitui o capital produtivo.

4 Para cumprir os objetivos do presente trabalho, não iremos expor o mecanismo de criação do lucro médio e da “transformação” dos valores em preço de produção. Marx trata deste assunto na parte segunda – *Conversão do lucro em lucro médio* – do Livro III de *O capital*. Almeida & Ribeiro (2011) tem uma visão adequada sobre este “problema”.

5 O mecanismo que está por trás do PPM é o mesmo que determina o valor de mercado, ou seja, o mesmo que determina o tempo de trabalho socialmente necessário à produção da mercadoria. Sobre o tema ver Almeida & Ribeiro (2011).

6 Neste caso a mais-valia extraordinária assume a forma de superlucro.

7 Na prática, o lucro médio é um múltiplo do gasto efetivado pelo empresário.

8 De acordo com a nossa interpretação, o preço a que Marx se refere é o preço de produção de mercado, que é ideal e serve como base para a explicação da formação dos preços no capitalismo. Já o preço de mercado é aquele que se realiza materialmente no corpo do dinheiro ao se realizar a troca.

CARLOS ALBERTO CORDOVANO VIEIRA

**CAPITAL MERCANTIL NA TRANSIÇÃO PARA O
CAPITALISMO: ESBOÇO PARA UMA APROPRIAÇÃO DO
DEBATE HISTORIOGRÁFICO**

Recebido em 17 de Março de 2015

Aprovado em 22 de Setembro de 2015

CAPITAL MERCANTIL NA TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO: ESBOÇO PARA UMA APROPRIAÇÃO DO DEBATE HISTORIOGRÁFICO

Resumo

O presente trabalho propõe uma discussão em torno do caráter da sociedade do Antigo Regime à luz de posições paradigmáticas na historiografia que o vinculam ao modo de produção feudal em crise ou à economia-mundo capitalista em expansão.

Palavras-chave: capital mercantil; capitalismo – transição; economia-mundo; sistema colonial.

Classificação JEL: N00; P00; P10.

Abstract

This paper discusses the character of the society of the Ancient Regime through paradigmatic positions in historiography that link it to feudalism in decline or to the expansion of the capitalist world-economy.

Keywords: mercantile capital; capitalism – transition; world-economy; colonial system.

CARLOS ALBERTO CORDOVANO VIEIRA

Professor e pesquisador do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-UNICAMP).

Introdução

O presente trabalho propõe uma breve discussão em torno de um ponto particularmente controverso na historiografia referida à transição do feudalismo para o capitalismo, a saber, o caráter da sociedade do *Antigo Regime*.

No materialismo histórico, as tentativas de estabelecer os nexos entre a crise do modo de produção feudal e o sentido disruptivo da luta de classes põem, como um problema fundamental, a caracterização do modo de produção vigente entre a crise do século XIV e a “Era das Revoluções” na passagem do século XVIII ao XIX. Já nas primeiras discussões do conhecido debate da transição, a crítica de Sweezy à visão de Dobb – segundo a qual o “período transitório” na Inglaterra, entre o século XIV e a ruptura revolucionária do século XVII, era considerado nos termos de uma coexistência, às vezes a mera justaposição, do modo de produção feudal em decomposição com um capitalismo embrionário – conduziu à proposição de um período específico *de transição, a produção pré-capitalista de mercadorias*, com uma dinâmica própria, nem feudal, nem propriamente capitalista.¹ (Sweezy, 1977) Também no debate brasileiro sobre o sentido da colonização, o estudo da natureza dos vínculos entre o capital mercantil e a produção escravista envolvia, como momento fundamental para uma caracterização do “modo de produção” vigente na América portuguesa, um exame do modo de produção do *Antigo Regime*.

Nesse trabalho procuramos sustentar a possibilidade de uma *apropriação crítica* de duas

vertentes historiográficas que sustentam posições polares quanto à questão: a primeira, referida ao materialismo histórico, que, na trilha de Dobb, trata o período à luz da mudança fundamental nas formas de produção e propriedade, da passagem, em cada espacialidade do mundo feudal, do predomínio da servidão ao predomínio do salariato; a outra, digamos, de inspiração braudeliiana – particularmente consolidada na interpretação de Wallerstein –, para a qual o período se traduz nos termos da expansão de uma *economia-mundo capitalista* ou do *sistema mundial moderno*. No primeiro caso, o modo de produção feudal, mesmo em crise, estende-se até o limiar crítico da *Era das Revoluções*; no segundo, um “sistema” propriamente capitalista já se encontra em plena expansão na passagem do século XVI ao XVII – ou mesmo antes.

Procuramos propor que, preservando a centralidade da transição nas formas de produção e propriedade e da ruptura revolucionária, uma *apropriação crítica* da perspectiva sistêmica do *sistema-mundo*, transfigurada pela consideração da especificidade da forma mercantil do capital, permitir-nos-ia reter o que nela há, a nosso juízo, de fundamental: a transição para o capitalismo também sob o prisma da formação de uma história mundial. Mas isso supõe uma reconsideração, de outro lado, dos termos

em que a historiografia de fundamentação no materialismo histórico propõe a transição nas formas de produção e propriedade, por meio da problematização do estatuto do “econômico” nas formações pré-capitalistas. Essa *apropriação crítica* consoma-se na formulação de uma hipótese preliminar sobre o “período transitório”, aqui considerado como um período específico *de transição*, nem feudal, nem capitalista, cuja dinâmica revela-se nos nexos entre o capital mercantil e as monarquias modernas, na espacialidade do *antigo sistema colonial*.

Autonomização do “econômico” e história mundial

A apropriação das posições em tela exige o exame preliminar de duas observações que, sendo recorrentes, deveriam ser não só tematizadas, mas tomadas como objeto mesmo de problematização.

Em primeiro lugar, é necessário retornar ao estatuto do “econômico” nas “formações pré-capitalistas”. Nos *Grundrisse*, Marx demonstrou que, sob formas de propriedade caracterizadas pela unidade entre produtores e condições de produção, o circuito do excedente e, pois, a reprodução sistemáticas dessas mesmas formas, concretizam-se por força da coerção “extraeconômica”. Somente numa formação que levou a mercantilização da vida ao limite da subsunção real do trabalho ao capital, as relações de

produção materializam-se como encarnações de categorias estritamente econômicas – em particular, no intercâmbio da própria força de trabalho. Nesses marcos é que a reprodução do “econômico”, como uma esfera já diferenciada, torna-se autorreferida e tende a recriar – evidentemente, sob contradições progressivamente mais profundas – as condições de sua própria reprodução e, com isso, das relações sociais subjacentes. O processo de reprodução ampliada, sob forças produtivas especificamente capitalistas, tende a reproduzir reiteradamente a polarização entre capital e trabalho. Assim, pode-se dizer que no modo de produção capitalista plenamente constituído, a relativa autonomização do “econômico” coincide com a centralidade da “economia” na reprodução das relações sociais fundamentais.² Em contraste, nas formações pré-capitalistas, as diversas formas de unidade entre produtores e condições de produção correspondem a vínculos de diversas naturezas – não mercantis –, que ligam os homens aos processos de reprodução social. De certo modo, a dimensão da produção material e, quando for esse o caso, o circuito do excedente, são condicionados *diretamente* por esses vínculos.³ Isso significa que, à diferença do capitalismo, nas formações pré-capitalistas, o que, numa metáfora topográfica, poderia ser definido como “superestrutura” constitui, efetivamente, não um mero conjunto de parâmetros exteriores que circunscrevem os limites

da reprodução das formas de propriedade, mas nexos intrínsecos a essas mesmas formas, como forças dinâmicas imediatas em seus processos de reprodução. Nessas formações não há nem uma diferenciação do “econômico”, nem, como desdobramento disso, a possibilidade de que a produção material recrie, por si só, as condições de reprodução das relações sociais. A relação servil não se recria reiteradamente no tempo pela mera produção material e transferência do excedente dos servos aos senhores.

Em suma: nas “formações pré-capitalistas”, não é possível observar – ou mesmo sequer conceber teoricamente – o “econômico” diferenciado; a produção material permanece imersa no amálgama da vida social, contida por forças “extraeconômicas” de natureza as mais diversas. Ali, as relações sociais, as ligações entre os homens, não podem se concretizar reduzidas a um confronto entre categorias estritamente econômicas.

Daí porque, nas formações pré-capitalistas, a especificidade do “extraeconômico”, como *nexo intrínseco* na reprodução social, constitui uma dimensão fundamental, imediatamente imbricada na conformação e movimento das próprias estruturas. Essa constante redefinição do estatuto das diversas dimensões da vida social é um passo fundamental para a historicização dos conceitos, e, nesse sentido, também, para uma tentativa de contornar as tensões entre

o plano da reconstituição, da história, e o da elaboração teórica. Quanto a isso, entendemos que, por esse caminho, é possível enfrentar as dificuldades trazidas pela observação de que as diversas formas de produção, formalmente limitadas, como combinatórias diversas de relações de propriedade e exploração, podem, concretamente, surgir e ressurgir sob diferentes totalidades e, pois, vincular-se a diferentes *sentidos* da história. Um conceito de modo de produção que fosse formalmente reduzido à dimensão das relações de produção seria pouco fecundo para elucidar, por exemplo, diferenças fundamentais entre o escravismo antigo e o moderno, ou entre a servidão europeia medieval e determinadas formas americanas pré-colombianas; formações cujos sentidos se revelam radicalmente distintos. Nesse caso, se o plano conceitual equipara formações tão díspares, suas especificidades haveriam de ser necessariamente atribuídas a outras forças que não aquelas constitutivas dos fundamentos do “modo de produção” em causa; paradoxalmente seriam, pois, atribuídas ao que, então, fora considerado, em princípio, epifenômeno. No caso do “feudalismo” reduzido à “servidão”, o problema torna-se mais grave em virtude das tendências de um materialismo histórico dito ortodoxo a estender exageradamente sua vigência para fora dos limites geográficos e temporais da cristandade medieval europeia. Na prática, como observou Hobsbawm, isso teria levado a uma demarcação rigorosa do

escravismo e do capitalismo e, em contrapartida, à generalização do conceito de “feudalismo” para quase todas as demais formas que estivessem entre um e outro. (Hobsbawm, 1977) Essa base teórica reverbera de modo agudo na problemática da formação do capitalismo, não somente por estabelecer, sob esse conceito de “feudalismo”, o ponto de partida da transição, mas por corresponder, muitas vezes, às teses em torno das possibilidades de ocorrência de diversas transições para o capitalismo relativamente “autônomas”, ligadas a uma perspectiva de recriação generalizada de revoluções burguesas em diferentes formações marcadas por quaisquer formas de “servidão” – mesmo as de origem colonial. (Vieira, 2004)

Nesse sentido, concordamos com Perry Anderson quanto à necessidade de problematizar a especificidade dos meios de coerção “extraeconômica”, ou do chamado “superestrutural”, nas formações pré-capitalistas, como nexos intrínsecos na reprodução das formas de propriedade e de produção.⁴

Com efeito, entendemos que a passagem do exercício retrospectivo da *análise* das formas de propriedade à reconstituição propriamente histórica pressupõe que se dê ao conceito de modo de produção um caráter totalizante. Nesse caso, se a *crítica da economia política*, que supõe uma relativa autonomização do “econômico”, é a chave para perscrutar o modo de produção

capitalista plenamente constituído, não o é para as formações pré-capitalistas; o estudo destas deve encerrar a descoberta de suas chaves epistemológicas próprias, à luz de suas formas concretas de reprodução. No curso da construção do materialismo histórico, Marx e Engels observam que o problema da *produção* “[...] não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução física dos indivíduos”, sendo, portanto, “[...] muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos”. (Marx & Engels, 2007, p. 83) N’*O capital*, Marx restringe a metáfora topográfica à forma específica do modo de produção capitalista, observando, como notamos, que ela não teria validade “[...] para a Idade Média, dominada pelo catolicismo, nem para Atenas e Roma, onde dominava a política”.⁵ (Marx, 1988, p. 77) Quanto a isso, Lukács procurou sustentar que só uma construção de caráter totalizante, que examinasse a organicidade entre as diversas partes constitutivas do todo, à luz de um *sentido* dado pelo todo, poderia captar a historicidade de cada elemento do conjunto. Nesses termos, as categorias – por exemplo, o “capital” –, tornam-se necessariamente fluidas, transfigurando-se, na passagem para o momento da reconstituição, em cada totalidade. Com efeito, esse é o movimento que obsta as tendências à cristalização dos conceitos e, pois, à eternização

de uma ou outra forma social – nesse caso, de um suposto “capitalismo”.

Desse modo, no enfrentamento da problemática da transição, não se trata só de contrastar diferentes formas econômicas e a passagem de uma a outra; mais do que isso, trata-se de problematizar o próprio estatuto do “econômico” nas diversas formações – nos diversos *modos de produção* – e, com isso, o estatuto, também, das diversas dimensões da vida, ou da chamada “superestrutura”. Procuramos sustentar que, se é correto propor a questão em termos da transição de uma totalidade para outra – em que estão envolvidas distintas formas de produção e propriedade –, é necessário observar que essas totalidades são não só diferentes quanto às formas de produção e propriedade dominantes, mas, mais do que isso, são de naturezas diversas quanto ao estatuto das diversas dimensões da vida social na conformação de sua organicidade. Assim, o movimento da transição de uma forma para outra envolve, simultaneamente, uma redefinição da organicidade entre as diferentes dimensões da vida social.

Desde logo, mesmo considerando a existência do comércio medieval ou dos mecanismos de recomposição da unidade política das camadas senhoriais, o conjunto do que se convencionou denominar “feudalismo” encerrava uma geografia que não era organicamente estruturada, nem por uma divisão do trabalho, nem por uma

instância de poder centralizado, ao modo dos Impérios. Ou seja: o universo do feudalismo é marcado por uma fragmentação da produção material e da coerção política. Nesse sentido, a definição de Anderson, nos termos de um “amalgama de exploração econômica e autoridade política”, que se configura na forma da “parcelização da soberania” (Anderson, 2000, p. 144), permite observar o caráter essencialmente local dos nódulos feudais em que se fundem produção material e coerção direta. O feudalismo surgiria, pois, como uma espécie de justaposição de domínios praticamente autônomos, conformados por um emaranhado de nexos senhoriais e servis, em coexistência com diversas outras “formas alógenas”, entre as quais, principalmente, as cidades autônomas. No entanto, entendemos ser necessário notar que, sobre essa justaposição, há uma organicidade na dimensão civilizacional, porquanto todas essas formas (os nexos de vassalidade, de servidão etc.) fossem, necessariamente, traduzidas sob o signo da cristandade. Nesse caso, o conjunto das relações sociais, a ligação entre os homens, só se materializam como relações de caráter essencialmente sagrado. Considerada essa mediação fundamental, a sociedade feudal constituía-se, concretamente, numa combinação entre as tendências particularistas da dominação senhorial e um determinado “universalismo”, que expressava o que Eli Heckscher (1943) denominou como “coesão espiritual”

do Ocidente. A dispersão do mundo medieval era recomposta desde o topo por essa força de coesão que emanava, em menor medida, das heranças mais remotas do Império Romano – mais concretamente, do que restava do Império medieval – e, principalmente, da proeminência cultural da Igreja. O “universalismo” encarnava num conjunto de práticas comuns, materializadas no conjunto das relações sociais; nos nexos senhoriais e servis, no direito de origem romana e no direito canônico, nas práticas dos estudiosos seculares e das ordens monásticas, nas universidades, na própria língua latina, nos códigos de honra da cavalaria, nas formas de governo das cidades, nos regimes de grêmios, guildas, corporações etc.⁶ Desse modo, a mudança nas formas da produção e da propriedade deve ser problematizada, também, sob o prisma da fratura da unidade da cristandade e, pois, da dissolução da referida combinação entre particularismo e universalismo, o que redefine a posição das diversas dimensões da vida social na reprodução das novas relações. Em particular, no curso do processo de laicização da cultura, sobre novas formas de reprodução social, o “político” e o “econômico” terão um novo estatuto. Concretamente, em confronto com a simbiose medieval entre o universalismo eclesiástico e o particularismo senhorial, essas transformações culminam na construção de uma nova divisão do trabalho e, evidentemente, na formação das monarquias nacionais.

A outra observação, ligada à primeira, diz respeito ao modo como as distintas formas de produção e propriedade e, pois, as distintas conexões entre as dimensões da vida na reprodução das diversas totalidades encerram espacialidades específicas. De resto, não é necessário discorrer sobre os limites espaciais das formações pré-capitalistas – a exemplo da forma antiga, germânica ou oriental –, em contraste, com o caráter essencialmente mundial do capitalismo. Quanto a isso, se distintas formas de produção e propriedade correspondem a nexos de diversas naturezas entre o conjunto das dimensões da vida, e se, em cada caso, esses nexos encerram uma espacialidade específica, é possível sustentar que os modos de produção subsistem nos marcos de determinadas “zonas de coerência”. Espacialidades, cuja organicidade pode, pois, conformar-se por vínculos civilizacionais, ou políticos, ou econômicos etc. Precisamente por meio desses encadeamentos, entendemos ser possível traduzir, em nossos termos próprios, sem prejuízo do conceito basilar de “modo de produção”, o que Wallerstein procurou definir em nível fenomênico, nos seus termos, como “sistemas-históricos” – *micro-sistemas, impérios-mundo* ou *economias-mundo*. (Wallerstein, 1991, p. 222) Com efeito, essa tradução própria procura dar conta do que, para nós, constitui o limite fundamental dessa visão, qual seja, a abstração da especificidade das formas de produção e propriedade. As “zonas de coerência” correspondem

às organicidades dos diversos modos de produção. Assim, entendemos que, se no nível fenomênico o modo de produção pode ser traduzido como “sistema-histórico”, este não substitui o primeiro de um ponto de vista epistemológico.

Concretamente, se o feudalismo é um modo de produção cuja coesão é tecida nos marcos da cristandade ocidental, sua espacialidade será fundamentalmente civilizacional. Nesse ponto específico, como procurou demonstrar Henri Pirenne, a formação da sociedade feudal significou, simultaneamente, a dissolução definitiva da unidade do mundo mediterrâneo, mantida por força do Império, e, em contraste, a circunscrição de uma nova espacialidade limitada pelo domínio da cristandade. Como notamos, “o que havia era uma grande comunidade cristã circunscrita pela ecclesia”. (Pirenne, 2010, p. 283) Com efeito, Marc Bloch e Braudel procuram identificar os processos de formação da sociedade feudal e de sedimentação de uma civilização europeia ocidental. Como diz Braudel, “o feudalismo constrói a Europa”.⁷ (Braudel, 1989, p. 292) De nossa parte, pretendemos sublinhar somente que, nesse caso, trata-se, pois, de um modo de produção que, em virtude de sua organicidade específica, conformada sob o manto da cristandade, subsiste num marco civilizacional – não por outra razão, sua expansão geográfica, a exemplo das cruzadas, ou dos vetores salvíficos da colonização moderna, traduz-se como uma expansão religiosa. Ora, o processo de formação

do capitalismo é também o de ruptura desses invólucros. O desenvolvimento do capital mercantil, principalmente quando numa estreita conexão com a manufatura, corresponde a uma nova organicidade, já conformada sobre uma nova divisão do trabalho – não mais na fragmentação medieval – que, progressivamente, tende a tornar-se mundial. Trata-se, pois, da conformação de uma nova espacialidade. A consumação do processo de transição para o capitalismo, que, como vimos, corresponde à consolidação de uma nova forma centrada no “econômico”, supõe que o capital, onde quer que penetre, possa sobrepôr-se a velhas organicidades políticas, civilizacionais etc., convertendo essas dimensões da vida em partes organicamente subordinadas a uma nova totalidade, regida por ele próprio, o capital. Assim, a consolidação do modo de produção capitalista é, simultaneamente, a criação de uma história mundial, cujo tempo histórico é comandado pelos imperativos do próprio capital: “em lugar da velha autossuficiência e do velho isolamento locais e nacionais, surgem um intercâmbio generalizado e uma dependência generalizada das nações entre si (Marx & Engels, 1987, p. 38)”.⁸

Assim, também por esse prisma, a problemática da transição, novamente, não se reduz à da passagem de uma determinada forma “econômica” a outra. Mais que isso, a redefinição da posição das diversas dimensões da vida social encerra, necessariamente, a demarcação de uma

nova espacialidade. Nesses termos, trata-se da transição de um modo de produção, digamos, civilizacional – o feudalismo nos marcos da cristandade – para outro, o capitalismo, que tende, progressivamente, a tornar-se mundial. Marx observou que o caráter cosmopolita é constitutivo do capitalismo; é seu pressuposto e, ao mesmo tempo, resultado histórico. Ora, se do ponto de vista de uma formulação retrospectiva, o cosmopolitismo é tratado como pressuposto e resultado, na reconstituição, na narrativa propriamente histórica, prospectiva, é necessário tomar a própria construção da história mundial como objeto de problematização. Ou seja: trata-se de tomar a formação da história mundial, não numa chave retrospectiva, sob o estatuto de pressuposto da forma posterior – o que seria, evidentemente, anacrônico –; mas, sim, como uma construção verdadeiramente histórica, organicamente imbricada no curso do processo de transição. Nesses termos, se a transição significou, também, a transposição dos velhos invólucros civilizacionais no sentido da construção de uma história mundial, tal construção, tomada como objeto, só pode tomar corpo num processo correlato a outros, estes postos não por um capitalismo já constituído – o que só viria emergir no termo do processo –, mas por forças constitutivas do próprio movimento de *transição*. Naturalmente, essa história mundial não pode constituir-se senão como um processo; não pode surgir já consumada como

uma organicidade regida pelo capital. Em plena correspondência com o modo específico como o capital mercantil promove a subordinação formal, primeiro como uma força exterior à produção, também as diferentes formações que vão sendo progressivamente tragadas na dinâmica da história mundial o são, primeiro, por meio da violência direta, exterior. Somente no curso lento desses desenvolvimentos, em consonância com a consolidação da subsunção real do trabalho ao capital, tais formações convertem-se em partes do todo orgânico cuja espacialidade passa a ser, definitivamente, a do regime do capital, como um sistema mundial.

Em suma, procuramos sustentar que o tratamento da mudança das formas de produção e da propriedade deve tomar em consideração a redefinição do estatuto das diversas dimensões da vida, em particular do “político” e do “econômico” face à progressiva destruição da servidão e à laicização da cultura, e, ligado a isso, a redefinição das espacialidades em jogo, principalmente, no que respeita ao processo de construção de uma história mundial. Nesse sentido, o estudo do capital especificamente mercantil oferece um ponto privilegiado de observação.

Capital mercantil na transição para o capitalismo

A problemática da transição envolve o exame da precedência do *capital* em relação ao *modo de*

produção capitalista e, portanto, uma posição quanto à natureza e estatuto do *capital mercantil*. Entendemos que é precisamente nesse ponto específico da discussão – relativo ao capital mercantil – que se encontra a chave para uma apropriação crítica das teses em tela.

As tendências à restrição do conceito basilar de modo de produção às formas de produção e propriedade correspondem a uma centralidade da esfera da produção material, como dimensão determinante em quaisquer totalidades. Com isso, a “circulação” seria, *a priori*, reduzida a um momento subordinado no processo de reprodução. Ou seja: o capital mercantil seria, a princípio, tomado como uma espécie de elemento exterior, que poderia vincular-se ao modo de produção feudal ou às diversas formas de transição, sem, contudo, determinar-lhes a dinâmica. Noutro polo, o conceito de *economia-mundo* corresponderia a um primado, a seu modo, também a priori, da órbita da circulação. Nesse caso, sua dinâmica é dada pelo “capital”, de modo que as formas da produção e da propriedade convertem-se em elementos funcionais aos circuitos mercantis. Na primeira visão, o período “transitório” entre a crise estrutural do modo de produção feudal e a consolidação plena do modo de produção capitalista é, em geral, a exemplo da tese de Dobb, caracterizado nos termos de uma dominância do “feudalismo” em decomposição. As formas embrionárias do capitalismo só poderiam tornar-se dominantes

por força das rupturas definitivas produzidas pela revolução burguesa e, no limite, pela Revolução Industrial. No curso desse movimento, o capital mercantil permanecia vinculado às formas feudais remanescentes, embora, progressivamente, transitasse para uma posição de domínio sobre a produção. Nesse sentido, não obstante o capital mercantil mais concentrado abra caminho para a transição, estruturalmente, no momento crítico de ruptura, revela-se como um obstáculo à sua consumação. Em contraste, se se trata não da transição de um modo de produção a outro, mas da construção e posterior expansão da economia-mundo, o período é caracterizado como “capitalista” – na acepção própria que essa vertente confere ao termo. O “capital”, em conexão de sentido com o “sistema interestatal”, é um nexos fundamental da nova divisão do trabalho e de sua hierarquização, cuja dinâmica responde ao imperativo da acumulação sistemática.

Diante disso, procuramos sustentar que um tratamento estritamente formal no exame das formas de produção e propriedade, que não considere a necessidade de ressignificá-las à luz da totalidade concreta em jogo, corre o risco de obscurecer as transformações estruturais produzidas no velho modo de produção por força dos processos de centralização monárquica e de construção da nova divisão do trabalho. A mudança no plano da chamada “superestrutura” redefine o caráter da coerção “extraeconômica”

– dimensão fundamental nas “formações pré-capitalistas” – e, portanto, transforma profundamente a dinâmica da reprodução social. A profundidade dessa mudança revela-se porquanto essa nova forma de coerção, o Estado moderno, só pode constituir-se em conexão estreita com o capital mercantil – e, portanto, em última instância, ligado à nova divisão do trabalho. Ao mesmo tempo, essa nova divisão do trabalho cria vínculos orgânicos entre variadas formas de produção e propriedade, que, nessa nova espacialidade, não mais podem ser consideradas *em si mesmas*. De outro lado, as tentativas de contornar os formalismos e conferir uma organicidade sistêmica entre as diversas formas de produção constitutivas da nova divisão do trabalho, como elos funcionais a uma economia-mundo definida como “*capitalista*”, traz outro risco, de certo modo, similar: o do tratamento formal da categoria *capital*. Com efeito, a definição de “capitalismo” nos termos de “[...] uma acumulação de capital sem fim [...]” (Wallerstein, 2005, p. 24), do mesmo modo, faz esfumascar as necessidades de resignificação da categoria “capital” à luz da totalidade em causa e, em particular, à luz das diversas formas de produção e propriedade a que se vincula – e, portanto, da natureza específica desses vínculos. Tal formulação perde de vista que, no período de *transição*, o capital subsume o trabalho de um modo formal, e, no limite, vincula-se a formas caracterizadas por diferentes tipos de

unidade entre produtor e condições de produção. Enfim, isso obscurece que o que está em jogo nesse momento é o chamado processo de acumulação primitiva, que culmina na cisão dessa unidade e, pois, na constituição de uma nova sociabilidade, com novas formas de reprodução. Ou seja: trata-se não da mera acumulação quantitativa de capital, mas da mudança qualitativa das formas. Pretendemos, portanto, sustentar que uma crítica que procurasse contornar esses limites, buscando apreender o sentido concreto, a historicidade das formas de produção e do capital, terminaria por reconhecer que o período em causa não poderia ser caracterizado nem como estritamente “feudal” – mesmo que em processo de decomposição –, nem como propriamente “capitalista”. Trata-se de uma estrutura específica de *transição*, com uma dinâmica própria. Senão, vejamos.

Por certo, entendemos tratar-se da *transição de um modo de produção a outro*. Todavia, um conceito restrito de modo de produção traz limites à apreensão do processo. Em Dobb, embora haja explicitamente a pretensão de uma formulação mais totalizante, o conceito termina por ser, praticamente, reduzido à dimensão das relações de produção. Desse modo, há risco do problema da transição ser reduzido à passagem do predomínio da servidão ao do salariedade. Trata-se, pois, do “[...] aparecimento de um novo tipo de diferenciação de classes entre capitalista e proletário [...]”, visto sob o prisma do “[...]”

aparecimento de uma relação entre produtor e capitalista, análoga à relação de emprego entre patrão e assalariado no sistema industrial [...]” (Dobb, s/d, p. 20). O que fica obscuro é que justamente essa transição, que, de fato, é central, supõe uma redefinição do estatuto das diversas dimensões da vida social. Desse modo, esse enquadramento, no mesmo sentido em que termina por obscurecer a organicidade que a dimensão da religião conferia ao feudalismo, também poderia fazer perder de vista a organicidade que o Estado dava às formas constitutivas do período de transição. Ora, se, como demonstrou Anderson, a centralização é fundamental para a manutenção da dominação do “feudalismo em decomposição”, de outro lado, as monarquias só poderiam constituir-se em estreita ligação com a burguesia mercantil e, pois, com a nova divisão do trabalho. Por ora, cumpre observar que a tendência à restrição do conceito de modo de produção leva Dobb a tomar o chamado período de transição como uma espécie de justaposição, de certo modo mecânica, de dois modos de produção – considerados, a princípio, em si mesmos –: o “feudalismo” em declínio e um “capitalismo” em ascensão. No entanto, esse tratamento da questão obscurece os seus entrelaçamentos e oposições, por meio dos quais essas mesmas formas se condicionam reciprocamente e, com isso, terminam por se transfigurar. Aqui, perde-se o sentido em que, em seus condicionamentos recíprocos, a mera

presença desse suposto “capitalismo” viria transfigurar o próprio “feudalismo” – e vice-versa. Condicionando-se reciprocamente, nem um nem outro poderia, rigorosamente, ser caracterizado como “feudalismo” ou “capitalismo”.

Sob o movimento de centralização, que redefine o nexos fundamental da coerção “extraeconômica”, a construção de uma nova divisão do trabalho termina por entrelaçar organicamente diversas formas de produção. Esses processos não configuram uma mera reorganização do modo de produção feudal; transformam-no, sim, radicalmente. Ora, desde logo, o que Dobb denomina como “feudalismo” em decomposição nesse período é uma formação caracterizada por um estágio avançado de dissolução da servidão ou, no limite, por seu desaparecimento definitivo.⁹ De um lado, a centralização representa, simultaneamente, um deslocamento da coerção “extraeconômica” e a criação de novos mecanismos para a reprodução do edifício nobiliárquico, por meio da redistribuição de excedentes gerados nos circuitos mercantis – sobretudo, nos circuitos “sistêmicos”. A partir da crise geral, a contenção das massas e a reprodução dos estratos nobiliárquicos dominantes só se materializam por força da coerção “extraeconômica” do Estado. Mas o ponto central é que tal coerção não poderia reproduzir-se, meramente, por meio da reiteração sistemática do que restava da servidão. Porquanto a formação e consolidação das novas monarquias – umas

contra as outras – envolvesse, necessariamente, vínculos estreitos com circuitos mercantis, financeiros e comerciais – principalmente, coloniais –, a coerção sobre os camponeses e a preservação do edifício estamental – enfim, a reprodução do que Dobb chamou “feudalismo” em decomposição – sustenta-se não numa reiteração autônoma da servidão, mas num entrelaçamento das diversas formas constitutivas de um sistema mundial em formação – notadamente, do *sistema colonial*. De outro lado, como demonstrou Wallerstein, os desenvolvimentos da mercantilização em curso não devem ser reduzidos a meras ligações “exteriores” entre formações relativamente autônomas – ligações que não lhes determinassem o conteúdo. Não se trata da circulação de excedentes, ou somente de meios de consumo conspícuo, mas de uma produção progressivamente mercantil, correspondente à circulação de gêneros fundamentais à reprodução social; trata-se, pois, da constituição de uma verdadeira divisão do trabalho. Nesses marcos, a circulação é mais que um “nexo exterior” entre organismos autônomos: é o momento fundamental, sem o qual nenhuma “parte” do “sistema” poderia reproduzir-se. À luz disso, é necessário reformular os problemas do “modo de produção” dominante e da “relação de produção” básica. Certamente não se trata mais da reprodução de um “feudalismo” – mesmo que em decomposição – com base na “servidão”. Trata-se, na verdade, da reprodução

do conjunto das formas organicamente vinculadas nessa espacialidade “sistêmica”.

É nesse sentido que propomos traduzir a seguinte formulação de Wallerstein: “O ponto é que as ‘relações de produção’ que definem um sistema são as ‘relações de produção’ do sistema como um todo [...]”. (Wallerstein, 1991, p. 129)

Robert Brenner procura enfrentar o problema desenvolvendo a senda aberta por Dobb em torno do confronto entre os diferentes resultados dos processos de mercantilização na Europa ocidental e oriental. Nesse contraste, Brenner toma os dois espaços, especificamente a Europa ocidental e a Polônia, como “modos de produção” relativamente autônomos, cujas dinâmicas remetem não a sinergias produzidas por suas ligações recíprocas, mas a suas próprias estruturas de classe. O vínculo entre tais “modos de produção”, isto é, o capital mercantil, surge como umnexo exterior às estruturas, que, embora as contacte, não lhes determina. Nesse sentido, Brenner procura sustentar que a dinâmica dos “modos de produção pré-capitalistas” ligados ao mercado mundial – o que Wallerstein chamou de “periferia” – não é condicionada por fluxos de excedente correspondentes à exploração mercantil, mas por suas próprias formas de produção. Diante da expansão do comércio, esses “modos de produção” poderiam elevar a extração de excedente, preservando as mesmas formas de produção que, em virtude

dos limites à mercantilização da força de trabalho e das condições de produção, viriam obstar o predomínio da relação-capital e, pois, os estímulos ao desenvolvimento das forças produtivas.¹⁰ Reversamente, por não engendrar a relação-capital, tais “modos de produção” não poderiam funcionar como um suporte para o desenvolvimento do capitalismo na Europa ocidental (ou no “centro”). Isso, porque essa mesma combinação de barreiras à mercantilização e ao desenvolvimento das forças produtivas comprometeria a funcionalidade desses “modos de produção”, tanto como produtores de uma produção complementar, quanto como mercados consumidores – tanto mais porque tais “modos de produção” estariam sujeitos a crises de escassez, típicas de economias “pré-capitalistas”. Ora, esse argumento está diretamente ligado à centralidade conferida, para a consumação da transição, à especificidade das condições vigentes no campo na Inglaterra. Para Brenner, as sinergias que engendram, ou não, o capitalismo residem não nas posições relativas das diversas potências no sistema mundial, mas nas especificidades de seus respectivos “modos de produção” – de traços mais feudais ou capitalistas. No limite, os estímulos à manufatura, que levam, enfim, à transição para grande indústria, estariam não no domínio do mercado mundial, mas no dinamismo do mercado interno. (Brenner, 1987)

Nesse sentido, Brenner propõe uma espécie de inversão da tese de Wallerstein: “[...] *na medida* em que a nova ‘economia-mundo européia’ de fato confluísse para a especificação de Wallerstein – na medida, isto é, que era definida por sistemas de produção conectados baseados no trabalho coercitivo na periferia e livre no centro – esta permanecia fundamentalmente ‘pré-capitalista’: uma espécie de feudalismo renovado, de maior extensão” (*ibidem*, p. 72).

Com efeito, que o “sistema” não seja propriamente capitalista parece certo. No entanto, a crítica de Brenner relativa às sinergias do mercado mundial e, pois, ao caráter “sistêmico” da reprodução social merece algumas considerações. Por certo, a natureza pré-capitalista das formas de produção em jogo constitui uma barreira a qualquer possibilidade de crescimento do mercado como resultado direto do próprio metabolismo do capital. Isso só poderia ocorrer sob o regime da mais-valia relativa, em que o domínio do capital sobre as condições de oferta e procura da força de trabalho, bem como a diferenciação de um departamento produtor de meios de produção, mais propriamente seu “consumo produtivo”, redefinem, noutros termos, o problema da realização. Nesse sentido, é evidente que a ligação entre as diversas formações do sistema não produziria, por si só, uma sinergia no sentido da expansão dos mercados. Concordamos com Brenner, pois, de fato, essas formas de produção “pré-capitalistas”

representariam uma barreira à expansão da produção complementar e dos mercados necessários, sobretudo, à manufatura. No entanto, trata-se de um raciocínio estático, que perde de vista que, justamente por conta dessas barreiras, há uma tendência à expansão horizontal dos mercados e, pois, ao domínio progressivo do capital mercantil, que faria, como demonstrou Wallerstein, alargar os horizontes do sistema mundial. Por essa mesma razão, não é possível considerar o movimento da produção capitalista no campo ou na manufatura – notadamente no caso inglês, ambos sob um regime de mais-valia absoluta – do ponto de vista de uma dinâmica autorreferida. Ainda que as transformações na estrutura no campo, com a combinação entre avanço da mercantilização e elevações da produtividade, potencializassem o mercado interno – bem como as expropriações criassem uma oferta de força de trabalho –, a precariedade da base técnica, ou seja, o caráter formal da subsunção do trabalho ao capital – a mais-valia absoluta – obsta qualquer reprodução autorreferida. Assim, posto que a reprodução da subsunção formal e da mais-valia absoluta não pode produzir a expansão de seus próprios mercados, não é possível conceber uma sinergia em que a manufatura, dinamizada exclusivamente por um mercado interno, prescindisse do mercado externo. Novamente, trata-se da necessidade constante de expansão horizontal dos mercados – para dentro e para fora.

O domínio da subsunção formal, que coexiste com diversas formas pré-capitalistas, não se funda na reprodução autorreferida do capital e, pois, não é dinamizado por uma expansão correspondente dos mercados que fosse condicionada por quaisquer encadeamentos estritamente econômicos. Ou seja: o avanço da manufatura precisa de uma expansão relativamente autônoma dos mercados, forçada por mecanismos “extraeconômicos”, exteriores aos marcos de sua própria reprodução. Somente no modo de produção capitalista constituído, sob forças produtivas que lhe sejam correspondentes, a circulação converte-se em momento subordinado na reprodução do capital.¹¹

Por essa razão, é necessário considerar não a primazia do mercado interno ou externo, mas as sinergias produzidas pela expansão horizontal dos dois – mesmo que o mercado externo pudesse ter, quantitativamente, um peso menor. Quanto a isso, é sintomático que no curso do século XVIII, ao fim do qual se dará a Revolução Industrial, o comércio externo da Inglaterra tenha se expandido de modo sistemático. Mais que isso, é precisamente esse ponto que permite enfrentar o outro eixo da discussão, que diz respeito ao financiamento da industrialização. Aqui, Dobb procura a chave do momento de ruptura na diferenciação de uma camada de pequenos produtores que visa derrubar as barreiras dos monopólios mercantis e, ao mesmo tempo, direcionar o capital próprio para as

transformações que levariam à revolução das técnicas da produção. Desse modo, sugere-se – e Christopher Hill é explícito a esse respeito – a centralidade da poupança privada da *yeomanry*. Ou seja: o capital mercantil concentrado, acumulado no comércio de longa distância ou na alta finança, justamente por valer-se dessas mesmas posições monopolistas, tenderia a permanecer na órbita da circulação. No entanto, entendemos que é precisamente essa exploração empreendida pelo capital mercantil, sobretudo nos espaços coloniais, que permite a sinergia entre a reprodução desse mesmo capital e o fortalecimento do Estado – dois processos inseparáveis –, fundamental para a construção e expansão dos mercados mundiais. São esses mercados tecidos pelos mecanismos de exploração mercantil por força do Estado que viriam tornar-se objeto de disputa política entre as diversas frações do capital, mais ou menos concentradas.¹²

De outro lado, entendemos que se o desenvolvimento do capitalismo e, mais precisamente, a manufatura não poderiam ser considerados senão em seus vínculos orgânicos com o “sistema mundial”, também a chamada “periferia” não poderia constituir-se meramente como um conjunto de “modos de produção pré-capitalistas” relativamente autônomos – mesmo que ligados “exteriormente” pelo comércio. Talvez o exemplo específico da Polônia a que recorre Brenner termine por obscurecer o fundamental:

o fato de que a entrada da chamada “periferia” no tempo da história mundial faz-se por força de um verdadeiro *sistema colonial*. Novamente, estamos diante de um emaranhado de formas de produção coercitivas em que o “superestrutural” opera como nexo intrínseco. Mas, no limite, o edifício “extraeconômico” que rege essas formas, digamos, “periféricas”, se consubstancia no sistema colonial. Enfim, sob formas pré-capitalistas, em que o “extraeconômico” é nexo intrínseco à reprodução, a subordinação da chamada “periferia” a tal ou qual império colonial não pode nesse caso ser mero epifenômeno. A construção do sistema colonial, a expansão do domínio do capital mercantil e das monarquias europeias subverte, cria ou recria no resto do mundo diversas formas produção; converte velhas estruturas em organismos *complementares e reflexos*, ou, no limite, cria mesmo esses organismos; subordina-os aos mecanismos da exploração mercantil, por meio do *exclusivo*, drenando-lhes, sim, o excedente: enfim, por tudo isso, dita-lhes o *sentido*; comanda o seu tempo histórico. Por isso, esses organismos não podem ser tomados como “modos de produção” relativamente autônomos. Nesses termos, concordamos com o questionamento do professor Fernando Novais: “[...] se não são essas características (extroversão, externalidade da acumulação etc.) fundamentais e definidoras de uma economia colonial, o que, então, as define? Ou será que se não definem? Será que nada de

essencial as distingue das demais formações econômicas?” (Novais, 1999, p. 448).

Com efeito, o exemplo da colonização na América portuguesa revela uma organicidade sistêmica que não poderia ser reduzida a meras ligações “exteriores” entre “modos de produção” relativamente autônomos. Quanto a isso, é sintomático que as tentativas mais sistemáticas de construção de uma economia política do “escravismo colonial” na América portuguesa, tomado como um “modo de produção” específico, tenham redundado no conceito de *modo de produção dependente*.¹³ De nossa parte, entendemos que a colonização da América portuguesa revela, em contraste, o caráter efetivamente “sistêmico” das estruturas em causa e, com isso, os percalços incontornáveis para as tentativas de construção de uma “economia política” como chave epistemológica para um suposto “modo de produção” especificamente colonial. Uma “economia política” que partisse *a priori* da centralidade da produção – e, pois, do predomínio desta sobre a circulação – teria que enfrentar a complexidade de um “modo de produção”, o “escravismo colonial”, em que a própria presença do produtor depende da circulação. Se é óbvio que toda a circulação pressupõe uma produção, também é evidente que, nesse caso, a produção empreendida pelo braço escravo pressupõe o tráfico, a circulação prévia do próprio. Portanto, pressupõe já o capital mercantil e, no limite, o seu papel decisivo nos conflitos

próprios entre as diversas sociedades africanas. Além da extroversão e da externalidade da acumulação, nesse caso, é a existência do próprio produtor que depende da circulação e, pois, dos condicionantes sistêmicos.¹⁴

Em suma: a conformação de uma organicidade sistêmica por meio do capital mercantil é o que confere *sentido* às diversas formas de produção em jogo. Nesses termos, entendemos ser possível traduzir a proposição segundo a qual as “relações de produção” referem-se à reprodução do *sistema*. Por essa razão, não é possível pensar o período transitório como a justaposição dos dois “modos de produção”, sob dominância do “feudalismo” em decomposição, tanto quanto não é possível tratar o capital mercantil como mero vínculo “exterior” entre “modos de produção” relativamente autônomos. A propósito, é sintomática a observação de Marx quanto à comutação. Marx observa não somente que a transição à renda em dinheiro constitui “[...] uma transformação que só é possível em geral em certo grau de relativo desenvolvimento do mercado mundial, do comércio e da manufatura [...]”, como também observa que “essa forma só consegue tornar-se regra nos países que, na transição do modo de produção feudal para o capitalista, dominam o mercado mundial”. (Marx, 1988, p. 240)

No entanto, no outro polo, também não é possível tomar essa centralidade da circulação

mercantil como expressão característica da vigência de um “capitalismo”. Nesse caso, haveria o risco de, a pretexto de se contornar o tratamento formal das formas de produção, oferecer, em seu lugar, um tratamento não menos formal do “capital”. E esse contraste expressa-se noutro: se nas primeiras vertentes há uma centralidade *a priori* da produção, o tratamento formal do “capital” termina por levar a um mesmo problema, mas no sentido oposto: a centralidade *a priori* da circulação. A posição epistemológica subjacente à noção de “sistema histórico”, não obstante pudesse representar um passo no exame do estatuto das diversas dimensões da vida social – e, com isso, contribuir na busca do *sentido* concreto das formas de produção – traz o risco de abstração das formas sociais da divisão do trabalho e, pois, das próprias formas de produção e propriedade. Ora, no estudo do “sistema-mundo”, a problematização dessas mesmas formas em termos de “métodos de controle do trabalho” – que, na verdade, substitui o conceito de “relações de produção” – faz obscurecer a especificidade do caráter formal da subsunção do trabalho ao capital. Porém, a historicização dos conceitos supõe sua concreção e ressignificação nos marcos de totalidades determinadas. Nessa chave, é possível buscar um caminho para problematizar o “capital” não como objeto que possuísse uma existência etérea, encerrada *em si*, mas como uma produção histórica, preche de movimento, expressão

de relações sociais determinadas. Daí porque o estudo do capital supõe, desde logo, o exame do desenvolvimento de suas formas. Em contraste, a já referida definição de “capitalismo” nos termos de uma “acumulação de capital sem fim” põe a perder, precisamente, o desenvolvimento das formas. Concretamente, no estudo da transição, esse tratamento formal do “capital” faz esfumçar a organicidade entre a forma mercantil do capital e o caráter essencialmente pré-capitalista da sociedade do Antigo Regime. Em decorrência disso, faz esfumçar também que o estatuto da “produção” ou da “circulação” diz respeito não a uma suposta natureza do capital *em si*, mas a suas formas específicas, expressões das totalidades em que se inscrevem.

Quanto a isso, é sintomático que Wallerstein procurasse, explicitamente, contrapor-se a qualquer problemática da *transição*: “se analisarmos o período de 1450 a 1750 como uma longa ‘transição’ do feudalismo para o capitalismo, corremos o risco de reificar o conceito de transição, pois desse modo reduzem-se continuamente os períodos de feudalismo ‘puro’ e de capitalismo ‘puro’ e mais cedo ou mais tarde chegamos ao zero, ficamos sem nada, apenas com transição”.¹⁵ (Wallerstein, 1974b, p. 40) Mas, nessa passagem, “transição” é entendida como um amálgama de elementos “capitalistas” e “não-capitalistas” – e é precisamente isso que Wallerstein procura criticar. Ora, como dissemos, não se trata da mera justaposição mecânica de

elementos “não-capitalistas” no “capitalismo” – do mesmo modo como não se trata de elementos “capitalistas” em meio a um certo “feudalismo”. Trata-se de uma forma específica do capital e de uma forma específica de subsunção do trabalho ao capital, correspondentes a uma determinada estrutura; e, mais que isso, trata-se de uma estrutura cuja dinâmica caminha no sentido da cisão entre produtores e condições de produção, da acumulação primitiva.

A perda dessa especificidade leva a uma construção conceitual – e a uma visão da história – em que formas particulares são diluídas em conceitos mais gerais, o que obscurece a apreensão de qualquer *differentia specifica*: o capital mercantil dilui-se no “capital” em geral; a mais-valia absoluta ou relativa na mais-valia; a mais-valia no excedente; escravidão, servidão, salariedade nos “métodos de controle do trabalho”. A centralidade *a priori* da circulação faz perder de vista que a consumação da transição à subsunção real e, com isso, o predomínio da mais-valia relativa, converte essa mesma circulação num momento subordinado do metabolismo do capital. E, nesse momento, o capital mercantil transita de “função por excelência” do capital para uma “função específica”. Aqui o movimento mesmo do capital cria ou recria as condições de sua própria reprodução, bem como as polarizações correspondentes às relações sociais fundamentais. Somente nesse sentido é que se

pode falar de um verdadeiro “regime do capital” que confere organicidade à totalidade da reprodução social. Mas, no período de *transição*, não se consumou a cisão definitiva entre produtores e condições de produção e não se generalizou a relação-capital sob forças produtivas tipicamente capitalistas. O quadro é o de uma estrutura marcada por certas formas de produção e propriedade fundadas na coerção “extraeconômica” direta; no limite, pela subunção formal e, pois, pelo predomínio da mais-valia absoluta. Nesses marcos, o capital só pode ter proeminência sob uma forma determinada: a do capital mercantil. Isso significa, como sabemos, que as formas de produção pré-capitalistas não podem criar e recriar, por força da mera produção material, as condições de sua própria reprodução. Assim, também, as formas já “capitalistas”, formalmente subordinadas ao capital. Seu movimento depende da violência direta, ou do “extraeconômico”. Visto de outro ângulo, nem o capital possui um movimento relativamente autônomo capaz de criar e recriar as condições de seu próprio metabolismo, nem pode, *por si só*, comandar a produção material e o conjunto da vida social. Por isso, à diferença do mundo da generalização da mercantilização e da relação-capital, sob forças produtivas tipicamente capitalistas, o mundo da transição não poderia ser concebido como um “regime do capital”. Nessas condições, o capital move-se dentro de certos limites que

lhe obstam a possibilidade de conferir organicidade ao conjunto da vida social: o capital ainda não é e nem pode ser o limite de si próprio.¹⁶

Considerações finais

Enfim, essas críticas nos levam à tese de que esse “período transitório” – sua estrutura e dinâmica – não é nem predominantemente feudal, nem propriamente capitalista. Trata-se de uma formação específica *de transição*, cuja estrutura e dinâmica não podem resumir-se às do modo de produção feudal ou capitalista. Nesses marcos de uma formação especificamente *de transição* é que se move o capital mercantil, em ligação estreita com o absolutismo.

Nesse ponto, entendemos que a formulação de Sweezy abre uma senda: “[...] o período intermediário não foi uma simples mistura de feudalismo e capitalismo: os elementos predominantes não eram *nem* feudais *nem* capitalistas”.¹⁷ (Sweezy, 1977, p. 49) Em suma, a corrosão da servidão e a centralização monárquica transformam substancialmente o modo de produção feudal. Como dissemos, porquanto fosse um modo de produção “pré-capitalista” fundado na violência direta, a crise estrutural que redundava em transformações nas formas de coerção termina por transformar radicalmente o próprio modo de produção. A crise viria desestruturar a velha combinação entre particularismo e universalismo, destruindo a organicidade entre

o poder senhorial e o eclesiástico. A reprodução do conjunto da vida social dar-se-á em bases novas, fundadas na monarquia centralizada. Para esse centro coercitivo – a monarquia centralizada – confluem as dinâmicas de reprodução da estrutura estamental e do capital mercantil, plasmado na nova divisão do trabalho. Aqui, a subordinação dos elos da divisão do trabalho ao capital mercantil e, principalmente, a construção do sistema colonial dão à coexistência das diversas formas de produção aí imbricadas uma certa organicidade, um caráter efetivamente *sistêmico*. Isso posto, quais seriam, pois, as “relações de produção” basilares para a reprodução da vida social *no seu conjunto*, senão aquelas relações que respondem pela reprodução do *sistema*? À luz do sistema é que as diversas formas de produção e propriedade aí envolvidas ganham um *sentido*. Em termos gerais, como vimos, a conexão entre o capital mercantil e o absolutismo, ao mesmo tempo em que dá sobrevida à estrutura estamental herdada do feudalismo, potencializa decisivamente a acumulação primitiva – em particular por força do sistema colonial – e, pois, até certo ponto, o movimento de transição ao capitalismo.

Bibliografia

ANDERSON, Perry. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. 5ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ASHTON, Thomas. *A Revolução Industrial (1760-1830)*. 4a. Ed. Mem Martins: Europa-América, 1977.

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. Séculos XV a XVIII (3 vols.). Vol II. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BRENNER, Robert. "Dobb on the transition from feudalism to capitalism", *Cambridge Journal of Economics*, no. 2, 1978.

_____. "The agrarian roots of European capitalism". In: ASTON, Trevor & PHILPIN, Charles (ed.). *The Brenner debate*. Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe. Cambridge: Cambridge Press, 1987.

_____. "The origins of capitalist development: a critique of neo-Smithian Marxism", *New Left Review*, n. 104, July-August, 1977.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1998.

DENEMARK, Robert & THOMAS, Kenneth: "The Brenner-Wallerstein debate", *International Studies Quarterly*, Vol. 32, N. 1, 03/1988, pp. 47-65.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. 9ª. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

HECKSCHER, Eli. *La época mercantilista*. Historia de la organización y las ideas económicas desde el final de la Edad Media hasta la Sociedad Liberal. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1943.

HILL, Christopher. *Reformation to Industrial Revolution*. Col. The Pelican Economic History of England, vol 2. Baltimore: Penguin Books, 1969.

HOBBSAWM, Eric. *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo*. 5ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. "Introdução". In: MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. "A crise geral da economia europeia no século XVII". In: SANTIAGO, Theo (org.). *Capitalismo: transição*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Eldorado, 1975.

MANTOUX, Paul. *A Revolução Industrial no século XVIII*. Estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra. São Paulo: Unesp; Hucitec, 1988.

MARIUTTI, Eduardo Barros. *A transição do feudalismo ao capitalismo*. Um balanço do debate. Dissertação de Mestrado. Campinas: IE-UNICAMP, 1999.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *O capital*. Crítica da economia política. (5 vols.). 3ª. Ed. Col. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Moscou: Progresso, 1987.

_____. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 6ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. "Condições de privacidade na colônia". In: NOVAIS, Fernando (coord.) & MELLO E SOUZA, Laura de (org.). *História da vida privada no Brasil*. Vol. I. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PIRENNE, Henri. *Maomé e Carlos Magno*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed PUC-Rio, 2010.

SWEEZY, Paul et al. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Um debate. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TAKAHASHI, Kohachiro. "Uma contribuição para o debate". In: SWEEZY, Paul et al. *A transição do feudalismo para o capitalismo*. Um debate. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. "Interpretações da Colônia. Leitura do debate brasileiro de inspiração marxista". *Dissertação de Mestrado* – IE-UNICAMP, Capinas, 2004.

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. "Antigo Regime e transição. Breve estudo em torno do capital mercantil e do absolutismo". *Tese de Doutorado* – IE-UNICAMP, Capinas, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Geopolitics and geoculture. Essays on the changing world-system*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

_____. *World-systems analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press, 2005.

_____. *O sistema mundial moderno I*. Col. Biblioteca das Ciências do Homem. Porto: Afrontamento, 1974a.

_____. *O sistema mundial moderno II*. Col. Biblioteca das Ciências do Homem. Porto: Afrontamento, 1974b.

Notas

1 Não por outra razão, Hobsbawm, por exemplo, concentrou esforços em demonstrar umnexo entre a crise geral do século XVII e a revolução inglesa de 1640, que cria condições para a revolução industrial no século XVIII. Ver (Hobsbawm, 1975).

2 “O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado”. (Marx, 1988, p. 153)

3 Marx e Engels distinguem também sob esse prisma as formações pré-capitalistas do capitalismo: “O primeiro caso pressupõe que os indivíduos estão unidos por um laço qualquer, seja ele a família, a tribo, o próprio solo etc.; o segundo caso pressupõe que os indivíduos são independentes uns dos outros e se conservam unidos apenas por meio da troca”. (Marx & Engels, 2007, p. 51)

4 “É óbvio, mas pouco notado, que a solução para o paradoxo está na própria definição dada por Marx às formações sociais pré-capitalistas. Nas sociedades de classes anteriores ao capitalismo todos os modos de produção extraem sobretrabalho dos produtores imediatos através de meios de coerção extra-econômica. O capitalismo é o primeiro modo de produção na história em que os meios pelos quais o excedente é extraído do produtor direto têm forma ‘puramente’ econômica [...]. Portanto, é sempre impossível, por princípio, interpretá-las a partir das simples relações econômicas. As ‘superestruturas’ do parentesco, da religião, do direito ou do Estado fazem parte necessariamente da

estrutura constitutiva do modo de produção nas formações sociais pré-capitalistas. Intervêm diretamente sobre o nexos ‘interno’ da extração do excedente, ao passo que nas formações sociais capitalistas, que pela primeira vez na história separam a economia como uma ordem formalmente autônoma, elas constituem, em contraste, suas precondições ‘externas’. Em consequência, os modos de produção pré-capitalistas não podem ser definidos exceto por suas superestruturas políticas, jurídicas e ideológicas, uma vez que são estas que determinam o tipo de coerção extra-econômica que lhe é específico.” (Anderson, 1985, p. 403)

5 Em resposta à crítica de “um jornal teuto-americano”, Marx afirma: “Este dizia, minha opinião, que determinado sistema de produção e as relações de produção a ele correspondentes, de cada vez, em suma, ‘a estrutura econômica da sociedade seria a base real sobre a qual levanta-se uma superestrutura jurídica e política, e à qual corresponderiam determinadas formas sociais de consciência’, que ‘o mundo da produção da vida material condicionaria o processo da vida social, política e intelectual em geral’ – tudo isso estaria até mesmo certo para o mundo atual, dominado pelos interesses materiais, mas não para a Idade Média, dominado pelo catolicismo, nem para Atenas e Roma, onde dominava a política. Em primeiro lugar, é estranhável que alguém prefira supor que esses lugares-comuns arquiconhecidos sobre a Idade Média e o mundo antigo sejam ignorados por alguma pessoa. Deve ser claro que a Idade Média não podia viver do catolicismo nem o mundo antigo da política. A forma e o modo como eles ganhavam a vida explica, ao contrário, por que lá a política, aqui o catolicismo, desempenhava o papel principal. De resto, basta pouco conhecimento, por exemplo, da história republicana de Roma, para saber que a história da propriedade fundiária constitui sua história secreta”. (Marx, 1988, p. 77)

6 “O que imprimia seu selo a todas as classes sociais da Idade Média [...] e a todas as correntes medievais de cultura, com poucas exceções, não era somente a coincidência efetiva, mas também, e, sobretudo, o sentimento de coesão espiritual de todo o Ocidente. [...] o que caracterizava a sociedade medieval era, decididamente, esse amálgama peculiar de universalismo e particularismo”. (Heckscher, 1943, p. 17 ss.) Por certo, Perry Anderson observa que a “parcelização da soberania” tem como contrapeso tendências à centralização condicionadas por necessidades de recomposição da unidade da classe senhorial. No entanto, porquanto

essas tendências são esquadrinhas sob um prisma estritamente político, a posição da religião termina em segundo plano – a presença da Igreja é vista, meramente, como uma entre outras presenças “alógenas” que a fragmentação feudal possibilita. Entendemos que uma reconsideração do tema que trouxesse a religião para uma posição central seria mais fecunda mesmo nos termos da tese de Anderson, que pensa a transição como uma confluência de temporalidades que vinculam as heranças remotas do mundo antigo e a crise do feudalismo – posto que a Igreja é um receptáculo privilegiado na preservação, na longa duração, dos traços da cultura antiga.

7 “[...] esse mundo atormentado, maltratado de dentro, subvertido de fora, já é uma civilização, de uma homogeneidade evidente. Para lá de sua diversidade, cumpre falar de uma ‘civilização feudal’ (Lucien Febvre), para a qual se colocam, onde quer que a consideremos, os mesmos grandes problemas, em condições e com soluções freqüentemente análogas. Essa civilização nasceu de múltiplas misturas étnicas, econômicas, de lutas repetidas, de *crenças comuns* e, sobretudo, ‘das próprias perturbações’ que ela se empenhou em remediar”. (Braudel, 1989, p. 292) “Limitado por estes três blocos – o maometano, o bizantino e o eslavo – [...] o conjunto romano-germânico estava seguramente longe de apresentar em si mesmo uma homogeneidade perfeita. [...] No entanto, por muito acentuadas que tenham sido essas diversidades, como poderíamos deixar de reconhecer, acima delas, uma tonalidade de uma civilização comum: a do Ocidente? [...] Ora, de onde germinou e se desenvolveu, para depois se espalhar pelo globo, a civilização européia, senão entre os homens que viviam entre o Tirreno, o Adriático, o Elba e o Oceano? [...] Neste sentido, que é o mais rico de conteúdo histórico, a Europa foi uma criação da alta Idade Média.” (Bloch, 2009, pp. 12-13)

8 A grande indústria “criou pela primeira vez a história mundial, ao tornar toda nação civilizada e cada indivíduo dentro dela dependentes do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades, e suprimiu o anterior caráter exclusivista e natural das nações singulares. [...] A grande indústria, em geral, criou por toda a parte as mesmas relações entre as classes da sociedade e suprimiu por meio disso a particularidade das diversas nacionalidades.” (Marx & Engels, 2007, pp. 60-61)

9 “[...] a irresistível evidência que a servidão estava liquidada bem antes de 1500 na Inglaterra (a área que [Dobb] estuda) num momento em que as relações sociais e produtivas capitalistas estavam em seus primeiros estágios de desenvolvimento”. (Brenner, 1978, p. 122) O problema da vigência ou não do “feudalismo” supõe uma posição diante da comutação. Por certo, Marx considera a renda em dinheiro como um momento nas metamorfoses da renda pré-capitalista. A princípio, trata-se somente de uma conversão do excedente, da forma natural à forma-dinheiro. Ou seja: o caráter pré-capitalista da renda, como forma absorvente do excedente, permanece. Não se trata, portanto, de uma forma tipicamente capitalista, em que a renda constitui uma dedução da mais-valia, dada uma taxa de lucro. No entanto, cumpre observar que, para Marx, trata-se da “última forma”, como “forma de dissolução” desse tipo de renda, em que, em virtude da mercantilização que pressupõe, “[...] o caráter de todo o modo de produção fica mais ou menos alterado” e “perde sua independência, sua desvinculação do contexto social”. Enfim, trata-se de “uma transformação que só é possível em geral em certo grau de relativo desenvolvimento do mercado mundial, do comércio e da manufatura”. (Marx, 1988, pp. 239 ss.) Porquanto correspondesse à passagem do direito consuetudinário ao direito positivo, ao contrato, a comutação terminaria por converter-se em arrendamento. Com isso, abre caminho, tanto para a expropriação dos camponeses, quanto para a libertação do pequeno proprietário, e, no limite, *em estreita conexão com mercado mundial*, para o surgimento do arrendatário capitalista. Assim, esse momento da metamorfose corresponde a transformações decisivas no modo de produção – que pressupõem e engendram novas formas. Por isso, entendemos que, na reconstituição histórica, não se pode reduzir o problema a seus aspectos formais – ou seja, tratar a renda formalmente como mera renda feudal –, sob pena de obscurecer a especificidade desse momento da metamorfose e, pois, o sentido do movimento concreto em jogo. Esse é o risco de posições como as de Kohashiro Takahashi. Ver (Takahashi, 1977).

10 “Especificamente, a estrutura de classes da servidão na Polônia determinou o subdesenvolvimento, sufocando a produtividade dos camponeses, limitando o mercado interno de meios de produção e subsistência e, ao mesmo tempo, determinando que esse mercado seria de produtos

de luxo. [...] uma estrutura de classes baseada na servidão que obstruiu a emergência de uma dinâmica 'interna' de desenvolvimento, fazendo com que qualquer dinâmica comercial induzida de 'fora' levasse, enfim, à regressão." (Brenner, 1977, p. 71) Para uma crítica a visão em torno da Polônia, ver (Denemark & Thomas, 1988, pp. 47-65).

11 "Ora é o desenvolvimento da indústria que, obrigando-a a encontrar novos mercados, aumenta e multiplica as relações comerciais; ora é, ao contrário, a extensão do mercado comercial, com as novas necessidades que provoca, que suscita a empresa industrial. Atualmente, o primeiro caso é mais comum. A grande indústria, movida por uma força interior – a do maquinismo –, arrasta em sua marcha o comércio e o crédito, que para ela empreendem a conquista do mundo. Aliás, parece natural que pela produção se regulem os outros fenômenos da vida econômica, da qual ela é, ao que parece, o ponto de partida necessário. Mas, pelo contrário, não é este um dos traços mais novos e mais originais da grande indústria moderna? [...] Não acontecia o mesmo com a antiga indústria. [...] Em suma, era pela situação das relações comerciais que a indústria devia se reger. [...] O progresso industrial era então quase impossível, se não fosse precedido de algum movimento comercial." (Mantoux, 1988, pp. 71-72)

12 Quanto à contribuição do grande capital no investimento na indústria, é necessário observar certos elos produtivos, então marginais, como a mineração, em que se combinava a exigência de certo nível de concentração de capital e o caráter fabril, já tipicamente capitalista, do empreendimento. Dobb e Sweezy concordam com a existência dessas fábricas, embora Dobb observasse que: "[...] no entanto, tais casos em que a técnica mudara o bastante para tornar essencial a produção em fábrica, *embora fossem importantes* como precursores de coisas futuras, não tiveram nesse período mais do que um peso secundário [...]" (Dobb, 1987, p. 147) Notemos que o financiamento dessas fábricas, que exigiam, como demonstra Dobb, níveis progressivos de concentração de capital conforme o desenvolvimento da estrutura técnica, vinha do capital de aventureiros ou de potentados aristocráticos monopolistas. A esse respeito, Hill é mais explícito ao reconhecer que os capitais concentrados que financiavam indústrias como as de ferro vinham diretamente da pilhagem colonial. "De onde veio o capital

para a Revolução Industrial? Grandes somas espetaculares fluíram de fora para a Inglaterra – do tráfico de escravos e, especialmente, desde meados do século XVIII, do loteamento da Índia. 'As primeiras indústrias de ferro de South Wales', notou o professor Ashton, 'eram largamente criação de negociantes de chá e de outros comerciantes de Londres e Bristol, e a Clyde Valley adquiriu muito de seu equipamento industrial dos mercadores de tabaco de Glasgow'". (Hill, 1969, p. 245) Ver também (Ashton, 1977). Para nós, o ponto central é que, mesmo que essas fábricas tenham sido marginais nos primeiros movimentos da Revolução Industrial, elas foram fundamentais nos momentos posteriores de crise dos rendimentos – durante o segundo quartel do século XIX –, em que, enfim, o desenvolvimento das ferrovias abria caminho para uma produção mais sistemática de maquinaria – passo fundamental para contornar a fragilidade da estrutura técnica e os limites postos à acumulação. Ver (Hobsbawm, 2000).

13 Ciro Cardoso propõe tomar o "sistema" como uma *estrutura de estruturas*, para, enfim, enfrentar os problemas da caracterização de "modos de produção" de natureza colonial, cujos determinantes dinâmicos, *em parte*, transcendem suas próprias espacialidades. No mesmo sentido, Gorender elabora a economia política do escravismo colonial como um modo de produção dependente. Ver: (Vieira, 2004; Vieira, 2012).

14 "Fica claro, portanto, que não é lícito identificar o modo de produção dominante nas formações sociais coloniais a partir, apenas, da forma que assumem as relações sociais básicas, como se escravidão fosse igual a modo de produção escravista, e servidão, a feudalismo. Este procedimento exclui, pura e simplesmente, o nível e a organização das forças produtivas, sua articulação com as relações sociais de produção e, não menos importante, os processos históricos que constituíram e deram 'sentido' a tais sociedades. Que semelhança, senão a formal, guardariam, por exemplo, a economia mercantil-escravista brasileira e a economia mercantil-escravista romano-cartaginesa?" (Cardoso de Mello, 1998, p. 35)

15 "Na realidade tudo é transição; mas sempre que alargamos um partitivo até fazer dele um atributo universal não fazemos mais do que descolar terminologicamente a questão. [...] É sempre fácil encontrar supostos exemplos

de comportamento 'não-capitalista' num mundo capitalista – em toda a Europa, tanto em 1650 e 1750 como em 1850 e 1950. A amálgama de empresas, comportamentos e estados 'não-capitalistas' com empresas, comportamentos ou (o termo menos feliz de todos) estados 'capitalistas' no seio de uma economia-mundo capitalista não é anômala nem própria de um período de transição. Ela é a essência do sistema capitalista como modo de produção e revela como a economia-mundo capitalista afetou historicamente as civilizações com que coexistiu no espaço social." (Wallerstein, 1974b, p. 40)

16 Quanto a isso, é sintomático que em Braudel, o "capitalismo", embora em expansão, permaneça como domínio circunscrito; e que, em Wallerstein, cujo raciocínio sistêmico se pretende mais "totalizante", a totalidade do sistema capitalista só tenha organicidade na conexão de sentido entre a economia mundo capitalista e o sistema interestatal. Ver (Braudel, 1995).

17 No entanto, em Sweezy, não há um tratamento mais exaustivo em torno da caracterização desse período transitório. A definição em termos de "produção pré-capitalista de mercadorias" parece não ser suficiente.

JORGEVARASCHIN

**PARA ALÉM DO POPULISMO: GOVERNO JOÃO
GOULART E A CRISE DO MODELO TRABALHISTA DE
POLÍTICA ECONÔMICA**

Recebido em 14 de Abril de 2015

Aprovado em 10 de Outubro de 2015

PARA ALÉM DO POPULISMO: GOVERNO JOÃO GOULART E A CRISE DO MODELO TRABALHISTA DE POLÍTICA ECONÔMICA

Resumo

O governo João Goulart (1961-1964) caracteriza-se como um dos períodos mais conturbados da história brasileira contemporânea. Mais do que momento de grande mobilização social e de acirramento da luta de classes, representa o aprofundamento dos impasses elaborados pela dinâmica política e econômica iniciada durante a década de 1930: a formação de uma problemática nacional mediante a identificação do desenvolvimento como *utopia* demonstra os dilemas da construção do chamado *Brasil moderno*, observado, então, como processo de formação de uma sociedade de classes. Esse movimento tem sua agudização nos anos da presidência de João Goulart. Nesse contexto, o foco da análise recai sobre o sentido da política econômica então implementada, compreendendo a política econômica entre os anos de 1961 a 1964, como resposta a uma problemática específica ao momento histórico no qual se insere, cuja dinâmica se encontra em dois fatores principais: um de caráter estrutural, ligado à perda de dinamicidade do processo de substituição de importações; e outro conjuntural, onde o acirramento do conflito social ganha realce. A sua inconsistência ou falta de diretrizes se desvanecem na medida em que a pesquisa investiga, para além da política econômica e de seu suposto caráter instrumental, aquilo que lhes dá sentido, ou seja, as classes e frações de classes. Só a partir deste ponto as “irracionalidades” mencionadas revelam seu *conteúdo*.

JORGE VARASCHIN

Mestre em Economia do Desenvolvimento – UFRGS.

Palavras-chave: trabalhismo; populismo; João Goulart; economia brasileira.

Classificação JEL: N16.

Abstract

The period of João Goulart (1961-1964) is characterized as one of the most troubled of contemporary Brazilian history. More than a time of great social mobilization and intensification of the class struggle, it represents the deepening of the impasse produced by the political and economic dynamics initiated during the 1930s: the formation of a national problem by the identification of development as an utopia demonstrates the dilemmas of the building up of the so-called modern Brazil, seen then as a process of formation of a class society. This movement has its intensification in the years of the presidency of Joao Goulart. In this context, the analysis' focus rests on the meaning of economic policy then implemented, including the economic policy between 1961-1964, in response to a problem proper of the historical moment in which it operates, whose dynamics lies in two main factors: one structural character, linked to the loss of dynamism of the import substitution process; and other cyclical, where the intensification of social conflict is stressed. Their inconsistency or lack of guidelines fade as the research moves on, beyond the economic policy and its supposed instrumental character, to that which gives its meaning, that is, classes and class fractions. Only from this point on the "irrationalities" mentioned reveal its contents.

Keywords: labour; populism; João Goulart; Brazilian economy.

I. Introdução

O governo João Goulart (1961-1964) caracteriza-se como um dos períodos mais conturbados da história brasileira contemporânea. Mais do que momento de grande mobilização social e de acirramento da luta de classes, representa o aprofundamento dos impasses implicados pela dinâmica política e econômica iniciada durante a década de 1930: a formação de uma problemática nacional mediante a identificação do desenvolvimento como *utopia* (Fonseca, 2004b) demonstra os dilemas da construção do chamado *Brasil moderno* (Fernandes, 1968), observado, então, como processo de formação de uma sociedade de classes. Esse movimento tem sua agudização nos anos da presidência de João Goulart, revelando, na medida em que se desenrola, a importância do período, não apenas pelo retomada de um discurso trabalhista radicalizado, mas justamente pelo sentido de seu retorno. Nesse contexto, a análise recai sobre o sentido da política econômica então implementada, partindo do trabalho de Fonseca (2004a), onde a forma da combinação de política aparece no ciclo estabilização/randomização/crescimento. Desse modo, compreende-se a política

econômica entre os anos de 1961 a 1964 como resposta a uma problemática específica ao momento histórico no qual se insere, cuja dinâmica se encontra em dois fatores principais: um de caráter estrutural, ligado à perda de dinamicidade do processo de substituição de importações (Furtado, 1968; Tavares, 1963; Tavares, 1986); e outro conjuntural, onde o acirramento do conflito social ganha realce (Fonseca, 2004a). A sua inconsistência ou falta de diretrizes (Lessa, 1982; Baer, 1996; Macedo, 1975) se desvanece na medida em que a pesquisa investiga, para além da política econômica e seu suposto caráter instrumental, aquilo que lhes dá sentido, ou seja, as classes e as frações de classes. Só a partir deste ponto as “irracionalidades” mencionadas revelam seu *conteúdo*.

2. A política econômica implementada

2.1. Período parlamentarista (07/09/1961 a 24/01/1963)

João Goulart assume a Presidência da República em 7 de setembro de 1961, depois de uma grave crise política em torno de sua posse. Como saída encontrada entre as forças em disputa, adota-se o parlamentarismo como regime de governo. Nesse contexto, surge o nome de Moreira Salles para assumir o Ministério da Fazenda, banqueiro de perfil conservador, capaz de acalmar os mercados e abrir o mercado de crédito externo.

Em consonância com o referido acima, o programa apresentado por Moreira Salles baseava-se no receituário ortodoxo, centralizando a elaboração da política econômica no combate à inflação, promovendo, dessa forma, uma descontinuidade em relação ao conjunto de políticas adotado até o início de 1961. A inflação dava sinais de agravamento (IGP-DI/FGV passa de 30,5 % em 1960 para 47,8% em 1961), num cenário onde a expansão do produto (crescimento do PIB de 8,6% em 1961) se mantinha. Assim, seu Plano de Emergência surgia como um programa anti-inflacionário, cuja proposta de corte dos gastos e redução do crédito objetivava conter excessos de expansão monetária, principalmente via aumento do déficit público. Mesmo assim, com nítido viés ortodoxo, ainda ressaltava, em seu texto, a necessidade de manutenção de taxas de crescimento elevadas (meta de 7,5% em 1961), associando o combate ao desemprego à eliminação das desigualdades regionais, elaborando, dessa forma, um esforço de compatibilização de metas de curto e de longo prazo.

Dessa forma, visando controlar a taxa de expansão monetária, adota-se a regra de conter aumentos na oferta real de moeda, com controle quantitativo do crédito. Além disso, algumas propostas de mudanças institucionais foram feitas, incluindo a criação de um Banco Central e a elaboração de incentivos à formação do mercado de capitais (Abreu, 1990). Já as

discussões em torno da área fiscal centraram-se no orçamento de 1962, cujo déficit proposto (Cr\$ 134,5 bilhões) foi considerado subestimado pelo governo, considerando como seu patamar potencial cerca de Cr\$ 329 bilhões (Fonseca, 2004a). “Propôs, então, um corte linear de 40% das despesas ‘variáveis’ de cada ministério, redução de déficit das empresas do governo e um projeto de lei, rejeitado pelo Parlamento, que permitia um aporte da receita tributária em Cr\$ 100 bilhões [...]”. (Fonseca, 2004a, p. 596) Já no câmbio verifica-se a continuidade com a política elaborada pelo governo JK, mantendo a unificação das taxas em níveis realistas, o que ficou conhecido, na época de sua adoção, como “realismo cambial”. Apesar disso, a crise no balanço de pagamentos fez com que se mantivesse o controle das importações da categoria especial, linha de “não-essenciais”, assim como incentivou as alterações encaminhadas pela Instrução 204 da SUMOC, em março de 1961, quando o sistema de taxas múltiplas foi substituído por uma única taxa flutuante, mantendo-se os leilões de cambiais para as chamadas operações especiais. Ao fim, somada à elevação de 100% do preço do dólar para as importações “preferenciais”, a liberdade cambial representou uma desvalorização com impacto positivo nas transações correntes, contendo, em parte, a crise no balanço de pagamentos. Ainda no período, a Instrução nº 219, lançada em outubro de 1961, separou as operações comerciais e financeiras,

na expectativa de conduzir as receitas provenientes de exportações para o mercado financeiro. Entretanto, o aparecimento de mercado paralelo para cambiais pôs termo à iniciativa. A retenção de contratos na espera de uma possível recuperação do dólar abriu caminho para o subfaturamento das exportações e o superfaturamento das importações, levando à adoção do depósito compulsório prévio de 50% das cambiais no valor das transações, durante 180 dias. O pequeno efeito das medidas implementadas na contenção da demanda por dólares levou a outras duas Instruções: 221 e 222, implementando a diminuição do valor do depósito compulsório, bem como a restituição da unificação do mercado cambial, revogando a segmentação antes proposta. Conseqüentemente, “O dólar, que disparara no mercado paralelo de Cr\$ 360,00 para Cr\$ 500,00, caiu para Cr\$ 390,00 ao final do mês” (Fonseca, 2004a, p. 597). Dessa maneira, os resultados apresentados no final do ano observado eram uma taxa de inflação (IGP-DI) de 47,8%, com uma expansão do PIB de 8,6%, somados a um superávit no balanço de pagamentos na ordem de US\$ 115 milhões, em grande parte devido à entrada de capitais autônomos e compensatórios, os últimos herdados do governo Jânio Quadros, mediante o cumprimento de metas pré-estabelecidas. Contudo, apesar dos resultados revelarem o aumento no nível de preços, há nitidamente uma combinação de política de caráter contracionista, evidenciando

o cerne da gestão econômica: o combate à inflação mediante diminuição da atividade da economia via restrição da demanda efetiva. Implicitamente, supõe-se uma inflação de demanda, puxada principalmente pelos gastos fiscais e descompasso na oferta monetária.

No início de 1962, adotam-se novas medidas visando ao controle creditício e dos gastos fiscais. Institui-se o teto de 12,7% para a elevação do crédito concedido pelo Banco do Brasil ao setor privado, juntamente com o aumento do depósito compulsório dos bancos comerciais. Além dos cortes orçamentários já referidos, transferiram-se investimentos e restos a pagar para o ano de 1963, bem como se obteve empréstimo compulsório do imposto de renda de pessoa jurídica. Em abril, Goulart e outras autoridades brasileiras foram a Washington, em busca de credibilidade para a política econômica implementada e apoio financeiro dos norte-americanos para a política de estabilização. A crise externa preocupava o governo e o déficit em transações correntes precisava do contraponto na conta de capital. No caso, esperava-se um cenário parecido com o de 1961: déficit em transações correntes balanceado pelos capitais autônomos e de compensação que entram no país. A medida visava ainda dirimir polêmicas com os EUA em relação à manutenção da política externa independente. O não alinhamento brasileiro à proposta norte-americana de expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos

(OEA) realizada na Conferência de Punta del Este, em janeiro de 1962, e a desapropriação dos bens da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da International Telephone and Telegraph (ITT), pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, alegando defesa do interesse público, causaram fortes desgastes com os norte-americanos. Em resposta, o Congresso dos EUA votou a emenda Hickenlooper, suspendendo a ajuda financeira para qualquer país que desapropriasse bens de empresas norte-americanas sem indenização imediata.

Contornando a situação, Goulart, na oportunidade sinalizando o intuito de resolução da polêmica, defendeu o que chamou de “princípio de compensação justa” para transferências de propriedade de empresas estrangeiras de serviços públicos, colocando termo em outros processos de encampação. (Bandeira, 1983) Em vista disso, Kennedy autoriza a liberação de US\$ 129 milhões dos US\$ 338 milhões prometidos a Jânio Quadros e o FMI garante empréstimo de US\$ 20 milhões para pagamento de atrasados em março, colocando a liberação de mais US\$ 160 milhões em condicionalidade ao plano de estabilização posto em prática pelo governo. Na verdade, a ajuda financeira norte-americana mostrava-se essencial para o êxito da política de estabilização. O combate à inflação impedia a desvalorização corretiva, o que agravava a crise no balanço de pagamentos. O cenário somente poderia ser reequilibrado por meio de captação

de poupança externa através da conta de capital. As ações dos *policy-makers* revelam a consciência do dilema apresentado, na medida em que o “custo” político de uma aproximação com os EUA não era pequeno no cenário interno.

Nesse momento, surgem sinais de aprofundamento da crise econômica. Do lado fiscal, o déficit público começa a dar sinais de agravamento já no fim do primeiro semestre de 1962, o que deteriorou as expectativas para o ano de 1963, cujo déficit esperava-se que fosse o maior da história. A proposta orçamentária enviada ao Congresso nesse período expunha despesas previstas na ordem de Cr\$ 793,8 bilhões e receitas de Cr\$ 590 bilhões, sinalizando a perspectiva de agravamento da situação fiscal em 1963. Entretanto, as políticas restritivas mantinham-se na esfera monetária, através das Instruções nº 225, 226 e 227. Tentava-se, com isso, aumentar a participação dos bancos comerciais no financiamento do déficit público mediante recolhimentos compulsórios do Banco do Brasil. Além disso, suspendia-se a diminuição mensal de 10% nos compulsórios oriundos de importações. Já o câmbio manteve-se inalterado até maio de 1962, representando uma sobrevalorização de 30%. O aprofundamento da crise externa resultou em ágio dos importadores aos exportadores, o chamado “boneco”, tornando-se um dos “indicadores do grau de incerteza na economia” (Fonseca, 2004a, p. 601). Já o saldo da balança comercial “não chegava ainda a refletir a extensão da crise

cambial, pois ao lado da queda das exportações também caíram as importações, em parte devido à desvalorização cambial e em parte pela diminuição do ritmo da atividade econômica” (*ibidem*, p. 602). Contudo, o saldo de capitais autônomos encerrou, no segundo semestre de 1962, em apenas US\$ 16 milhões, queda acentuada em relação aos US\$ 177 milhões do primeiro semestre e aos US\$ 153 milhões referentes ao segundo semestre de 1961.

Em 7 de julho, institui-se a Instrução nº 228, reestabelecendo o monopólio cambial através do Banco do Brasil. Tentava-se, assim, através da centralização da compra e venda, conter o câmbio e estabilizar o mercado cambial à taxa oficial. Apesar disso, o ágio se mantém e o movimento de queda do cruzeiro frente ao dólar continua, chegando, no mercado paralelo, ao valor de Cr\$ 700 em agosto. O fracasso da medida provoca a elaboração da Instrução nº 229, extinguindo o monopólio cambial do Banco do Brasil e estabelecendo instrumentos de controle do câmbio, entre as quais 60% das cambiais oriundas das exportações de alguns produtos, como o café, deveriam ser repassadas ao Banco do Brasil. Em meio ao cenário de aprofundamento da crise, cai o gabinete Tancredo Neves, assumindo então o deputado Francisco Brochado da Rocha, do PSD do Rio Grande do Sul. Segundo Fonseca (2004a), nesse momento passa-se para o que chamou de período de randomização da política econômica: o

cenário da política torna-se errático e aparentemente discrepante, onde políticas de caráter contracionista somam-se ao afrouxamento em outras áreas, mostrando os impasses no qual se baseiam os *policy-makers*. Nessa conjuntura, tendo sua política de estabilização seriamente comprometida, Moreira Salles afasta-se do Ministério da Fazenda em 14 de setembro de 1962. Assume então Miguel Calmon.

Inicia-se aí um período de políticas mais flexíveis. A busca pela estabilização do nível de preços dá lugar ao retorno de uma combinação de política voltada para o crescimento do produto. Sob influência das eleições de novembro para o Congresso e governadores de alguns estados, implementa-se uma política fiscal frouxa, seguindo inalterado o agravamento do cenário externo. O déficit público, em termos nominais, chegara em novembro a Cr\$ 181,2 bilhões, o triplo do verificado em 1961. No final do ano, a taxa de câmbio chega a Cr\$ 850 por dólar e o “boneco” alcança os Cr\$ 80. O déficit no balanço de pagamentos fecha em torno de US\$ 346 milhões, em grande parte devido ao saldo negativo na balança comercial e à diminuição da entrada de capitais externos. A piora do setor externo e o alargamento do déficit público aceleraram o processo inflacionário: 1962 encerrou-se com um IGP-DI acumulado em 50%.

Nesse momento, formou-se o debate sobre o plebiscito que decidiria o retorno ao sistema

presidencialista. Nesse ínterim, mesmo com o desacordo de dirigentes do PSD, UDN e do Partido Social Progressista (PSP) de Adhemar de Barros, o Congresso aprovou a emenda do senador Benedito Valadares a um projeto de lei do deputado Gustavo Capanema, datando o plebiscito para o dia 6 de janeiro de 1963.

2.2. Período presidencialista (24/01/1963 a 01/04/1964)

O plebiscito de 6 de janeiro de 1963 marcou o início de uma nova fase na política nacional. Revigorado politicamente e possuindo novamente plenos poderes constitucionais, Goulart montou um ministério com nomes intelectualmente reconhecidos, dando um nítido viés de centro-esquerda ao novo governo. Deste grupo, coube a dois nomes a responsabilidade de elaboração e acompanhamento da execução de um plano capaz de estabilizar a economia nacional, dando condições para a manutenção do crescimento: Celso Furtado, ministro do recém-criado Ministério do Planejamento, e San Tiago Dantas, no Ministério da Fazenda.

Nesse momento, não apenas o sistema de governo mudou, assim como se fortaleceu a posição do presidente, mas também se alterou o discurso governamental frente à situação econômica. A partir daí, retomou-se novamente a necessidade de compatibilização entre as metas de política. O acirramento do debate

pró-reformas, promovido na campanha para o plebiscito, alçou a reestruturação econômica ao objetivo de longo prazo do governo. Na medida em que cada vez mais se apresentou a consciência de que os problemas da economia brasileira surgem de obstáculos estruturais, tais como a concentração fundiária e a tributação regressiva, o foco do conjunto de política transferiu-se para a construção de um ambiente favorável para implementação das referidas reformas de estrutura. O arcabouço estruturalista mostrou-se, no caso, essencial para os *policy-makers*, pois teorizava justamente sobre a maneira como desajustes estruturais da dinâmica econômica se expressam em variáveis como taxas de inflação e baixo crescimento. Dessa maneira, construiu-se um cenário onde a política de estabilização aparecia como condição para o alcance de um objetivo de mais longo prazo, qual seja, a construção das reformas. Em dezembro de 1962, foi lançado o chamado Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Baseando-se em diagnóstico de inflação de demanda, com centralidade explicativa no déficit público, o plano caracterizou-se por uma política de estabilização tipicamente ortodoxa, expondo instrumentos de controle inflacionário de cunho recessivo. Desse modo, propôs redução creditícia, extinção de subsídios e correção de preços de bens controlados pelo governo, causando o que ficou conhecida como “inflação corretiva”. (Abreu, 1990) Além disso, limitou

o déficit público (meta de Cr\$ 300 milhões em 1963) e a expansão monetária.

A adoção de medidas de viés ortodoxo causou certa estranheza em alguns analistas (ver, por exemplo, Macedo, 1975 e Skidmore, 1976), principalmente por ter entre seus elaboradores o nome de Celso Furtado, um dos maiores expoentes do estruturalismo cepalino latino-americano. Esse “ecletismo” é resultante do esforço de elaboração de um modelo de gestão capaz de compatibilizar as diversas bases do campo governista. No contexto apresentado pelo plano, combate à inflação e crescimento são metas de política interdependentes e correlacionadas. A manutenção de uma alta taxa de crescimento (7%) e uma redução gradual da inflação (25% em 1963), chegando a 10% em 1965, apesar de, a princípio, parecerem objetivos incongruentes, na verdade, segundo a lógica trabalhada, fazem parte de um mesmo sentido: o aprofundamento do processo de substituição de importações (PSI) como modelo de crescimento de longo prazo. Sua lógica era descrita na perspectiva de que “[...] a crise do modelo só poderia ser superada com o aprofundamento do próprio modelo, ou seja, com a ampliação do mercado interno, através da reforma agrária e de outras políticas voltadas à redistribuição de renda”. (Fonseca, 2004a, p. 609, grifo do autor) Construía-se, assim, a coerência do Plano Trienal, onde o sentido da estabilização aparecia em abrir caminho para as reformas. Do lado político, compatibilizavam-se

os interesses de um campo heterogêneo, prosseguindo com a proposta de crescimento com distribuição de renda, deixando para um horizonte mais longo medidas mais polêmicas como a reforma agrária.

A política de estabilização via medidas restritivas iniciou-se com as Instruções nº 234 e 235 da SUMOC, limitando o crédito e aumentando o compulsório dos bancos para 28% nos depósitos à vista e 14% nos depósitos a prazo. A consequente elevação nas taxas de juros, somada à forte contração creditícia e à restrição na expansão monetária, provocaram um cenário de aprofundamento do quadro recessivo no primeiro trimestre de 1963. Apesar disso, verificou-se uma elevação na entrada de capitais autônomos, com consequente diminuição do déficit no balanço de pagamentos, alcançando no primeiro bimestre a cifra de Cr\$ 29 milhões. A limitação do déficit do Tesouro, o controle na expansão da oferta monetária e a contração creditícia têm como contrapartida a valorização real do cruzeiro em aproximadamente 30% durante o período, e uma queda no valor do “boneco”. Em abril de 1963, tenta-se retomar a política de câmbio “realista”, através da Instrução 239, com a elevação do dólar oficial em nível semelhante ao seu valor atribuído no mercado paralelo (cerca de Cr\$ 600,00). A partir daí, segundo Fonseca (2004a), retorna um período de randomização. Além dessas medidas, caracterizando uma descontinuidade na política até então adotada,

houve aumento do déficit público e expansão monetária, além de afrouxamento do crédito.

O conjunto de políticas estabilizantes chocou-se com parcela do campo que compunha a base de governo. O congelamento dos salários, parte da estratégia para conter a demanda efetiva, punha em risco o modelo de distribuição de renda até então implementado, gerando crescente descontentamento em parte da classe trabalhadora e nas entidades sindicais, com papel central da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Medidas como a Lei de Remessas de Lucros, aprovada ainda no ano de 1962, representando reivindicação antiga de setores nacionalistas que viam na medida o combate à espoliação nacional por parte do capital estrangeiro, acirravam ainda mais os ânimos do udenismo. O baixo crescimento, a queda na atividade econômica e o consequente aumento no desemprego, fruto do combate à inflação, empurraram Goulart para a retomada do discurso centrado nas reformas, assim como acontecera durante a campanha do plebiscito. A base do trabalhismo exigia que o combate à inflação não se desse à custa do emprego e da renda nacional. Na busca de recomposição de sua base de apoio, Goulart cedeu e a corrosão do Plano Trienal se aprofundou. Apesar disso, San Tiago Dantas continuava a busca de suportes para o prosseguimento da estabilização. Sua viagem aos Estados Unidos ainda no primeiro trimestre de 1963 demonstrou uma nova tentativa de dar

credibilidade e sustentação financeira às políticas restritivas. Tinha como principal objetivo renegociar a dívida externa brasileira, retomando, com isso, a possibilidade de financiamento internacional. Apesar do esforço do então ministro da Fazenda, houve liberação de apenas US\$ 84 milhões de um montante acertado em US\$ 398,5 milhões. A desconfiança em relação a Goulart e a efetiva implantação da política de estabilização, bem como o não encaminhamento da questão da indenização da AMFORP, desapropriada por Brizola, e a retomada do discurso pró-reformas, com a possibilidade de regulamentação da Lei de Remessas de Lucros, ocasionaram uma liberação a “conta-gotas”, insuficiente para a solução dos problemas externos do país. Nesse contexto, em que a instabilidade econômica e política se agudizou, aconteceu o debate acerca do reajuste do salário mínimo e do funcionalismo, resultando em um aumento de 56,25%, muito acima do recomendado para o controle da demanda efetiva. Já o reajuste do funcionalismo, parte da política fiscal do governo, sendo uma das principais despesas de custeio do setor governamental, surgiu como o embate final para San Tiago Dantas, que acertara junto ao FMI um aumento máximo de 40%. Dessa forma, com sua política de estabilização já deteriorada e perdendo espaço dentro do governo, San Tiago Dantas afastou-se do cargo de ministro da Fazenda em 20 de junho de 1963. Paralelamente, Celso Furtado tornou-se

ministro “sem pasta”, tendo em vista a extinção do Ministério do Planejamento. No lugar do primeiro, assumiu Carvalho Pinto.

Carvalho Pinto assumiu em meio ao agravamento da instabilidade econômica e política. A descontinuidade na ênfase da política econômica tornou-se nítida quando do envio ao Congresso Nacional da proposta orçamentária para o ano de 1964, cujo déficit estimado girava em torno de Cr\$ 1 trilhão, com peso significativo das empresas estatais. Em junho, reapareceu o “boneco”, cujo valor sobe constantemente durante o segundo semestre de 1963. O cenário externo seguiu a tendência de agravamento, com drástica diminuição na entrada de capitais autônomos (US\$ 5 milhões no primeiro semestre de 1963). Em setembro do mesmo ano, em meio a uma série de greves, paralisações e levantes de sargentos e fuzileiros, com apoio da CGT, ocorre a regulamentação da Lei de Remessas de Lucros, cuja decisão de não usar como base de cálculo os reinvestimentos das empresas estrangeiras causou fortes atritos com as multinacionais instaladas no país, inclusive com intervenção do embaixador dos EUA, Lincoln Gordon. Em dezembro, mais uma vez como debate central no contexto econômico e político, houve a extensão aos funcionários públicos de lei que instituía o 13º salário aos trabalhadores da iniciativa privada, aprovada ainda no início de 1963. Com a crise se agravando e os ânimos cada vez mais acirrados na esfera política, Carvalho

Pinto afastou-se do Ministério da Fazenda, ainda em dezembro de 1963. Em seu lugar, assumiu Ney Galvão, iniciando o momento no ciclo de gestão econômica em que o central já não era mais a estabilidade dos preços, mas o crescimento via reformas.

O PIB de 1963 permaneceu estável, com crescimento de apenas 0,6%, e a inflação chegou aos 79,9%, maior nível desde a década de 1930. O cenário externo se agravava, com déficit no balanço de pagamentos de US\$ 54 milhões. Mesmo nesse cenário, o câmbio continuou valorizado, mantendo-se a taxa fixa, o que, juntamente com a escalada inflacionária, dificultava a política de câmbio “realista”. Por outro lado, o valor do “boneco” avançava no mercado paralelo. Tentou-se ainda, através da Instrução nº 258, dar fôlego à entrada de divisas via exportação, com bonificações aos exportadores para as defasagens do custo do dólar desde a última desvalorização oficial do cruzeiro, ocorrida em abril do mesmo ano. Contudo, essas medidas não surtiram o efeito esperado, chegando o “boneco” ao valor de Cr\$ 250,00/300,00 por dólar em janeiro-fevereiro de 1964.

Com o agravamento da crise política e a deterioração progressiva das expectativas quanto à recuperação econômica, nenhuma das medidas adotadas obteve o êxito esperado. Goulart, vendo a corrosão do cenário econômico e político, aprofundou a ênfase nas reformas de base,

colocando-as como objetivo último de seu governo, o que acirrou a luta política e o golpismo udenista, via articulação com setores militares. O ministério de Ney Galvão termina com um golpe militar contra Goulart em 1º de abril de 1964, quando se iniciou um período de ditadura militar no país.

3. Síntese das “crises”

Numa análise que parte do trabalho de Fonseca (2004a), percebe-se que, nesse contexto, a política econômica executada pelo governo João Goulart caracterizou-se por três momentos específicos, que se repetem tanto na fase parlamentarista quanto no período presidencialista: iniciou-se com uma fase de busca da estabilidade de preços através da adoção de políticas contracionistas, combatendo a expansão monetária, o déficit público e os desequilíbrios das contas externas, supondo, com isso, uma inflação de demanda; após, apresentou-se um momento de randomização, onde a gestão econômica assumiu a aparência de “irracionalidade” ou perda de sentido, muitas vezes com aparente contradição entre seus principais instrumentos; por fim, assumiu-se a adoção de medidas pró-crescimento, com flexibilização fiscal e monetária, mesmo em um cenário de aceleração inflacionária. A questão que aqui surge é como compreender o sentido dessa dinâmica ou, em outras palavras, os fundamentos

do movimento que elaboram as continuidades e discontinuidades do conjunto de política. Para tanto, serão expostas as duas já citadas “crises” existentes durante o governo João Goulart e que se constroem dialeticamente: uma referente à estratégia de desenvolvimento de longo prazo, cujo cerne se encontra na estrutura do próprio processo de substituição de importações; e outra relacionada ao modelo de política econômica, enfatizando, assim, a face conjuntural da economia.

3.1. Crise do modelo de desenvolvimento

A ideia da existência de uma crise do modelo de desenvolvimento aparece na literatura econômica já no início da década de 1960,¹ como resposta aos baixos índices de crescimento do produto então verificados. Discutia-se a viabilidade PSI como estratégia de desenvolvimento de longo prazo, na medida em que os dados obtidos a partir de 1961 davam conta de dificuldades no que se refere à atividade econômica, destacando-se menores taxas de aumento da produção industrial, com acentuada queda do principal vetor do crescimento do período anterior, qual seja, o investimento autônomo.

O aspecto central da análise, dessa forma, vislumbra-se da maneira que segue: sem buscar uma “causa última” para a crise, isto é, evitando o bordão “em última instância” como recurso de retórica, fatores correspondentes à estrutura

econômica do período contribuíram para os maus resultados verificados a partir de 1961. Os trabalhos de Furtado (1968) e Tavares (1963) trazem importante contribuição na medida em que expõem a relevância do investimento autônomo para a dinâmica econômica do período, já que ambos os estudos argumentam que o sentido da crise é o progressivo esgotamento do processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento via industrialização substitutiva. Já Tavares e Serra (1971) e Serra (1998), mesmo construindo a crítica à tese cepalina do subconsumismo, enfatizam que a falta de um novo pacote de investimentos após o Plano de Metas de Juscelino Kubistchek pôs termo ao movimento de crescimento acelerado observado até 1961. Neste ponto, concorda-se com a existência de uma crise do modelo de desenvolvimento até então empregado. No entanto, observa-se que, partindo das contribuições anteriormente listadas, não se apresenta como uma crise terminal do PSI, mas sim cíclica, ou seja, o fenômeno verificado não era o esgotamento propriamente da industrialização substitutiva, isto é, a crise não se verificava como deterioração dos fundamentos gerais do PSI, mas como crise de um “certo tipo” de PSI. Em outras palavras, a crise corresponde ao final de um ciclo de acumulação de capital na economia brasileira, que alterou a forma da dinâmica da industrialização substitutiva.

Assume-se, então, o arcabouço dos já referidos

ciclos endógenos, apresentado no trabalho de Tavares (1986), cuja centralidade encontra-se na dinâmica interna de acumulação. Para a autora, o Plano de Metas representou o início da chamada industrialização pesada, a partir do qual se endogeneiza o processo de acumulação de capital, tendo em vista a constituição de um setor de bens de capital capaz de autodeterminar a acumulação nacional. Dessa forma, tem-se um novo vetor da dinâmica econômica, qual seja, o investimento autônomo. A crise do início da década é fruto, no caso, de uma desaceleração do investimento em um cenário econômico fortemente oligopolizado e internacionalizado, abrindo espaço para a aceleração inflacionária, aumento do déficit público e dificuldades no balanço de pagamentos. Dessa maneira, a análise reconhece na crise seu aspecto cíclico, partindo da hipótese de que o PSI acaba em 1955 com o advento do pacote de investimentos representado pelo Plano de Metas e pelas mudanças estruturais dele decorrentes. Nossa análise, entretanto, conduz a algumas divergências: o PSI como modelo de desenvolvimento de longo prazo corresponde ao próprio processo de acumulação de capital, ou seja, a uma forma histórica de viabilização da acumulação. Desse modo, o aprofundamento da acumulação de capital representava o sentido do PSI como estratégia de desenvolvimento, demonstrando, assim, seu caráter cíclico, mediante dinâmica da industrialização substitutiva. Por mais que

Tavares (1986) enfatize a endogeneização da acumulação, afirma-se aqui que esta ainda ocorre sobre as bases da substituição de importações, realçando, dessa forma, o comportamento cíclico da industrialização nacional, principalmente frente às variações da produção industrial. Enfim, o PSI, como modelo de desenvolvimento, não pode deixar de abarcar o movimento cíclico da acumulação de capital. Mais do que isso: como forma histórica de acumulação não escapa de suas determinações gerais, antes as revela com suas especificidades. Compreende-se, assim, que o modelo, considerado estratégia de industrialização nacional via internalização de indústrias e capacidade produtiva, perpetua-se até meados da década de 1980, com ciclos de aprofundamento do investimento autônomo.

O que se altera na década de 1960, fruto do Plano de Metas, é a *forma* como o processo se desenvolve, partindo da seguinte problemática: por mais que se internalize a capacidade industrial e se constitua um setor de bens de capital capaz de endogeneizar o próprio processo de acumulação, não se formam na economia brasileira as bases necessárias para o *financiamento* do novo ciclo de investimento previsto para o pós-Plano de Metas. Mesmo com a alteração da ênfase do PSI, no caso assumindo a tese de Moreira (2011) de que o governo João Goulart representa a tentativa de desenvolvimento das indústrias de base, principalmente do setor de bens de capital, não se modificam a estrutura

de financiamento de longo prazo da economia brasileira, o que se transforma em obstáculo praticamente intransponível ao aumento do investimento no início da década de 1960. Nesse contexto, apesar das mudanças acima apresentadas, a estrutura produtiva do país, oligopolizada e internacionalizada, responde por parte da aceleração inflacionária observada. Nesse ponto, é necessário elucidar que a associação com o capital estrangeiro resolve os problemas de financiamento do Plano de Metas em indústrias específicas, como a automobilística. Não se superam, no entanto, os problemas de financiamento da própria economia, mas apenas de determinado pacote de investimentos. A queda da taxa de investimento autônomo resulta, dessa forma, de dois fatores principais: da especificidade do ciclo do PSI pós-Plano de Metas, centrando-se no setor de bens de capital (Moreira, 2011), e da falta de uma base financeira capaz de viabilizar uma nova ascensão do investimento autônomo. Compreende-se que os aspectos listados acima formam a problemática da industrialização substitutiva a partir da década de 1960.

3.2. Crise do modelo de política econômica

Nesta seção, investiga-se o que se apresentou como uma crise do modelo de política econômica. Concomitantemente à crise da estratégia de desenvolvimento de longo prazo, observa-se a deterioração do modelo de política, resultado

das especificidades do contexto político e da dinâmica econômica. A deterioração aqui elaborada interage de maneira determinada com a dinâmica estrutural da economia brasileira referida anteriormente, aparecendo, ao mesmo tempo, como resposta a tal cenário e como indutora de determinadas saídas estruturais. Sendo assim, surge como reação específica à estrutura da acumulação de capital do pós-Plano de Metas, da mesma maneira como aprofunda e desenvolve certos aspectos desse mesmo processo. Nesse sentido, tanto a crise do modelo de desenvolvimento quanto a do modelo de política econômica respondem e interagem dialeticamente aos impasses que a primeira metade da década de 1960 apresenta. Dessa forma, a primeira questão a ser aqui investigada diz respeito à seguinte pergunta: qual era o então modelo de política econômica? Ou, em outras palavras, como determinado padrão de política econômica era apresentado no início da década de 1960?

A análise empreendida revela um conjunto de medidas de política econômica durante o governo João Goulart muito parecido com o padrão implementado desde o segundo governo Getúlio Vargas (1951-1954), tese também defendida por Moreira (2011), centrada no crescimento econômico com distribuição de renda via aumentos reais de salário. A meta, no caso, aparecia como a construção de um contexto favorável ao crescimento, principalmente do

setor industrial, então carro-chefe da economia nacional. A partir daí, possibilitava-se a distribuição do novo excedente gerado via aumentos salariais, muito influenciados pelo nível geral de preços existente. Dessa forma, a política econômica instrumentalizava esses dois objetivos: crescimento econômico via prosseguimento do PSI e distribuição de renda mediante elevação de salários. Indo além em nossa investigação, a análise leva a crer que esse modelo de política econômica representa, mais do que apenas variáveis referentes à economia, os próprios elementos fundamentais da dinâmica sócio-política do período. Sendo assim, apresenta-se o aspecto central do sentido da política da maneira que segue: a dinâmica econômica expressa um modo específico de gestão da economia baseado na instrumentalização do crescimento do produto com distribuição de renda mediante aumentos reais de salário. Concomitante a isso, ocorre o alargamento do mercado formal de trabalho, com incorporação de camada da população até então excluída desse espaço, fruto de sua heterogeneidade. A grande questão que constrói a problemática da combinação de política elabora-se da seguinte maneira: de que modo proceder a inserção dos trabalhadores na chamada “sociedade moderna”? Isto é, mediante um processo de desenvolvimento capitalista, como compatibilizar a inserção de determinada camada da população à lógica de mercado?

Dessa forma, mais do que um modelo de política econômica, o que se observa é uma estratégia capaz de influenciar a dinâmica sócio-política do período. Frente a isso, torna-se essencial saber qual parcela da sociedade brasileira o governo João Goulart visava com suas políticas. Ou melhor, a qual parcela o próprio Partido Trabalhista Brasileiro pretendia se dirigir preferencialmente? Nas palavras de Delgado (1989, p. 30): “O PTB surgiria, portanto, apresentando como um de seus objetivos prioritários o de agrupar os trabalhadores em torno de uma legenda partidária forte e capaz de defender os interesses corporativos dos trabalhadores”. O que temos aqui é um modelo de política econômica que visa a interesses específicos no campo da política, qual seja, atender e mobilizar a classe trabalhadora em torno do que poderíamos chamar de uma pauta trabalhista. A distribuição de renda através de aumentos reais de salários cumpre justamente esse papel. O mesmo aspecto encontra-se no aumento do mercado formal de trabalho, implicando a inserção de novos trabalhadores no processo de “modernização” nacional. Sendo assim, torna-se chave a manutenção do crescimento econômico em níveis considerados, o que faz com que a crise do PSI traga um dilema ao governo João Goulart referente à retomada do crescimento econômico.

Dessa maneira, os instrumentos de política se voltam para o alcance desses objetivos,

representando alguns impasses consideráveis. Num primeiro momento, os dilemas apresentados aos *policy-makers* supõem dificuldades de compatibilização entre os objetivos de política econômica. O combate à inflação, necessário para a retomada da atividade econômica e manutenção dos salários reais, e a implementação de medidas pró-crescimento não parecem, à primeira vista, congruentes num mesmo cenário. Medidas de estabilização incorrem, de maneira geral, na adoção de políticas contracionistas, cujas consequências são o baixo crescimento e aumento da taxa de desemprego, enquanto a indução do crescimento do produto pode, em certas conjunturas, ter como um de seus reverses a aceleração inflacionária. Constitui-se, assim, uma curva de Phillips na qual inflação e taxa de desemprego relacionam-se numa curva negativamente inclinada. Nesse contexto, o problema então disposto estava em conciliar essas duas metas de política, essenciais para o prosseguimento dos modelos de desenvolvimento e de política econômica então aplicados. A retórica presidencial, bem como de outras autoridades governamentais, estabelece o desenvolvimento como horizonte estratégico de longo prazo, sendo sua efetivação preocupação presente no decorrer do governo. Desse modo, guardando as devidas proporções, tanto o Plano de Emergência de Moreira Salles, na fase inicial do parlamentarismo, quanto o Plano Trienal de Celso Furtado e San Tiago Dantas, no início da

fase presidencialista, estabelecem a necessidade de compatibilização dos horizontes de curto e longo prazo. Se a estabilidade de preços era necessária, o seria pelo papel que cumpre no desenvolvimento econômico, através da influência que exerce na precificação de ativos, na construção do componente expectacional dos agentes e nas distorções estruturais que expressam. Dessa maneira, verifica-se a consciência de que a meta central da política econômica deveria ser a construção de um contexto favorável para a manutenção do nível de atividade, sendo a estabilidade do nível de preços componente desse cenário. Compreende-se, a partir daí, a importância do combate à aceleração inflacionária. A questão principal aqui não está em definir quando foi elaborada a política de estabilização – se no início, no fim ou no meio do governo –, mas em evidenciar que o combate à inflação também aparecia como meta de política econômica. Sendo assim, as metas de política deveriam ser compatibilizadas com a conjuntura econômica. A política econômica, portanto, apresenta-se como principal dilema do governo João Goulart.

3.3. Elementos gerais: forma do ciclo de política econômica

Após o exposto, pode-se construir uma síntese dos elementos gerais das duas “crises”. Apesar de serem crises com ênfases diversas e respondendo a problemas determinados, interagem

dialeticamente, aprofundando-se e/ou delimitando as condições de possibilidade das alternativas em questão. Dessa forma, o que se observa durante o governo João Goulart é que a crise do PSI não determina, mas reposiciona e redefine os parâmetros de política econômica da seguinte maneira: o baixo crescimento, fruto da deterioração do modelo de desenvolvimento, impõe uma mudança de diretriz na questão distributiva. O baixo crescimento do produto não cria novos excedentes econômicos para serem distribuídos via aumentos salariais. Mais que isso: limita a própria ação anticíclica do Estado, na medida em que estabelece sérias barreiras orçamentárias à intervenção estatal. No que concerne à questão distributiva, tenta-se resolver o impasse do seguinte modo: se o modelo estabelece a distribuição quando há crescimento, na medida em que este não ocorre passa-se a uma política de *redistribuição*, ou seja, não existindo novo excedente ou sendo este escasso, entra em questão aquele já constituído, resultado de períodos anteriores. Trata-se, portanto, de uma tentativa de mudança da *estrutura da renda nacional*, com ênfase na recomposição dos salários em detrimento dos ganhos provenientes de outras rendas, sejam de lucros ou de juros. Forja-se, assim, nesse aspecto, um contexto de *conflito distributivo* (Simonsen, 1963) de curto prazo, exacerbado por um cenário de déficits orçamentários, e que, somados aos fatores estruturais da economia brasileira

na época, reforçam seu viés inflacionário. A questão que aparece no momento é por que esse cenário levou à elevação da mobilização social e ao acirramento da luta de classes, desembocando nas já referidas reformas de base? Qual o sentido dessa crescente radicalização? Ou, por que as tentativas de solução para o modelo de política econômica não obtiveram êxito? Tentar-se-á, nas próximas seções, responder as questões listadas.

4. O sentido da dinâmica econômica

Nesta seção trata-se do sentido da dinâmica econômica do período, tendo como perspectiva o seguinte questionamento: por que os eventos se passaram com crescente radicalização política? O desenrolar do processo histórico abre uma série de condições de possibilidades que, na medida em que se sucedem, “abrem” e “fecham” janelas de oportunidades. Mesmo em situações de crise, há um variado leque de alternativas possíveis: por que simplesmente não se adotou uma política de estabilização com medidas restritivas? “Irracionalidade”, como afirmado por vários autores, não se apresenta enquanto categoria analítica. O essencial é saber por que a política econômica *parece* “irracional”, e não explicá-la por sua suposta “irracionalidade”.

O debate sobre o período abarca uma vasta literatura onde se realçam os papéis desempenhados pelo populismo e trabalhismo, dois

conceitos que enfatizam o aspecto político do fenômeno. Num primeiro momento, debruçar-se-á sobre o populismo, deixando o trabalho para análise posterior. A questão se constrói da seguinte maneira: pode-se chamar a política econômica elaborada no governo João Goulart de populista em seu aspecto político? Usaremos, nesse caso, a clássica contribuição de Weffort (2003), para quem o populismo se ligava ao que se poderia chamar de “política de massas”. Nesse contexto, na medida em que impossibilitadas de auto-organização e mobilização próprios, identificam-se com aqueles que do “alto”, instrumentalizam o poder estatal em seu benefício. Desse modo, o populismo se destaca como uma relação específica entre Estado e sociedade civil, como uma relação determinada entre Estado e massas, incapazes de se auto-organizarem. No caso, pode-se vislumbrar no modelo de política econômica do governo João Goulart a relação acima referida? A questão exige uma análise mais profunda. A princípio, em análise superficial, poder-se-ia responder afirmativamente, tendo em vista os setores mobilizados pelo PTB e as tentativas de aumentos salariais para camadas da população. No entanto, evitando justamente esse tipo de investigação, é necessário antes responder: quem é essa “massa”? De que classe ou fração de classe é formada?

Nesse momento, faz-se necessário retomar as contribuições de alguns autores que se debruçaram sobre a problemática nacional,

principalmente sobre as características de nossa estrutura de renda. Autores como Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares trataram da formação de um segmento específico da população brasileira, fruto de um desenvolvimento capitalista desigual e subordinado. A tradição cepalina teoriza essa camada através do conceito de *desemprego estrutural*: estruturas econômicas subdesenvolvidas caracterizam-se pela heterogeneidade do mercado de trabalho, devido aos desajustes na função de produção entre capital e trabalho. Em outras palavras, a importação de máquinas poupadoras de mão de obra num contexto de oferta altamente elástica deste fator de produção provoca o chamado desemprego estrutural, além do baixo coeficiente de irradiação dos ganhos da produtividade. Tem-se, assim, que uma parcela da força de trabalho aparece estruturalmente desempregada, representando um dos símbolos do subdesenvolvimento.

Furtado e Tavares compreenderam que o desenvolvimento capitalista do modo como construído no país representava uma formação socioeconômica particular, peculiar e específica, principalmente na estrutura da sociedade civil brasileira. Essa compreensão, mesmo que partindo de matizes metodológicos diferentes, contribui para a investigação aqui empreendida, na medida em que desvenda o que seria essa “massa” característica da formação econômica nacional. Em trabalho recente, tendo

consciência desta problemática, Singer expõe a questão da seguinte maneira:

Aspecto interessante da contradição brasileira é que a “grande massa” empobrecida abria e fechava simultaneamente as perspectivas de desenvolvimento autônomo do país. Abria, pois se tratava de mercado interno de que raros países dispunham; mas fechava, uma vez que o padrão de consumo era tão baixo que impedia a realização daquele potencial. (Singer, 2012, p.17)

Nesse trecho, o autor discorre sobre como essa “massa” se encaixa na dinâmica econômica nacional: em alguns momentos como potencial vetor de nosso crescimento, em outros como obstáculo à sua plena efetivação. O importante, no caso, é mostrar seu *sentido histórico* e o modo como se articula ao próprio processo de formação do capitalismo brasileiro. Com base nas análises apresentadas, compreende-se neste trabalho que a problemática acima exposta por Singer (2012) apresenta-se como *especificidade do próprio subdesenvolvimento brasileiro*. A “massa” citada é parcela da população que surge como específica e peculiar ao subdesenvolvimento brasileiro, sendo fruto do próprio processo de transição capitalista. Dessa maneira, é específica porque resultado de determinada *forma* de desenvolvimento capitalista, característica de estruturas subdesenvolvidas. Essa “massa”, fruto do subdesenvolvimento, cumpre papel decisivo para o desenvolvimento capitalista posterior, impondo uma problemática particular

na composição da dinâmica econômica e social brasileira. Como particularidade do processo de constituição do capitalismo nacional, essa parcela da população exige a formação de respostas específicas para seus questionamentos, trazendo novos elementos para a elaboração do modelo de desenvolvimento e de política econômica implementados no país.

A industrialização substitutiva, desse modo, na medida em que se processa, cria uma nova fração de classe, vista como “massa”, parte constituinte do capitalismo nacional, aqui compreendida através do conceito de *subproletariado* (Singer, 1981), constituindo-se como especificidade do subdesenvolvimento, composta “pelos que de fato ou potencialmente oferecem sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais, constituindo assim um proletariado virtual ou ‘subproletariado’” (Singer, 1981, p. 22).

Essa parcela da população compõe-se de fração de classe incapaz de vislumbrar um projeto próprio de sociedade. De base bastante fluida, tendo em vista sua dependência do investimento autônomo, compõe importante parcela da superpopulação relativa da economia brasileira. De acordo ainda com a análise de Singer (1981), o subproletariado compõe parcela da superpopulação que Marx chamou de latente e estagnada. Em suas palavras:

A latente é constituída pela superpopulação rural que alimenta o fluxo de migração do campo à cidade. Esta superpopulação é composta pelo trabalhador agrícola [...]. A terceira categoria da superpopulação relativa, a estagnada, forma uma parte do exército *ativo* dos trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. (Singer, 1981, p. 23)

A partir do papel do trabalhador agrícola, como exposto no trecho acima, compreende-se a centralidade assumida pelo camponês na chamada teoria de modernização, interpretação do fenômeno populista elaborada por Gino Germani e Torcuato di Tella, visto então como principal substrato do alvo populista, “massa de manobra” de seus líderes. Em outras investigações, a questão surge mais sobre certa “herança camponesa”, algo como um “tradicionalismo agrário” (Vianna, 1978, p. 78) que impossibilita a tomada de consciência do trabalhador agrícola agora migrado do campo para a cidade. Para Weffort (2003), o alvo é um certo tipo de pequena burguesia, fruto da urbanização crescente nas décadas de 1950 e 1960, incapaz de se auto-organizar. O autor não discorre de maneira profunda sobre a origem dessa pequena burguesia, citando superficialmente a migração rural, além de não explicar seu papel do desenvolvimento nacional. O relevante, contudo, nesse momento, é mostrar a problemática existente na literatura sobre essa parcela da população que surge com o início da industrialização nacional. Os autores acima

listados trataram sobre o tema de maneira parcial, enfatizando aspectos determinados, sem delimitar como essa fração de classe se articula ao desenvolvimento capitalista nacional e a maneira como influencia, a partir de seu surgimento, a dinâmica política brasileira.

Nesse contexto, o que há de peculiar ao fenômeno é a relação do Estado com essa fração de classe ou, em sentido amplo, a própria inserção dessa parcela da população no cenário político nacional. Os fundamentos da dinâmica político-econômica do período se resumem a isso: seu *sentido histórico* se apresenta como *momento em que parcela significativa da população nacional, fração de classe específica do subdesenvolvimento nacional e categorizada como subproletariado* (Singer, 1981), se *incorpora ao cenário político brasileiro*. Sendo assim, representa um momento de emergência de setores da população à condição de atores do jogo político existente no país. Dessa maneira, o que a literatura econômica entende como populismo, na verdade, é a tentativa de compreensão das bases desse processo, que, na medida em que aparece como emergência de determinada fração de classe que se organiza “por cima”, ou seja, mediante ação do Estado, surge em sua versão ideológica, personalizada. Aparecem, assim, fenômenos como o janguismo, o varguismo, entre outros. O resultado desse contexto é a simplificação de um movimento de maior magnitude, qual seja, o aparecimento da parcela da sociedade

civil peculiar ao subdesenvolvimento nacional. O conceito de populismo, desse modo, como acima exposto, não apreende a complexidade do quadro político-econômico verificado, tendo em vista que não revela qual a substância de classe do conceito, nem muito menos trata de seu aspecto programático, ou seja, não elabora de maneira completa a problemática do período e também não apresenta qual programa político fruto dessa dinâmica. É nesse ponto que aparece, enquanto programa político e discurso ideológico, o *trabalhismo*.

Diferentemente do populismo, o trabalhismo representa um programa determinado, um dos poucos na época que trata dessa fração de classe. Se o primeiro apoia-se na “massa” como “massa”, o segundo constrói-se através da “massa” como subproletariado, categoria específica do subdesenvolvimento. O primeiro, portanto, aparece como imagem distorcida do segundo. O trabalhismo, expressando-se ao trabalhador em geral e não ao proletariado, configura-se como ideologia capaz de constituir um projeto para abarcar essa camada da população. Sua inserção no mercado formal de trabalho apresenta-se como principal objetivo, ao alçar-se à condição de trabalhador formalizado. A política econômica, dessa maneira, visa a um cenário favorável para a inserção dessa fração de classe na “cidadania de mercado”: crescimento econômico com distribuição de renda, aumento do mercado formal de trabalho com baixa taxa de

desemprego e estabilidade no nível de preços. É a essa camada que, de fato, o discurso trabalhista se dirige, qual seja, trabalhadores urbanos, sobretudo os não-formalizados. A política econômica do governo João Goulart responde a esses aspectos.

4.1. O modelo trabalhista de política econômica

Desse modo, o fenômeno observado refere-se a um modelo de política econômica cujo sentido encontra-se no programa trabalhista. Constituiu-se, assim, um modelo determinado em cujo cerne apresenta-se um processo de crescimento econômico com aumento do mercado formal de trabalho e ganhos reais de salários como principal mecanismo de distribuição de renda. Nesse contexto, compreende-se a importância da estabilidade de preços e o motivo pelo qual seu nível torna-se variável essencial para o prosseguimento da dinâmica econômica. Através da estabilidade de preços procurava-se a manutenção dos índices de salário real. Dessa forma, tanto o crescimento do produto quanto o combate à inflação apareciam como elementos essenciais da política econômica adotada. Esse modelo específico de política econômica, centrado no crescimento econômico com aumentos salariais, denomina-se, nesse trabalho, de *modelo trabalhista de política econômica, tendo em vista representar o instrumental econômico para a composição de classe típica do trabalhismo, qual seja, a*

hegemonia do capital industrial com ascensão dos trabalhadores, em especial, o subproletariado.

5. Governo João Goulart: momento de crise do modelo trabalhista

Tendo caracterizado o modelo trabalhista de política econômica, pode-se agora compreender o sentido da crise verificada na primeira metade da década de 1960. A pergunta, neste momento, refere-se às razões da radicalização crescente observada durante o período. Entretanto, na base da resposta encontra-se a seguinte questão: por que a preferência por *distribuição de renda* e não pela *redistribuição*? A análise leva a crer que o modelo em questão, na medida em que instrumentaliza o programa trabalhista, associa-se ao já comentado fenômeno exposto por Weffort (2003) como “política de massas”, ou seja, mobiliza o que se chamou de subproletariado. No entanto, o pacto trabalhista, como referido anteriormente, baseia-se em uma conciliação entre classes e frações de classe, na qual há centralidade do capital industrial com o reconhecimento dos anseios do subproletariado: trabalho formal e renda. Dessa forma, a política econômica visa à distribuição do novo excedente gerado pela economia, sem contestações quanto ao excedente de períodos anteriores, às relações de propriedade existentes e ao combate à desigualdade, ou seja, ao desequilíbrio entre capital e trabalho.

Nesse contexto, o sentido da crise revela-se do seguinte modo: o baixo crescimento econômico no início da década de 1960 impossibilita o prosseguimento da política distributiva, tendo em vista o pequeno excedente gerado na economia durante o período. Passa-se, em vista disso, objetivando a manutenção da mobilização da parcela da população típica do trabalho, qual seja, o subproletariado, a uma política de redistribuição, realocando-se parte da renda nacional gerada em períodos anteriores. Redistribuição, nesse caso, é a tentativa de mudança na composição da renda nacional, ou seja, sua realocação. Os déficits orçamentários, frutos de política fiscal expansionista, principalmente na elevação de gastos de custeio, elevação creditícia e política monetária flexível, são instrumentos mobilizados para esse fim. O conflito distributivo transforma-se em um sintoma da luta que ocorria pelo pagamento do custo da mobilização de recursos descrita acima. Contudo, o relevante nesse ponto da análise é que a inflexão para uma política redistributiva faz com que o governo João Goulart passe da já referida “política de massas” ou, segundo investigação aqui empreendida, “política de fração de classe”, para uma verdadeira “política de classe” através da adoção de uma linha de *reformismo radical*, com a construção da agenda das reformas de base, ganhando centralidade a reforma agrária. A impossibilidade de se prosseguir com o programa trabalhista recai sobre a

deterioração de sua única condição de possibilidade: o crescimento econômico. Dessa forma, entende-se a resistência na adoção de uma política de ajuste e os fundamentos que explicam o momento de randomização. A “irracionalidade” aparente da política econômica nada mais era que a tentativa de manutenção em um cenário adverso de um modelo de política econômica em cujo cerne encontrava-se a distribuição de renda. À crise estrutural soma-se o conflito distributivo do qual a inflação é o maior sintoma, agravando, com isso, a própria crise do PSI.

O processo de radicalização surge como alternativa aos impasses elaborados pela dinâmica político-econômica, na medida em que se apresenta como tentativa de superá-la e, nesse sentido, representa a crise do modelo trabalhista, incapaz de, frente ao cenário econômico adverso, possibilitar a estabilidade política. Explica-se, assim, a forma do ciclo apresentado por Fonseca (2004a) – estabilização/randomização/crescimento – e a maneira como se justificou essa política: o crescimento só é possível com a estabilidade no nível de preços, isto é, a política de estabilização torna-se condição para o crescimento do produto, assim como o exposto pelo Plano Trienal. (*ibidem*) No entanto, a tensão que perpassa todo o período em foco refere-se à tentativa de manutenção do modelo trabalhista, mesmo em um cenário de baixo crescimento econômico e aceleração inflacionária. Contudo, mais do que exclusivamente estrutural ou

conjuntural, o que se observou é a deterioração do próprio movimento político-econômico iniciado em 1930, na medida em que o aprofundamento do desenvolvimento capitalista nacional abriu espaço para o aparecimento de uma série de novos impasses que, somados aos fatores conjunturais, levaram ao desmanche do arranjo de forças herdado do pós-1945.

6. Conclusão

A análise da política econômica do governo João Goulart discorreu sobre o próprio sentido da combinação de política implementada entre os anos de 1961 a 1964. Vislumbra-se, assim, uma conjuntura onde ocorrem “duas crises”: uma ligada ao modelo de desenvolvimento, isto é, ao enfoque dado até então ao PSI; e outra, associada ao modelo de política econômica, o qual se conceituou como *modelo trabalhista de política econômica*, tendo em vista ser resultado de um programa político determinado, qual seja, o trabalhismo. Desse modo, evitando a linearidade causal dos fenômenos verificados, comuns em investigações tradicionais, a correlação entre as crises citadas leva ao aprofundamento da deterioração no cenário político e econômico. A crise do PSI, principalmente num contexto pós-Plano de Metas, coloca em xeque o prosseguimento da industrialização substitutiva, base da estratégia de desenvolvimento de longo prazo; já a crise do modelo trabalhista, centrado

no crescimento com distribuição de renda via aumentos salariais e ampliação do mercado formal de trabalho, expõe os dilemas impostos pela conjuntura econômica e o pacto político de então, abrindo espaço para a aceleração inflacionária, cujo principal elemento de curto prazo diz respeito ao conflito distributivo. Em síntese, o sentido do conjunto de política econômica implementada entre os anos de 1961 a 1964 refere-se à tentativa de manutenção do modelo trabalhista. A aparente “irracionalidade” da gestão econômica surge, na verdade, como reflexo dessas medidas num cenário de baixo crescimento econômico, condição de possibilidade para o prosseguimento do modelo acima citado. Descreve, assim, a relação existente entre variáveis econômicas e políticas, hipótese central para a elaboração da análise.

Dessa maneira, o que se observa no início da década de 1960 é o aprofundamento de impasses. A deterioração econômica cumpre papel específico na medida em que limita a ação governamental, tendo em vista não permitir a manutenção do crescimento econômico verificado até fins de 1950. O aumento da mobilização popular, bem como o acirramento da luta de classes, representam justamente a disputa pelas condições de superação dos dilemas do período. A eclosão de um desfecho determinado não demonstra a inevitabilidade das saídas encontradas ao longo do processo histórico. As condições de possibilidade, no caso, respondem

às situações conjunturais e à correlação de forças na esfera civil. Desse modo, mais do que simples diretrizes, a combinação de política econômica encontra seu sentido em um cenário mais complexo do que as variáveis econômicas podem supor, mas na própria dinâmica político-econômica do momento analisado.

Bibliografia

- ABREU, Marcelo de Paiva. “Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964”. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- BAER, W. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco zero, 1989.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Revolução Brasileira, 2001.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. “Legitimidade e credibilidade: impasses da política econômica do governo Goulart”, *Estudos Econômicos*, São Paulo: vol. 31, nº 3, jul/set 2004a, p. 587-622.
- _____. “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil”, *Pesquisa & Debate*. São Paulo: PUC-SP, v. 15, n. 2(26), jul./dez. 2004b, pp.225-56.
- FURTADO, Celso. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- LESSA, Carlos. *Quinze anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MACEDO, Roberto B. M. “Plano trienal de desenvolvimento econômico e social (1963 - 1965)”. In: LAFER, Betty Mindlin (org.), *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MOREIRA, Cássio Silva. *O projeto de nação do governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)*. Tese de doutorado – UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

SERRA, José. “Ciclo e mudanças estruturais na economia brasileira do pós guerra”. In: BELLUZZO, L. G; COUTINHO, R. (Orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. Campinas: Instituto de Economia-Unicamp, 1998.

SIMONSEN, Mario Henrique. *A experiência inflacionária no Brasil*. Rio de Janeiro: IPES, 1963.

SINGER, André V. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, Paul. *Dominação e desigualdade: estrutura de classe e repartição da renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

TAVARES, Maria da Conceição. (1963), “Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil”. In: *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TAVARES, Maria da Conceição & SERRA, José. (1971), “Além da estagnação”. In: *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

VIANNA, Luiz W. “Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências”, *Revista Dados*. Rio de Janeiro, 1978.

WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

Notas

1 O clássico ensaio *Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil*, de Maria da Conceição Tavares, é de 1963.

RESENHA

**THE FAILURE OF CAPITALIST PRODUCTION:
underlying causes of the Great Recession.**

Andrew Kliman

New York: Pluto Press, 2012.

Recebida em 31 de Julho de 2015

Aprovada em 10 de Outubro
de 2015

O livro *The failure of capitalist production: underlying causes of the Great Recession*, de Andrew Kliman, professor de Economia da Pace University (EUA), aborda um tema econômico crucial: detectar as causas da Grande Recessão dos EUA de 2007/2008, também conhecida como crise do *subprime*. Especificamente, o autor consegue transmitir de forma rigorosa e concisa as causas centrais que levaram à crise do *subprime*, expondo também as limitações das teorias econômicas que tentam explicá-la.

O livro está estruturado em nove capítulos. Neste livro, Kliman classifica a Grande Recessão como sendo uma crise típica do capitalismo, proveniente da queda da taxa de lucro. No primeiro capítulo, o autor apresenta as ideias básicas do livro que serão desenvolvidas nos capítulos seguintes. Primeiramente, ele expõe sua tese de que a Grande Recessão decorreu da queda da taxa de lucro e de seus desdobramentos no restante da economia. Essa queda gerou uma baixa taxa de acumulação de capital, diminuindo o crescimento do produto nas últimas três décadas. Dada a viabilização do crescimento através do aumento do débito (elevando artificialmente lucro e investimento), isto gerou um situação marcada pela fragilidade econômica e pela propensão a crises.

No Capítulo 2, intitulado *Profitability, the credit system, and the destruction of capital*, Andrew Kliman indica as causas indiretas e os links da crise do *subprime*. Seguindo Marx, ele sustenta que a queda da taxa de

HENRIQUE MORRONE

Professor Adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

lucro foi apenas uma causa indireta da crise. A crise ocorre somente quando existir instabilidade no mercado financeiro e um baixo nível de lucratividade. Na teoria marxista, o crescimento da produtividade se dá via adoção de técnicas poupadoras de trabalho. A redução do trabalho produtivo, quando não acompanhada do aumento da taxa de exploração, gera uma queda da taxa de lucro.

Para o autor, a recuperação incompleta da economia perante as crises das décadas de 1970 e 1980, bem como a condução da política econômica foram elementos centrais para a explicação da crise do *subprime*. Isto ocorreu devido a uma destruição modesta do capital físico, mecanismo responsável pela recuperação posterior da taxa de lucro. Num contexto de baixa lucratividade, a queda da taxa de lucro provocaria a redução da taxa de acumulação de capital, reduzindo emprego e consumo. Seguindo a queda da acumulação, a taxa de juros cairia, incentivando o endividamento e a centralização de recursos no setor financeiro. Isso aumentou a especulação, conduzindo a economia americana para uma crise.

Depois de discutir os aspectos teóricos da crise capitalista e seus desdobramentos, Kliman examina as ações do Banco Central americano. O autor argumenta que a preocupação em evitar

uma década perdida, *à la* Japão 1990, levou o banco a implementar políticas que fomentaram bolhas especulativas. Desse modo, a crise teve como gatilho o estouro da bolha, entretanto, não foi apenas uma crise financeira. O contexto de fragilidade econômica foi central na formação da crise.

No capítulo 4, intitulado *The 1970s – not the 1980s – as turning point*, Kliman examina sua hipótese sobre a década de 1970 ser o verdadeiro período de mudança, sendo o início de um longo período de estagnação econômica. Segundo o autor, a taxa de crescimento apresentou uma queda substancial a partir do primeiro choque do petróleo e nunca se recuperou (exceto durante a bolha tecnológica da década de 1990, *dot.com*). O crescimento da desigualdade iniciou antes de 1970 e a deterioração da infraestrutura e da performance econômica iniciou em meados de 1970. O período de estagnação econômica que sucedeu foi amenizado pelo acúmulo de dívidas, sendo insustentável e lançando as bases para a crises posteriores.

Kliman apresenta uma análise detalhada das causas da relativa estagnação da economia americana no Capítulo 5. Nele, o autor estima a taxa de lucro a preços históricos a fim de validar a tese sobre a estagnação e a posterior crise. Ele demonstra que a queda da taxa de lucro a partir

de 1980 foi responsável pela queda da acumulação de capital, engendrando uma fraca performance econômica. Nesse sentido, o autor vai de encontro às teorias que afirmam que o período neoliberal foi responsável pelo crescimento da taxa de lucro via aumento da exploração.

Em seguida, Kliman faz uma crítica aos diagnósticos baseados na evolução da taxa de lucro medidas a custos correntes. Segundo Kliman, a forma correta de se calcular a taxa de lucro seria mensurar a razão entre o lucro e o verdadeiro montante de capital empregado no passado, conhecido como taxa de lucro a preços históricos. Para ele, a tendência declinante da taxa de lucro encontrada nos dados engendrou a queda da taxa de acumulação, contribuindo para a crise do *subprime*. Em contraste, *physicalists* como Duménil e Lévy rejeitam essa forma de medir a taxa de lucro. Argumentam que a taxa de lucro consiste no montante de lucro em relação ao montante de recursos necessários para repor o capital fixo, denominada taxa de lucro a custos correntes. Utilizando essa definição, eles observaram a recuperação da taxa de lucro a partir da década de 1980. A explicação para a queda da taxa de acumulação de capital decorreria do neoliberalismo (e financeirização), causando o aumento da taxa de exploração.

Para Kliman, a taxa de lucro a custos correntes não é consistente com a teoria marxista. Segundo ele, essa taxa de lucro não representa o que

foi efetivamente avançado como capital, não sendo uma taxa de lucro. O autor apresenta duas críticas aos teóricos que utilizam a taxa de lucro a preços correntes. Primeiramente, ele argumenta que Duménil e Lévy (2005) compararam picos com vales; ou seja, eles confundiram variações cíclicas com tendências de longo prazo. Duménil e Lévy (2005) compararam o vale de 1982 com um pico em 1997, mesmo tendo à disposição dados até 2001. Entre 1982-1992, a taxa de lucro a custos correntes cresceu 44%, enquanto a taxa de lucro a preços históricos apresentou uma queda de 3%. Ambas as taxas apresentaram redução de 1997 a 2001. Por fim, o autor conclui afirmando que a taxa de lucro a custos correntes não ajusta o efeito da inflação corretamente. A taxa de lucro a custos correntes ajusta os efeitos da inflação apenas se não houver mudança de composição do estoque de capital ao longo do tempo, o que obviamente não condiz com a evidência empírica. De acordo com Kliman, 86% do crescimento da taxa de lucro a custos correntes entre 1980 e 2001 se deve à forma incorreta de descontar a inflação.

Kliman analisa os motivos da queda da taxa de lucro no Capítulo 7. O autor realça que a lei da tendência declinante da taxa de lucro de Marx se ajusta bem aos fatos. A relação entre o baixo crescimento do emprego e a reduzida acumulação de capital explicariam a queda da taxa de lucro pós Segunda Guerra Mundial. Segundo o autor, uma vez controlada a obsolescência do

estoque de capital, a queda da taxa de lucro fica mais aparente.

Ademais, Kliman refuta as estimações que apontam uma redistribuição de renda em favor dos capitalistas. Para ele, houve uma substancial redistribuição de renda para a compensação dos trabalhadores a partir da década de 1980. A relação lucro-produto permaneceu relativamente estável pós 1980. Seu diagnóstico aponta que os investimentos não geraram suficientes postos de trabalho a fim de sustentar a taxa de lucro nos patamares anteriores, devido ao aumento da composição orgânica do capital. Desse modo, a revolução das tecnologias da informação contribuíram para o aumento artificial da taxa de lucro num primeiro momento, pois afetaram mais o estoque de capital que os lucros. Entretanto, ajustando-se para esse efeito, a posterior redução da taxa de lucro permaneceria.

Na sequência, o autor critica as teorias subconsumistas da crise do *subprime*. Estas teorias afirmam que a crise decorreu da queda dos salários reais, reduzindo a demanda. A forma de garantir o crescimento foi através do aumento da dívida.

Kliman sustententa que eles incorrem em dois erros principais. Primeiro, consideram apenas a evolução dos salários, não considerando a evolução da compensação salarial, que aumentou durante o período. Ademais, eles empregam um

deflator específico, sem apontar suas limitações. O índice CPI empregado não é uma série consistente, pois antes de 1985 consideram-se os custos dos proprietários das casas baseados no valor das casas, mas para períodos posteriores as estimativas se baseiam no custo de aluguel das moradias. Segundo Kliman, o único deflator que gera resultados consistentes com a queda do salário real é o CPI. Outros deflatores indicariam um aumento dos salários reais a partir de 1980.

Kliman argumenta que a teoria subconsumista não está de acordo com a evidência empírica. A hipótese de que a taxa de crescimento da demanda por investimento não pode exceder a taxa de crescimento do consumo não apresenta suporte empírico. Nos últimos 75 anos, a demanda por investimento cresceu a taxas superiores à do consumo. Os estímulos *ad hoc* adotados pelos subconsumistas (hegemonia americana, gastos militares, marketing, e finanças) para explicar os fatos econômicos demonstram a fragilidade dessa teoria.

Por fim, o autor sugere que as medidas executadas pelo governo visaram salvar o sistema. Para ele, a visão de que uma melhor redistribuição de renda melhoraria o funcionamento do capitalismo está equivocada. O capitalismo é movido pelos lucros, havendo uma relação inversa entre lucros e salários. Assim, Kliman aponta dois cenários: estagnação econômica

com aumento da dívida ou recuperação da lucratividade via destruição de capital. Somente a emancipação dos trabalhadores e esforços a fim de construir uma economia não dependente das leis de acumulação capitalista garantiriam a estabilidade de um novo sistema.

BIBLIOGRAFIA

DUMÉNIL, Gérard. & LÉVY, Dominique. *The profit rate: where and how much did it fall? (USA 1948-1997)*, 2005. Disponível em: <<http://www.jourdan.ens.fr/levy/dle2002f.pdf>>.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS, COMUNICAÇÕES E RESENHAS

1. A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política aceita apenas submissões *online* pelo sistema:

<<http://revista.sep.org.br>>.

2. Os artigos, comunicações e resenhas encaminhados à REVISTA, que se encontrarem dentro da ORIENTAÇÃO EDITORIAL, serão submetidos à apreciação de pelo menos dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos *ad hoc*.

3. Os trabalhos submetidos à REVISTA deverão ser originais. Em casos especiais, será aceita a publicação simultânea em outras revistas estrangeiras ou nacionais.

4. A remessa de originais à REVISTA implica a autorização para sua publicação pelo autor. Não serão pagos direitos autorais.

4. Os trabalhos submetidos à REVISTA NÃO devem estar identificados, para garantir uma avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos autores; (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (textos do tipo “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, acesse <<http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/about/submissions#onlineSubmissions>>.

5. Transfira também, como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s) autor(es) e a identificação

institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista editada. Esta versão não será acessada pelos avaliadores.

6. Se não tem cadastro no sistema da Revista da SEP, por favor, cadastre-se no sistema da revista <<http://revista.sep.org.br>>. Se já está cadastrado, faça login como Autor.

7. No lado direito da tela, sob o menu AUTOR, encontra-se o link Nova submissão. Clique e siga os passos para submeter o trabalho.

8. Utilize a seguinte formatação, em Word for Windows:

– Margens: de 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior.

– Fonte: times new roman, 12 pontos e entrelinhas com 1,5 de espaçamento.

– Tamanho: máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos. Para as comunicações e resenhas o limite é de 4 laudas. Incluir neste limite as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações.

– Apresentar as tabelas, gráficos e figuras em preto e branco; numerados, e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto. As notas vão para o final do texto e não no rodapé.

9. O formato das referências bibliográficas é o seguinte: (Marx 1982, p. 124). As referências

bibliográficas completas devem ser colocadas no final do texto e conter apenas as obras citadas, conforme exemplos abaixo:

• **Livro:**

PACKARD, Vance. *Estratégia do desperdício*. São Paulo: Ibrasa, 1965.

• **Capítulo de livro ou parte de obra coletiva:**

VOINEA, Serban. “Aspects sociaux de la décolonisation”. In: FAY, Victor. *En partant de Capital*. Paris: Anthropos, 1968. p.297-333.

• **Artigo publicado em periódico:**

YATSUDA, Enid. “Valdomiro Silveira e o dialeto caipira”. *Revista Novos Rumos*. São Paulo: Novos Rumos, Ano I, n. 2. p. 27-40, 1986.

• **Artigo publicado em Anais:**

DUFOURT, D. “Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique”. In: COLLOQUE ÉTAT ET RÉGULATIONS, 1980, Lyon. *Anais do Colloque État et Régulations*. Lyon: PUF, 1980. p. 49-72.

• **Teses, dissertações e monografias:**

CRISENOY, Chantal de. *Lénine face aux moudjiks*. Tese (Doutorado de 3º ciclo em Ciências Sociais) — École de Hautes Études en Sciences Sociales – Paris, 1975.

• **Outros Documentos:**

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil – 1995*. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política tem publicado e continuará publicando artigos científicos de diversas tendências teóricas – inspiradas sejam em Marx, Keynes, Schumpeter entre outros – desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e que não tratam a sociedade como mera natureza. Em suma, ela discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, ademais, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento. Dentro dessa orientação editorial e desde que estejam respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a Revista da SEP mantém o compromisso de que os artigos recebidos serão julgados isonomicamente, pelo critério da dupla revisão.

Instituto de Economia – Universidade Federal de Uberlândia
Campus Santa Mônica, bloco J, sala lj254 – Uberlândia, MG - 38400-902
Portal: www.sep.org.br – Correio eletrônico: sep@sep.org.br
CGC 02. 040.272/0001-40

FICHA DE FILIAÇÃO

Nome: _____

Instituição: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

E-mail: _____

Tel: () _____ Fax: () _____

Endereço Residencial: _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

E-mail: _____

Tel: () _____ Fax: () _____

Áreas de Interesse: (Pesquisa e Ensino)

1 _____

2 _____

3 _____

Palavras Chave:

1 _____

2 _____

3 _____

Concordo com a divulgação das informações acima: () sim () não

Assinatura



XX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA

Desenvolvimento latino-americano: integração e inserção internacional

Unila, Foz do Iguaçu, 26 a 29 de maio de 2015

ORGANIZAÇÃO



APOIOS E PATROCÍNIOS

